

ATLANTIDA

PROGRAMA DE POLITICA COMERCIAL COM O BRASIL — Por VEIGA SIMÕES.

LETTRES ET ARTS DE FRANCE — Por CAMILLE MAUCLAIR.

SEQUEIRA, MANIQUE E O PINTOR BRASILEIRO MANOEL DIAS — Por JOSÉ DE FIGUEIREDO.

DINIZ E ISABEL — Por ANTONIO PATRICIO.

O «ENGUIÇO» — Por TEIXEIRA DE QUEIROZ.

COLABORAÇÃO DE:

Eugenio de Castro, Manuel de Sousa Pinto, Paulo Osorio, Joaquim de Almeira, Freitas Branco, Basilio de Magalhães, Luna e Oliveira, Virginia Victorino, Pierre Duchâtre, Faure-Biguet, etc.



ATLANTIDA

DIRECTORES:

Para o Brasil: JOÃO DO RIO
Para a França: GRAÇA ARANHA
Para Portugal: JOÃO DE BARROS

DIRECTOR GERENTE:

NUNO SIMÕES
SECRETARIO DE REDACÇÃO:
VERGILIO CORREIA

Ano V

SUMÁRIO

N.ºs 44-45

Pag.		
3	«Atlantida».	
5	Programa de politica comercial com o Brasil	Veiga Simões.
71	Lettres et Arts de France.....	Camille Mauclair.
80	Morta.....	Joaquim de Almeara.
81	Sequeira, Manique e o pintor brasileiro Manoel Dias.....	José de Figueiredo.
93	Diniz e Izabel.....	Antonio Patricio.
109	O «Enguiço».....	Teixeira de Queiroz.
121	Retour au pays natal.....	Pierre Duchâtre.
125	No pórtico de Livia.....	Eugenio de Castro.
126	Hebe.....	Basilio de Magalhães.
127	Nessa tarde de outono.....	Paulo Osorio.
135	Vida Social.....	Emilio Costa.
141	Diferentes.....	Virginia Victorino.
142	Visão medieval.....	Luna e Oliveira.
143	A propósito de Ortografia.....	Julio Brandão.

REVISTA DO MÊS

149	La Vie à Paris.....	I. N. Faure-Biguet.
155	As Exposições.....	M. de Sousa Pinto.
157	O Mez Musical.....	Freitas Branco.
159	Notas e Comentarios.	

Quatro reproduções em hors-texte de quadros de Domingos A. de Sequeira e Vieira Lusitano, e de uma gravura de Bartolozzi.

Desenhos de Manoel Gustavo, Raul Lino, Santos Silva, etc.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)..... 6\$00

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)..... Frs. 25

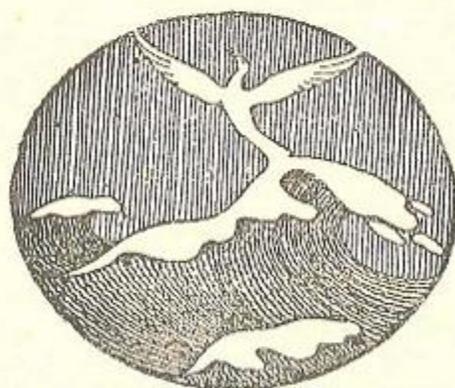
Preço deste número em Portugal 1\$00

REDACÇÃO: Conde Barão, 49

ADMINISTRAÇÃO: Rua Nova do Carmo, 35, 2.º — LISBOA

ATLANTIDA

ORGÃO DO PENSAMENTO
LATINO NO BRAZIL
E EM PORTUGAL



VOLUME XII

ANO V

N.^{os} 44-45

ATLANTIDA

DIRECTORES:

PARA O BRASIL: João do Rio

PARA FRANÇA: Graça Aranha

PARA PORTUGAL: João de Barros

DIRECTOR GERENTE:

Nuno Simões

SECRETARIO DE REDACÇÃO:

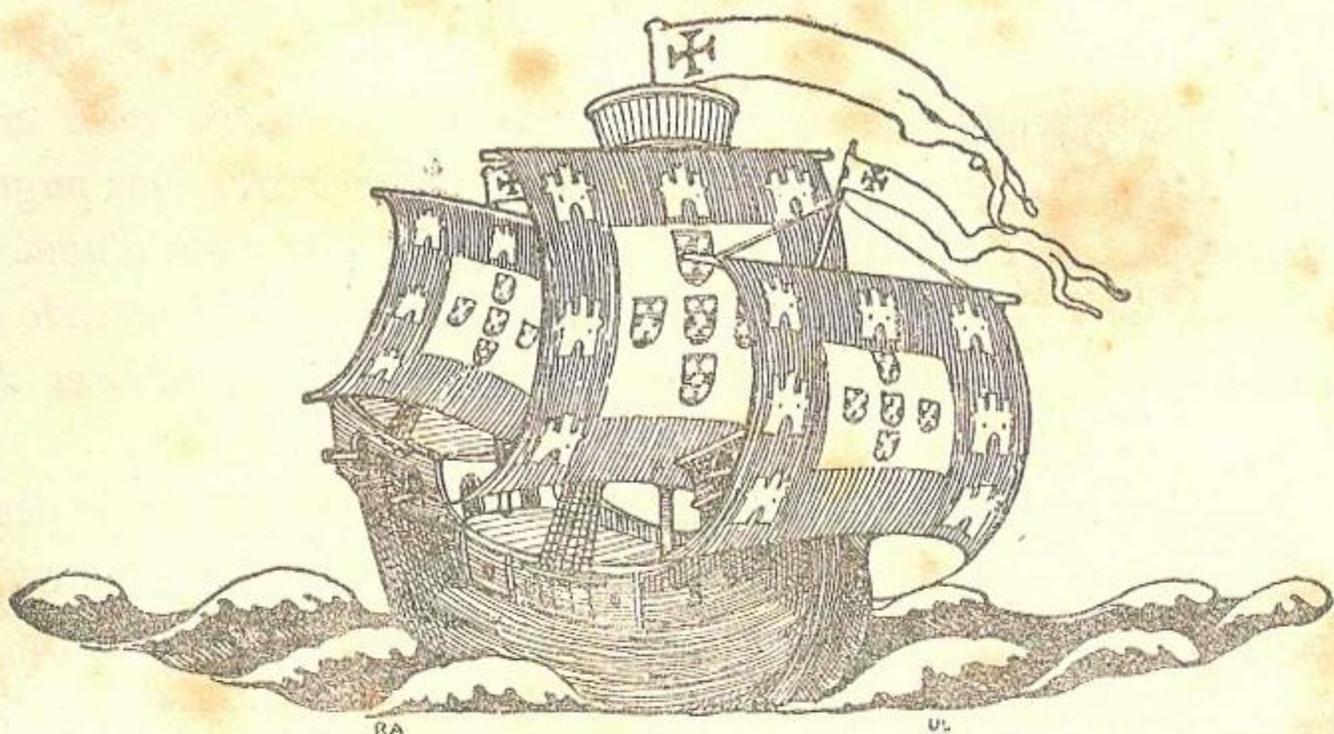
Vergilio Correia

EDITOR: Sebastião Mesquita

REDACÇÃO: Conde Barão, 49

ADMINISTRAÇÃO: Rua Nova do Carmo, 35, 2.º — Lisboa

TYPOGRAPHIA DO ANNUARIO COMMERCIAL, Praça dos Restauradores, 24 — LISBOA



«ATLANTIDA»

Com o presente fasciculo, a «Atlantida» inicia o 5.º ano da sua publicação. Não nos cumpre dizer o quanto vale e significa o seu esforço. Talvez pouco signifique e valha. Mas a verdade é que a sua existencia — já longa para uma revista litteraria — representa um espirito de sacrificio e uma devoção que não nos fica mal pôr em relevo.

Tivemos a boa fortuna, durante o ano que findou, de alargar excepcionalmente o ambito d'esta publicação, devendo sobretudo ao nosso illustre director em Paris, o eminente escriptor Graça Aranha, as possibilidades de realisar esse desiderato. Sem vaidade, a «Atlantida» pode orgulhar-se de representar legitimamente, em Portugal e no Brazil, o pensamento latino. Os nomes de colaboradores como Ferrero, Mauclair, Jaloux, Viviani, Paul Adam — e outros cuja colaboração já foi publicada, ou em breve o será — garantem a esta revista um lugar á parte. Os seus fundadores e a empreza da «Atlantida» prestam, n'estas breves palavras, a sua homenagem ao precioso auxilio de Graça Aranha.

Vae a «Atlantida» ter ainda uma escolhida colaboração hespanhola. E mantendo sempre o seu programma de dar o logar que lhe compete á colaboração brazileira e portugueza, desvanecidamente

afirma que esta não lhe faltará, subscripta pelos nomes mais em destaque dos dois paizes, procurando tambem inserir nas suas paginas as mais caracteristicas expressões da moça literatura d'uma e d'outra nação. Assim realisarà uma obra de futuro, estabelecendo o contacto entre os espiritos jovens, que serão os triumphadores de amanhã.

Tem a «Atlantida» sido acusada de exercer uma influencia desnacionalisadora em Portugal. A accusação, que ultrapassa os nossos meritos, — pois não podemos acreditar na eficacia d'essa influencia, mesmo que tentassemos efectiva-la — exige que a repudiemos aqui, de tal modo se nos afigura, simultaneamente, infantil e perigosa. A colaboração estrangeira, aqui publicada, só pode ser de beneficos efeitos para a nossa cultura geral, dados os nomes que a subscrevem. E não vemos bem em que possa ser prejudicial á vida intellectual portugueza a nossa tentativa de fazer confraternisar literariamente nações tão irmanadas á nossa, pelo espirito, pela sensibilidade e pela educação. Contribuimos assim para uma comparação, inevitavel, é certo, entre o genio portuguez e o genio d'outros povos latinos — comparação que, sendo em nosso favor, só poderá augmentar o nosso orgulho patriotico; e que, sendo em nosso desfavor, só poderá estimular-nos pelo bom exemplo alheio. Sinceramente — e isto fica dito uma vez por todas — não peza, na consciencia dos que trabalham na «Atlantida» e pela «Atlantida», o menor receio de que o seu trabalho contribúa, de longe ou de perto, para a desnacionalisação do paiz. . .

Terminando, temos o grande prazer de anunciar que a «Atlantida» possue, desde o principio de Dezembro a sua séde em Paris, 20, Boulevard Montmartre, onde o nosso director Graça Aranha todos os dias se encontra.

E mais uma vez agradecemos ao publico, aos nossos leitores, aos nossos colaboradores e cooperadores a sua dedicação por esta revista, que é, acima de tudo, a dedicação por uma grande e nobre causa: — a causa da aproximação luso-brazileira, sob a égide imortal do espirito latino.

PROGRAMA

DE POLITICA COMERCIAL COM O BRASIL

Portugal continúa ainda a viver do Brasil. Não é já o oiro de Minas, da antiga e apagada Vila-Rica, que vem erguer monumentos de pedra, ou apregoar grandezas em Roma; nem voltou ao Tejo a frota do Pará, com seus nove navios mercantes, comboiados pela nau de guerra *São-José*, trazendo «a carregaçam, alem de outros efeitos» de fartos milhares de arrobas de cacao. O oiro vem, como dantes. Mas não é o braço do negro que o colhe; é o emigrante, que a miseria expulsou de Portugal.

O mineiro do seculo 18 transformou-se no *brasileiro*. País de produção desorganizada, dominada por erros seculares, como o da grande propriedade, que toda a gente pensa em atenuar com projectos que, podendo aumentar a produção, não atingiriam os fundamentos do mal; exportando pouco e ao sabor das crises, exportando sobretudo um produto incerto, dependente do mercado externo, cuja cultura a toda a hora perturba a prosperidade demogenica; com vastos tratos em que um clima irregular e inclemente entrega a produção ao deus-dará, outros em que o cavador não tem um palmo de terra em que possa fazer o seu cultivo; importando quase tudo, desde os requintes do luxo ao pão para a bôca: salda annualmente o deficit com o oiro do Brasil.— Se é que o salda, num precário e hipotetico equilibrio da balança economica. Vivêmos neste circulo infernal: incapazes de alimentar uma população que aumenta, exportâmo-la, entregando-a aos aca-sos da fortuna; incapazes de aumentar a nossa produção, e de garantir dentro de fronteiras o pão-nosso, no temor de reagir contra uma irregular distribuição da propriedade, — vivêmos do que nos manda o emigrante.



E' ele que, em cada ano, com as suas remessas à familia, se por lá anda, ou com os rendimentos dos capitaes que lá deixa empregados, se para cá volta, ou ainda com a transferencia de capitaes da fortuna lá ganha e aqui consolidada em propriedades e construções, titulos e empresas, nos traz o factor de receita, ainda hoje primacial, da nossa precária balança de pagamentos.

Compare-se o agio do oiro nas nossas praças com a oscilação do cambio do Rio sobre Londres; e logo, áparte circunstancias accidentais que não influem na linha geral, se notará que se a libra sóbe esse cambio desce. Ha crise no Brasil, diminue o oiro que de lá nos vem, desvaloriza-se a moeda brasileira que aqui recebemos transformada em oiro com que aguentâmos o agio? A crise é inevitavel.

A de 92 vae longe para que valha a pena lembrá-la. A população de Lisboa aumentava dia a dia nos anos que precedêram a crise. Operarios seduzidos pela alta dos salários e pelo trabalho facil, acorriam á cidade; os portugueses ricos vinham do Brasil fixar aqui residencia; o comercio alargava-se, num consumo excessivo para a vida citadina normal. Os maus cambios do Brasil caíram sobre as nossas dificuldades politicas e financeiras. As construções paralizaram, as casas comerciais liquidavam-se ás centenas; os operarios emigravam ou regressavam ás aldeias em cata de vida mais barata; e até os capitalistas, que aqui viviam de rendimentos, voltavam ao Brasil, a refazer a fortuna.

Ha bem pouco ainda, a crise brasileira de 914, mais sensivel com o desencadear da guerra e com a longa moratoria que ela arrastou, reduziu a mais de metade as remessas de oiro; o agio galgou breve, e a balança economica fechou á certa com largo deficit. Vem-nos as remessas normalmente? As crises atenuam-se, como a de 76, que, de graves ameaças, se transformou numa ligeira convulsão bancária.

Com a nossa actual organização economica a emigração para o Brasil toma assim o aspecto duma fatalidade necessária à nossa vida regular e ao saldo dos nossos débitos no estrangeiro, dum daqueles males que Kobatsch aponta ao dizer-nos *combien il est triste pour un pays de solder sa balance des payements internationaux par une exportation d'hommes*. Mal radicado fundamente, ajudado por um atavismo historico, que facilita a fé no exodo, não poderão removê-lo de pronto uma reorganização da propriedade em harmonia com as necessidades da grei, em combate ás condições naturais que mais desorganizam a produção, ou uma politica de fomento que torne a terra mais feraz e aumente o emprego da mão-de-obra industrial.

Com o problema da emigração se relacionam alguns dos mais instantes problemas que neste momento agitam o país. A questão agrária ai se anuncia, chamando a uma nova organização da propriedade a terra do Alentejo, assente ainda hoje no mesmo sistema que lhe deram os reis da Reconquista, por necessidade da epoca, naquele mesmo sistema de que nos falam Varrão e Columela em que os nosos primitivos lavradores deixavam os seus imensos latifundios ao cultivo dos escravos enquanto se iam entregar em Roma á pecadora indolencia de triclinios e lupanares. O leão dos campos já rugiu em Evora, ameaçador, a poucas horas da proclamação da Republica; e ainda ha pouco em Portalegre voltou a soltar o seu rugido presago. Mas a organização da propriedade alentejana, entregando ao pequeno proprietario a posse da terra, não resolve o problema da emigração, que não tem por causa unica o excesso de população do norte pulverizado. Regiões ha em que a emigração tem causas normais, como naquelas em que as altas densidades demograficas correm parrelhas ao total aproveitamento do terreno ou ainda naquelas, zonas de serras e terras improprias para o cultivo, onde a depressão cultural dá causas regulares à emigração. Outras temos em que o excesso de população se combina com a cultura industrializada da vinha, sujeita a crises, tornando a emigração irregular, dependente delas, que são causas accidentais; e outras ainda de fraca densidade de população, mas de clima inclemente, gerador de uma deficiencia de recursos que leva o seu natural a i-los procurar fóra, donde ancestralmente lhe acena a miragem da fortuna. Assim, para umas ha que fazer dependente a menor emigração duma politica hidraulica, industrial e de transportes que lhes torne a vida prospera; para outras na modificação do regime agrário; para outras ainda na criação de mercados normais que as ponham a côbro da contingencia das crises; e para outras, em que a emigração terá de pesar como uma fatalidade, na sua protecção no estrangeiro por meio de convenios, de forma a torná-la util ao país de destino e ao país de origem.

Aí estamos em face duma nova, temerosa crise, a que nos arrastou a alta actual dos preços, resultante do aumento de circulação, da depressão cambial, da pouca exportação, da procura da guerra e das reivindicações proletarias que nos transportaram à antecamara dum mundo novo, cujo sentido ninguem pode ainda prever nestes primeiros dias da paz, liquidado, como parece estar, o grande sonho de Marx, e, atraz dele, o sindicalismo revolucionario, na frase de Benedetto Croce — o seu ultimo refugio, embora se caminhe para uma

larga participação das corporações de misteres na vida do Estado e na dos organismos locais. O que sem grande esforço se vê é que, enquanto o *rico de guerra* nada na fortuna e o trabalhador que cultiva ele-proprio a *sua* terra tira do trabalho lucros mais que regulares, a grande massa dos miseráveis alastra-se pelo país e continúa a ter como unico recurso — a emigração forçada. Ao passo que em 1918 desembarcaram apenas no Brasil 3.398 portuguezes, para uma imigração geral de 6.261 pessoas (estatísticas brasileiras), a nossa emigração deste ano, afastados os receios da guerra submarina, e ante a tentação da desvalorização da nossa moeda em face da moeda brasileira, promette atingir aquelas cifras espantosas que nos apontam os anos dolorosos em que o pão nos falta ou a crise nos atormenta. Já no Parlamento se declara que Leixões abarrota de emigrantes quantos navios lá tocam em rumo do Brasil; e já lá se diz que o numero desses emigrantes não representa metade da soma real dos individuos que no ano corrente teem desfalcado a nossa economia, a que os *engajadores* andam dando saída pela Coruña e por Vigo—primeira, inevitavel consequencia do custo altissimo a que a ditadura dezembrista elevou os passaportes, agora acrescidos com uma matricula antecipada nos postos consulares paga de avanço no Governo Civil, e das dificuldades burocraticas que as respectivas repartições usam pôr na sua entrega. Com a eclosão da crise, com o termo da campanha submarina, a nossa emigração voltou assim a sujeitar-se ás leis invariáveis e iniludíveis que a regem — tão iniludíveis na nossa atribulada vida economica que pelos indices de emigração se deduzem os anos de crise. Estamos assistindo, de braços cruzados (o silencio do Governo em face das graves declarações do sr. deputado Nuno Simões, a que me estou referindo, assim o fazem crer) a uma drenagem de braços para fóra do país, expulsos pela miseria a maior parte, levados raros pela tentação de melhor fortuna, sem que se cuide de os dirigir convenientemente no ponto de destino e lá torná-los uteis à vida economica nacional que não podemos de momento modificar, e a uma drenagem de oiro resultante do custo das passagens que entregámos a companhias de navegação estrangeiras, e que, duma maneira consideravel este ano, fizemos exportar por portos estrangeiros, sólida ajuda à depressão cambial. Os países que cuidam a serio do fenomeno emigratorio, como a Austria e a Italia, ha muito se convenceram que não é com repressões que ele se reduz, nem é aumentando o custo do passaporte que se représa a sua parte anormal. Os italianos que o decreto Crispi de 1888 tentou encurralar na Penin-

sula, transpunham o Monte Cenisio ou metiam-se em embarcações costeiras para ir embarcar a Marselha; os polacos que em 91 iludiram a vigilancia dos cordões militares postados ao longo da fronteira russo-alemã, iam a Hamburgo e a Bremen buscar navio para o Brasil. Os portuguezes que neste ano tristissimo a legislação tenta apertar entre fronteiras, com passaportes de preços fabulosos, que só podem representar, numa consciencia do assunto, a tragica exploração com a miseria, vão pela mão de engajadores tomar passagem nos portos da Galiza. Dizen informações da epoca que em 1890, num concelho da Beira, de noventa e tantos mancêbos proclamados para o contingente desse ano, só quarenta se apresentaram a receber guia de marcha; os restantes tinham emigrado para fugir ao tributo de sangue. Agora já não é o pavor do serviço militar que leva os paes a atirar para o Brasil menores entregues aos acasos da fortuna; é o proprio Estado que se encarrega de os fazer embarcar em portos estrangeiros para evitarem as malhas da sua burocracia custosa.

Olhe-se para o que, em 1893, dizia Rodrigues de Freitas: «O chamado problema da emigração não se resolve com leis restritivas nos paises de onde ela se faz. Comprehendem-se e merecem apoio as disposições legaes adversas a todas as fraudes, e tendentes a imparcialmente informar os naturaes sobre as condições economico-politicas dos paises de destino.

«Tudo o mais é loucura, que em geral se volta contra os loucos. Se um povo quer diminuir a corrente emigratoria depois de já ter adoptado preceitos legislativos daquela boa especie, resta-lhe sómente melhorar as suas proprias condições sociais; à medida que as aperfeiçoar, diminuirão as forças centrifugas do seu sistema economico-politico; a expatriação irá perdendo as excrecencias doentias, e tenderá para dentro dos limites de um fenomeno verdadeiramente fisiologico». (*Paginas avulsas*, pag. 175).

O exodo deste ano põe-nos mais uma vez em frente o problema da emigração que domina, pelos seus resultados, toda a nossa vida economica, e com ele o problema das nossas relações com o Brasil.

Como vamos atacá-lo? Já ha quase trinta annos, ao estudar a crise de 90 e as suas consequencias, dizia Teixeira Bastos: «O problema da emigração, complexo e importantissimo, como todos reconhecem, não saú ainda oficialmente, apesar de instante, da fase de estudo.» Encarregou-se então uma comissão parlamentar de elaborar um projecto de lei tendente a reprimi-la, — no desconhecimento absoluto, que ainda hoje persevera, do que fossem as relações com o Bra-

sil e do que representava o produto do trabalho do emigrante na nossa balança economica. Não eram então inteiramente boas as relações com o Brasil, que os acontecimentos politicos da Republica se apostavam azedar mais. A' noticia da apresentação do projecto, logo o sr. Sant'-Ana Nery, escritor amazonense então vivendo em Paris, acudiu, «afim de que não passe sem protesto um projecto de lei destinado, dizia, a avivar os equivocos que já existem entre as duas nações». E seguia discorrendo que o perigo para Portugal não era que se emigrasse demasiado para o Brasil, mas que, por maior que seja a sangria que Portugal sofra, a colonia portugueza perdesse a primazia de que go-sava no Brasil. E' evidente que não podemos cair neste absurdo, de para manter uma situação de predominio comercial na republica irmã, sacrificarmos braços que, nem aqui nem lá, trarão sensivel lucro à nossa economia. Menos podemos deixar de atentar nas causas que levam o portuguez a emigrar, procurando dar remedio, na medida da reforma que o nosso sistema de produção comporte, e deixar de acompanhar com a nossa acção essa corrente emigratoria, de forma a colonizar e tornar maiores os lucros que ela nos possa dar.

Requere-se antes de mais nada um conhecimento exacto das causas da nossa emigração, no estudo minucioso para cada zona de geografia economica do regime da propriedade e da percentagem de terrenos cultivados e incultos, da produção e seu destino; do apuramento por cada zona da produção total dos generos de primeira necessidade, comparando não só a produtividade de cada genero como a emigração total que nela se dá; do orçamento medio dum trabalhador, do mister dominante, e consequencias do saldo ou causas do deficit; das condições das familias que mais emigram, profissões dos chefes de familia, orçamento medio das familias emigrantes, orçamento da familia que fica sob o auxilio das mesadas do emigrante, e applicação delas; usura, credito agricola, instituições de credito da região (Misericordia, Bancos agricolas ou populares, sindicatos) e applicação dos capitaes mutuados; uso de hypothecas, destino do emprestimo, e receitas com que o devedor conta para fazer a amortização; organizações de trabalhadores ruraes, cooperativas; do grau de adeantamento do cultivo e processos empregados, para se apurar se quanto mais rudimentar é o trabalho maior é a emigração, como pretende o sr. Roque da Costa; da applicação dos capitaes da emigração, e sua influencia na divisão da propriedade, se a tem, etc. Tanto monta dizer: impõe-se para já o inquerito ás causas e consequencias da emigração portugueza, já preconizado urgente por Alexandre Herculano

para um phenomeno que, quanto ás causas anormais, já então adquiria o character de permanencia sempre crescente; tentado levar a efeito pelo inquerito parlamentar de 1885, em que entrava a actividade central de Luciano Cordeiro, e que naufragou de encontro ao desinteresse e ao alheamento das autoridades encarregadas de recolher material para elle; delineado, por zonas características de emigração, pelo sr. Basilio Teles (*Carestia da vida nos campos*); e nunca até agora realizado, de fórma a vermos toda a nossa vida economica girando em torno dos resultados da corrente emigratoria, e nem sequer sabemos ainda se com ellas equilibrâmos ou não a nossa balança economica, nem sequer o seu quantitativo normal. E' evidente que tal inquerito, para não sofrer o mesmo fim do de 85, terá de ser feito por uma commissão que percorra o pais, levando consigo o material sufficiente a poder só por si, e no local, recolher as observações necessarias á analyse completa do phenomeno. (1)

Nesta ignorancia, ainda hoje, á falta de dados precisos, os nossos economistas, verificando que a situação economica contradiz os dados da sua balança de commercio, ao fim de laboriosas induções em que vão sendo arrumadas para o lado as parcelas restantes da nossa balança economica, ficamos sem saber se, normalmente, Portugal fecha com saldo ou deficit a sua conta de pagamentos.

Quanto nos rende o trabalho do nosso emigrante no Brasil? Temos que nos contentar com calculos aproximados, faliveis á falta de dados de que possam sequer partir hipoteses provaveis. Em 1873, quando a corrente emigratoria para o Brasil se não estabelecêra ainda, por causas que seria longo enumerar, com a normalidade fatal que um decénio mais tarde tomaria, escrevia Alexandre Herculano, em resposta ao questionario da *Sociedade Real de Agricultura de Lisboa*: «Não possúo aqui livros, documentos officiaes, ou informações

(1) O sr. dr. Julio Martins, Ministro do Commercio no ultimo gabinete, nomeou uma commissão encarregada de fazer um inquerito á vida economica nacional, presidida pelo sr. Homem Cristo, e composta, ao que parece, de moços cheios de actividade, dispostos a realizar trabalho util. E' evidente que essa Commissão, ao analizar a situação da economia nacional, esbarraria aos primeiros passos com as causas e consequencias da emigração, e muito valorizaria o inquerito á emigração portugêsa, porque, no seu estudo, a colocaria no quadro geral da vida economica nacional, nela ocupando o logar que lhe pertence. Infelizmente a iniciativa do sr. dr. Julio Martins, de tão largo alcance, não logrou o aplauso do actual titular dessa pasta, que deu por terminados os trabalhos da commissão quando elles apenas se esboçavam.

particularizadas sobre a situação económica dos nossos companheiros residentes no Brasil, em que me possa estribar; mas tenho ouvido calcular a pessoas que reputo competentes o valor medio anual dos ingressos monetários, que nos traz o refluxo da emigração portugueza na America, em mais de 3:000 contos de reis. Não sei se é verdade.» (*Opusculos*, tomo iv, pag. 111). Herculano tomava, para aceitar este cálculo, a base de 10:000 emigrantes em media anual, media que andava longe da verdade. «A emigração legal (autorizada por passaporte) durante os onze anos decorridos de 1855 a 1865 foi de 81:314 individuos dos dois sexos e das duas idades. De tal forma diminuiu desde 1851 que, a que tem logar pelo continente, está actualmente (1867) reduzida a menos de metade.» (Rodrigues de Freitas, *Notice sur le Portugal*, pag. 9). Nessa epoca, para mais, dado o aspecto irregular da emigração, não seria facil, mesmo com os documentos que faltavam a Herculano, obter uma media que correspondesse a uma remessa real em cada ano. Foi depois da crise de 76, e das consequen- que ela arrastou, que a nossa emigração tendeu a tornar-se normal. De 1885 a 1889 a emigração subiu de 10:337 a 15:592, no total de varões e femeas. 1890 com a sua crise, já expulsou do pais 23:176; e um crescendo espantoso corre até 1912 (sobretudo desde 1904), em que atingiu a soma de 77:745. Por 1891 já Oliveira Martins calculava que Portugal recebia anualmente da sua emigração para o Brasil 14:000 contos, provenientes de economias de trabalhadores repatriados para cá transferidas, rendas anuaes de fortunas lá existentes e mesadas e pensões, attribuindo á corrente emigratoria uma media de 10:000 saidas anuaes. Em 1896, o sr. Silva Cordeiro (*A Crise*, pag. 187), embora reconhecesse que nos ultimos anos do Imperio, de cambios favoraveis, o portuguez remeteria á mãe-patria cerca de 15:000 contos, aceita como provavel a remessa anual de 10:000 contos, hipotese apenas contraprovada pela informação da Agencia Financial do Rio, que presumia as remessas do Rio de Janeiro e Minas em 5 a 6:000 contos, de S. Paulo 2:000, e de outros Estados 5:000 (*Inquerito monetario* de 1893, pag. 76); para organizar tal calculo servia-se então a Agencia da consulta aos seis consules portuguezes no Brasil, três dos quaes não responderam sequer, e os restantes, segundo então informava o Director da Agencia ao Director Geral da Tezouraria, «infelizmente nada adiantam para a essencia da questão.» No seu notavel *Relatorio sobre a Emigração*, o sr. Carlos de Castro Faria, secretario da Legação no Rio, ainda em 1907 comentava assim os cálculos de Oliveira Martins: «Tendo procurado, por minha parte,

elementos para poder confirmar ou rebater aquele computo, confesso que me foi impossível chegar a um resultado seguro, E sem me abonar eu proprio como pessoa competentissima, e muito menos, salvo o devido respeito á sua memoria que eu muito venero, direi parafraseando o que ele proprio disse de Herculano — que o cálculo deve estar errado» (*Boletim Commercial*, vol. XI, pag. 33). Em 911, o sr. Afonso Costa apoiando-se na declaração do Ministro da Fazenda de 1905 de que só em papel sobre Londres, vindo do Brasil para cá, foi atingida a soma de 1.376:000 £, e pondo em equação o número (?) dos nossos emigrantes e o número dos emigrantes italianos com os seus resultados para a mãe-patria, adopta a cifra de 18:000 contos, a que acrescenta igualmente por calculo apriorístico a de 4:000, lucro das mercadorias que exportâmos por ano para o Brasil (*O problema da emigração*, pag. 128). O sr. Anselmo de Andrade, pouco antes, calculára a mesma cifra no Relatório duma das suas *Propostas de fazenda*. O sr. José Barbosa orça 20:000 contos no seu estudo sobre o Brasil e Portugal. Outro economista (sr. Arthur Belo, nos artigos do *Jornal do Comercio* em que apreciou e corrigiu os conhecidos artigos do sr. Ed. Thery, publicados em 1912 no *Économiste Européen*), e o sr. Vieira da Rocha (*A reforma monetaria*, pág. 180) acham 20:000 contos. O sr. Emidio da Silva (*Emigração Portuguesa*, pag. 105) fixa-se entre 20 e 24:000 contos. Pelo meu lado, e seguindo igualmente por tentativas, embora apoiando-me em dados doutra ordem, calculei em 1917 essa soma em 30 milhões de escudos (*Interesses Portugêses na Amazonia*, pag. 57). Como cheguei a ela?

E' sabido que, por todo o Brasil, nas grandes cidades em que os nucleos da população portugêsa se tornam mais consideraveis, ha numerosas casas bancarias e agencias de bancos portugêses que vivem exclusivamente do pequeno saque para Portugal, em letras que oscilam de 20 a 500 escudos, — mesadas, pensões, presentes das festas do Natal e da Pascoa, mandados pelos emigrantes á familia, a parentes e a amigos; duma fala o sr. Afonso Costa que, embora agencia dum banco portugês de terceira ou quarta ordem, sacou em seis semanas para Portugal, em letras entre 100 e 400 escudos, um total de 130 contos da nossa moeda (*Ob. cit.*, pag. 127). Tinha eu então deixado o Consulado em Manaos, com jurisdicção estensa ao Estado do Amazonas e ao Territorio de Acre, e onde a população portugêsa, conforme um minucioso inquerito a que procedi nos nucleos mais preferidos por ela, donde irradia para o interior (Manaos, Porto-Velho, Sena Madureira e Xapury), orçava por 21:500 a 22:000 pessoas.

Percorrendo as cinco casas bancarias que mais transações tinham com Portugal, pude concluir que o pequeno saque com mesadas devia produzir anualmente cerca de cinco milhões de escudos. A esta cifra, obtida fatalmente por calculos, ainda que aproximados, dada a reserva com que qualquer dessas casas me tornaria conhecedor das suas transações, tentei obter a contraprova.

O commercio de Manaos recebe anualmente, pelo que exporta, noventa e tantos mil contos, moeda brasileira, dinheiro com que deve pagar o que importa; o excedente, que houvesse, devia aparecer na praça. A não ser o numerario que se envia para Portugal, em mesadas e economias dos que vão gosar licença ou se retiram de vez, além do rendimento da propriedade urbana (que nos remete cêrca de mil contos fortes), não se vê, nem ha, onde se acumulem grandes quantias, tanto mais que os proprios cofres do Estado estão exaustos. Todas estas verbas representam uma saída de dinheiro, a que dei, com todas as probabilidades, o valor aproximado de 13:000 contos. O que quer dizer que a importação não pode andar por longe de oitenta mil.

Assim :

Importação estrangeira, no maximo.....	15.000:000
Do Sul do país.....	65.000:000
Total calculado para a importação.....	80.000:000
Remessas para Portugal.....	13.000:000
Grande total.....	93.000:000

Torno a frisar que á mingua de bases solidas, os algarismos apontados, quer para a exportação quer para a importação, representam numeros redondos, aproximados; maior certeza haveria, é claro, se se pudesse apurar o papel cambial que Manaos vende para as outras praças do Brasil na epoca da safra e tambem o que Manaos precisa comprar fóra dessa epoca para cobertura dos seus saques, ou disposições de fundos que faz, visto que, se a quantidade do papel comprado fosse maior que a do vendido, haveria necessariamente excesso de importação sobre a exportação. O que entanto me parece provavel é que seja mais o papel vendido que o comprado; que haja portanto um excesso de exportação sobre a importação — excesso que, como presumo, deve ser representado pela remessa para Portugal (Vid. o meu livro *Daquem & Dalem Mar*, pag. 304 da 1.^a ed.). Tive ocasião de expôr este calculo ao meu falecido amigo sr. Antonio Lo-

pes Cabrita, director da filial do Banco Ultramarino no Pará, quando ele foi estudar demoradamente a praça amazonense; e senti o prazer de o ver concordar com êle. Os 13:000 contos brasileiros do meu calculo, deviam dar, ao cambio de então, cêrca de 4:700 escudos, quantia que muito se aproximava da que obtivera dos chefes das casas bancarias a que me dirigi. Assim vemos que só dois Estados, com uma população portugûesa de cêrca de 22:000 pessôas, enviariam para Portugal mais de 4:500 contos portugûeses.

E' entretanto necessario dizer que seria absurdo estabelecer uma proporção entre estes dois numeros e o numero aproximado da população portugûesa existente no Brasil. O clima depauperante do Amazonas fórça o emigrante que o procura a realizar no mais curto tempo o máximo de numerário, a enviá-lo para Portugal, e a retirar-se definitivamente apenas tenha meios com que possa aqui viver; as incertezas do commercio amazonense ajudam a aumentar estas remessas; o rendimento da propriedade urbana, que é de dois terços do total, proporção que se não encontra em qualquer outra cidade do Brasil, e acima de tudo a predominancia do elemento portugûes sobre qualquer outro, nos dois grandes estados do norte brasileiro — Pará e Amazonas —, a sua proximidade de Portugal, alem dos factores enumerados, desnacionalizam o menos possivel o nosso emigrante que, repellido pelo clima, se fixa menos que em qualquer outra zona brasileira, mandando para a mãi-patria o maximo das suas economias. Já para o Pará, dentro da mesma zona, onde a população portugûesa orça por 40.000 pessôas, se não pode aplicar a proporção que se estabeleceria; a diferença do clima, os habitos duma grande cidade, com uma vida intensa, fixam muito mais o portugûes, que facilmente constitue familia, e é já mais assimilado pelo meio.

Calculei eu então que o Pará e o Amazonas com o Acre não deveriam enviar para Portugal quantia inferior a 10.000 escudos. No Rio de Janeiro temos uma população que leva o sr. dr. Alberto de Oliveira a chamar-lhe a segunda cidade portugûesa (*Inquerito da Camara de Comercio do Rio*, Pref., pag. XV), população que se calcula em 450.000 portugûeses; juntando a este numero o dos nossos compatriotas que trabalham no Estado do Rio, no de Minas, e no do Espirito Santo para onde ha menos de trinta anos tinhamos uma corrente de emigração regular, segundo o testemunho do sr. Teixeira Bastos (*A Crise*, pag. 373), obteremos uma população de meio milhão de portugûeses. A grande quantidade de agencias de bancos portugûeses existentes no Rio, que vivem do pequeno saque, as remessas

da Agencia Financiam, e ainda as transacões intensissimas que nele faz o Banco Ultramarino e a sua filial da Praça 2 de Junho, e agora o Banco Portuguez do Brasil, levam-me a presumir que este nucleo de populacão não enviará para Portugal anualmente menos de 18 mil contos. E creio bem que os nossos fortes nucleos de Santos, Baía, Pernambuco, Rio Grande, e S. Paulo e Maranhão (estes hoje sensivelmente decaídos), alem dos pequenos nucleos dispersos pelo Ceará e Piauí, pelo Mato Grosso e Paraná, presumivelmente superiores a trezentos mil homens, não nos mandarão em cada ano menos de 7.000 contos. Hipoteses? Mas evidentemente. Hipoteses de quem, tendo exercido durante alguns anos funcões no Brasil que o punham em permanente contacto com a nossa colónia, pode ver e ouvir o suficiente para chegar ao calculo final de 30.000 escudos de remessas anuaes, sem receios de andar por muito longe da verdade. Neste calculo incluo, como é de ver: as mesadas e pensões; as economias de repatriados que regressam trazendo consigo os seus haveres (decerto estas as menores importancias, tão enleante é hoje o commercio do grande país que só o pequeno proprietario o poderá fazer, como o fazia outrora o *brasileiro* de Camilo); as rendas anuaes dos repatriados que no Brasil deixam toda ou grande parte das suas fortunas, nelas incluindo o juro dos emprestimos municipaes e estadoaes *internos*, tomados na sua maior parte por portuguezes o que vale ao Brasil não os considerar como credores externos; e ainda, embora outra seja a origem, o dividendo de muito capital portuguez que, sobretudo nos anos anteriores á crise de 90, com a descida dos nossos fundos, lá foi procurar collocacão, visto que lá se consolidava então a 8 e 10 % emquanto na divida portuguesa, com cotacões acima de 60, raro poderia encontrar mais de 4 %, quase sempre remetido por procuradores portuguezes e por intermedio de agencias de bancos portuguezes.

O sr. dr. Emidio da Silva, corrigindo e applicando a fórmula de Bodio sobre a existencia de emigrantes, tentou obter com relativa exatidão o quantitativo da nossa colonia no Brasil. Para isso, multiplicou por 35, duracão media duma geraçao, a diferenca entre o contingente migratorio oficial e a mortalidade, desprezando os retornos de emigrantes por julgá-los compensados pela emigracão clandestina. Fixando a taxa de mortalidade em 10 %, por se tratar de gente que emigra em plena força de vida e que muda para clima peor, deduziu 10 % de um contingente migratorio medio de 26:000 habitantes. Assim:

$$P = (26:000 - 2:600) \times 35 = 819:000$$

Donde calcular que a colonia portugêsa no Brasil deve orçar por 800:000 pessôas. Presupõe depois que cada uma dessas pessôas enviaria em media para Portugal 25 escudos; e chegou ao algarismo de 20:000 contos, possivelmente elevavel a 24:000 em anos favoraveis, como conjunto aproximado do que anualmente nos remete de lá a nossa colonia.

Além da taxa exagerada da mortalidade, que está longe de se verificar nas grandes cidades, saneadissimas, do Brasil, onde se aglomera a parte maxima da nossa emigração, bem sabe o sr. dr. Emidio da Silva quanto é difficil estabelecer hoje, com verdade, o contingente migratorio medio, desde que nos quatro ultimos anos antes da guerra quase triplicaram as saidas anuaes, e que as causas que motivaram esse exodo violentissimo permanecem na nossa vida economica, nela se arreigáram, e só poderão ser mitigadas dando-lhe nova organização e modificando profundamente o trabalho nacional; a alta dos preços, saída da instabilidade, para nós deficiencia, do poder comprador da moeda e da especulação de toda a ordem a que ninguem pôs cobro, e a permanencia dum cambio favoravel passados os primeiros meses que seguiram a moratoria da Guerra, só fizeram alimentar essa corrente, que a campanha submarina muito estancou, mas que agora, abertas as comportas, se precipitou de novo sobre os barcos da aventura. Rectificando-se assim o seu calculo, com um contingente emigratorio que corresponda ao agravamento sem remedio ainda talhado das nossas condições de existencia, ele aproximar-se-ha fatalmente do meu.

O que será o futuro programa financeiro, que ninguem divisa ainda entre as contendias estereis dos grupos parlamentares? Vão os nossos milagreiros da finança resolver o problema com novos adicio-naes, como Oliveira Martins em 92, quando toda a gente esperava dele a reforma completa do sistema tributario? Com o cambio a 129, o que equivale a quase egualar em valor a moeda *forte* e a *fraca*, tudo tendendo a tornar a nossa em fraquissima, com o trabalho no Brasil valorizado, com uma alimentação relativamente barata em comparação com a nossa, já que o Brasil, pela procura da guerra, se transformou de importador em grande exportador de muitos generos de primeira necessidade, — o que admira que ha seis mêses para cá os emigrantes portugêses desembarquem aos milhares no Rio, em Santos e no Pará? E agora, neste doirado bazar em que a riqueza nos entrou em casa sob a fórma de papel litografado, nem a gente dos jornaes surgirá, como era de uso e costume, a pedir a atenção do governo para

o exodo formidavel que nos leva braços imprescindiveis á cultura do pão nosso... Pois não bradou no deserto ainda ha dias um deputado no Parlamento? Fixou-se, e já não foi pouco, que a emigração é uma corrente patologica, inevitavel, e que nos rende milhares de contos por ano.

Mas *rende-os* ela realmente? Nunca procurámos saber se esse caudal de valores-braços que em cada ano despejámos sobre o Brasil dava lucro ou prejuizo á economia da mãe-patria. Sabiamos apenas que com as suas remessas de ouro iamos fazendo face aos compromissos externos. Ela tem sido portanto um elemento de tranquillidade para a gente da governança, que se acostumou a ver nessas remessas freio para o agio e juro garantido e perpetuo (assim era até ha pouco) ao emprestimo com que perpetuamente se propunha afogar o *deficit*. Nem a *crise do encilhamento*, que tanta ruina trouxe á nossa colonia do Rio e tanto se refletiu no volume de papel cambial das rendas anuaes e das economias dos repatriados, nos deu coragem para o estudo desse fenómeno que de fóra nos trazia o maná e a tranquillidade governativa; é ver com que respostas inverosimeis acorreram os nossos consules ao *Inquerito monetario* de 93, e como o executivo as achou saborosas e com elas se contentou. Entretanto, ha quem possa dizer — o sr. dr. Afonso Costa assim o parece concluir — que não é exagero «supôr que o activo da nossa emigração compensa o passivo que apurámos e ainda nos deixa um saldo de outro tanto (*Ob. cit.*, 126).» Dados? Quem ha aí que os tenha? Ninguem neste país entendeu a sentença de Oliveira Martins, a dizer-nos que o melhor destino da emigração portugûesa — ainda era o proprio continente portugûes. E com o ouro a vir do Brasil, como no tempo das «naus de carregam», anda a fome a rondar-nos a porta e a miseria a rir-se agoirentamente das graves locubrações em que andam empenhados nesta hora única os nossos financeiros.

*

Em que se emprega a emigração portugûesa no Brasil? Regra geral, o portugûes emigra para o Brasil acossado pela miseria que lhe entra em casa e nela se vai instalando, pelas dificuldades agricolas que lhe devastam o lar na usura a juro caro, na ambição de melhorar os haveres, — entregue quase sempre á sua propria iniciativa, que num meio onde o *struggle* é ferocissimo e onde o trabalho é um valor serio na organização economica, de pouco pode valer. As *recomenda-*

ções para parentes, amigos, e desconhecidos. deixam-no vegetar nas grandes cidades do litoral, por vezes em trabalhos exaustivos e violentos que ele nunca suportaria na pátria, até que, ou é eliminado na luta, ou continúa arrastando uma vida de esforço inglório que mais tarde ou mais cedo o faz regressar á terra, *brasileiro* grotesco sem chalet, ou as antigas energias da raça, que ele já desconhecia, acordam dentro de si, e então, num meio que caminha apressadamente e onde ha sempre campos virgens e ferteis onde moldar atividades, fura, rasteja, caminha, triunfa. Lançado numa terra ao deus-dará, sem o menor carinho do país que o viu partir, sem o menor interesse do país que o recebeu, é assim um joguete das forças sociaes, é bem o homem que vai á procura da sorte e que as mais das vezes tomba sem a encontrar. Nas grandes cidades, bazares formidaveis onde de meio mundo se vai atraz da fortuna, é um joguete da luta; no interior de clima brando, ou se adapta á vida rude como um sertanejo nato, ou consegue subir mercê da sua *esperteza*, até chegar a familiar das autoridades, e ele proprio autoridade tambem. No norte, onde a nossa emigração anda ainda agora continuando a obra colonisadora dos grandes penetradores do seculo xviii, é o proprio clima que atua como agente eliminador atirando para longe do combate rude pela vida os fracos e os inconstantes; só se salvam aqueles que com um sexto sentido vão ao encontro do clima e talham a marcha da vida paralela á sua marcha inconstante.

Assim, no deus-dará com que aportam ás cidades litoraes, parte emprega-se no commercio e nos misteres seus derivados, parte nas profissões, se daqui levam já conhecimentos solidos delas. A que não consegue triunfar, demanda por vezes o interior, sob a protecção de algum padrinho do litoral, ou de alguma casa da cidade, e então, quasi sempre, fazendo parte da engrenagem commercial da casa. A parte que nas grandes cidades triunfa, dedica-se ao pequeno commercio, ao grande commercio, fórma empresas industriaes, constroe casas — bairros inteiros ás vezes —, entra já na formação dos bancos, imiscuindo-se assim por completo na vida economica do grande país, e nela desempenhando tão primacial função que ainda recentemente, quando se verificou ser necessario o governo central acudir com um emprestimo ás industrias, a imprensa *nativista* logo surgiu a combater o projecto porque ele ia favorecer, na maior parte, a casas portugêsas.

Dum modo geral se pode dizer que, nos estados do norte, o braço portugês se emprega em todo o mecanismo commercial da pro-

dução da borracha, excepto na colheita do producto que é feita geralmente pelo brasileiro cearense, e na exportação que está por completo dominada por casas, em regra inglesas, americana algumas, francesas poucas. Nos do nordeste, a parca emigração portugueza entrega-se aos misteres de commercio; e assim nos do centro litoral (Baía e Pernambuco) onde é já muito maior. No Rio de Janeiro, onde a população portugueza se aproxima de quase metade da nossa população total no Brasil, o emigrante abraça todos os misteres citadinos, dedicando-se nos arredores ao cultivo de hortas, e um pouco à pequena agricultura no interior do Estado. No interior de S. Paulo a nosso emigrante ha muito que cedeu o passo ao italiano, e até, de de 917 para cá, o está cedendo ao japonês. Em Santos, o grande emporio do café, e onde o trabalho do portuguez porventura é mais pesado, emprega-se em regra na carga e descarga desse producto, nas profissões auxiliares de commercio; e assim no Rio Grande do Sul. O grande contingente que Aveiro e a Povoia de Varzim dão á nossa emigração, permanece em regra na sua antiga profissão de marittimos e pescadores, levando para lá toda a rude sinceridade dela e uma crença messianica nos destinos da sua patria como não encontrei por lá maior.

Como se vê, o enorme affluxo da nossa emigração ao Brasil, vai quase sempre dar apenas maior densidade ás populações urbanas. O italiano, apoiado numa legislação protectora, demora-se apenas no litoral o tempo indispensavel a conhecer a fazenda do interior aonde vai trabalhar; assim o japonês. Do portuguez raro é o que deixa o seu registo pelas hospedarias de emigrantes, raro é o que se decide a permanecer no mister em que sempre viveu — a lavoura, que no Brasil, poderia exercer em condições de remuneradora actividade. Por isso mesmo, podendo e devendo ser o colono ideal para o Brasil, sob o ponto de vista etnográfico, é aquele a que, pelo abandono a que o votam o pais que o exporta e o que o recebe, menos ruma á terra e se fixa á gleba.

Estamos assim em face duma população heterogenia sem rumo definitivo na vida economica do Brasil? Não: estamos apenas em face duma população cuja função desconhecemos — pela simples razão de que nunca a quizemos estudar. A emigração portugueza continúa a ser para o Brasil o mais forte contingente de trabalho organizado capaz de lhe dar uma maior estabilidade economica — em algumas regiões e quanto a alguns dos seus mais importantes productos de exportação. Esta força nunca nós a tentámos disciplinar, e nunca sou-

bemos apontar á grande republica a sua alta função, num abraço de de defeza aos interesses comuns. Os nossos funcionarios consulares, a quem esse estudo pertenceria, teem-se preocupado quase exclusivamente com a colocação dos productos portuguezes em alguns mercados do Brasil, faltos de iniciativa da organização central a que estão subordinados, a quem ela competia. Resalvo a atividade intelligentissima do meu illustre colega sr. dr. Alberto de Oliveira, cuja gerência no Consulado Geral do Rio marca uma era nova para o estudo das relações entre os dois paises; e permito-me resalvar os meus trabalhos no Consulado em Manaos, onde, ao tentar o estudo da situação da nossa exportação para esse mercado, a achei tão intimamente ligada á produção estadoal e à função que a mão-de-obra portugueza desempenha nela que fui logicamente levado a um estudo de conjuncto em que tive de colocar no logar que lhe pertence a atividade da nossa colonia nos dois estados do extremo-norte.

Antes de mais, e para podermos procurar conhecer a função da emigração portugueza na atividade economica do Brasil, dividiremos a terra brasileira em zonas de geografia economica, segundo o criterio já estabelecido, mas infelizmente ainda não realizado, do illustre geografo sr. Delgado de Carvalho (*Geografia do Brasil*, vol. 1.º, pag. 252, segs.), zonas em que a contextura física, a temperatura e o clima, a acção das serras, dos rios e dos planaltos teem uma caracteristica propria, e em que, portanto, a produção e a acção do homem a terão tambem. Assim na que denominarêmos, seguindo o mesmo geografo, *Brasil Amazonico*, entram como regiões naturaes a zona serrana do norte, a depressão amazonica, a região das grandes matas occidentaes e o chapadão setentrional do planalto, dominando as condições economicas e sociaes a industria florestal da Amazonia com a quase monocolheita da borracha, e ainda a castanha e muito pouco cacao; formam a do *Brasil norte-oriental* a mesopotamia maranhense (já hoje notavelmente estudada no livro do sr. Raimundo Lopes — *O Torrão Maranhense* e nos trabalhos do nosso Consul no Maranhão, sr. Fran Paxeco (*O Maranhão e O Trabalho maranhense*), a bacia do Parnahyba, as serras e as chapadas da vertente norte-oriental, o littoral e o sertão de Pernambuco, tendo por caracteristicas economicas e sociaes as secas do nordeste forçando a emigração em massa do sertão cearense para a Amazonia, e a questão do açúcar; a do *Brasil Oriental*, a vertente oriental dos planaltos, a zona das chapadas, o vale de S. Francisco, dum futuro economico incalculavel, e o Sul mineiro, até o Parahyba do Sul, com a policultura baía-

na, a cultura do cacao, a vasta zona agricola de Minas e do Estado do Rio, e a industria fabril da Capital Federal; a do *Brasil Meridional*, com a facha maritima de todo o sul brasileiro, a zona da Serra do Mar, a região dos planaltos e a planicie rio grandense, dominada respectivamente pela produção do café, pela policultura dos estados do sul, com seus campos de criação, e a colheita do mate; finalmente a, menos acessivel e menos penetrada pela colonização e imigração, do *Brasil Central*, composta da região goyana, do planalto mato-grossense, onde a procura da guerra foi desenvolver notavelmente a criação, e onde tudo indica a proxima fundação de distritos agricolas, com a penetração da via ferrea e da colonização, e o aumento da via fluvial.

Como já vimos, é no *Brasil Amazonico* e no *Brasil Oriental* que se concentra na sua maxima parte a colonia portugêsa, que nessas zonas se encontra intimamente ligada a quase toda a atividade economica.

O Amazonas tem um produto: a borracha. Decerto a sua terra, que depois das ultimas experiencias deixou cair a lenda de suprema uberdade que a envolvia ainda, oferece outros produtos á colheita; mas, comercialmente, é a borracha que a domina e é só a borracha que deve ter em conta quem queira fazer o balanço exacto das suas fontes de vida. Tempos houve, sobretudo desde que a politica habilissima de Castelo-Melhor animou a colonização portugêsa, em que o longo vale amazonico produzia á farta cacao, arroz, café e algodão. Nos fins do seculo xvii, era já regulada e afeiçoada a cultura do cacao, que expontaneamente ia crescendo pelo mato; e, num incentivo aos braços e aos productores, esse estadista de geniô (que ainda, apesar das necessidades, não encontrou da parte do Governo brasileiro o simile do seu gesto) colectava o cacao bravio e declarava livre de direitos o cacao cultivado e a baunilha. Pelos meados do seculo findo, o clima destrutor tinha arrazado as plantações e levado o ultimo rasto das leis pombalinas que ligavam o selvagem á terra; a obra das Missões não resistiu tambem á obra da natureza. O Pará importava já do Ceará o café do seu consumo; e um presidente da provincia do Amazonas, vendo a terra devastada e sem recursos, conquistada de novo pela floresta, verberava em vão o abandono da agricultura, de onde, instante a instante, iam os braços fugindo para se entregarem à extracção e ao fabrico absorvente da borracha. Com a primeira grande alta do produto — 1853 e 54 — os ultimos braços abandonaram a terra e internaram-se nos *seringaes*. Desde então, a

Amazonia apoia-se comercialmente num único produto, que a cegou com as facilidades de colheita e de dinheiro — a borracha, e tornou-se uma colonia do extranjeiro, donde tudo recebe, e que a toda a hora a ameaça de, por um capricho de bolsa, promover a sua ruina ou a sua fortuna momentanea. Hoje ainda, apesar de todos os esforços de libertação, a Amazonia encontra-se — e por muitos anos se encontrará, apesar das tentativas de produção agricola realizadas nestes dois ultimos anos no Estado do Pará — enfeudada à borracha. Toda a sua vida comercial caminha em redor dela, dela tirando todas as fontes de vida. Uma alta ou uma baixa de produto reflectem-se assim no menor acto da vida amazonica e no menor movimento que o seu commercio acaso tente esboçar.

Circunstancias varias, que não podem ter solução com simples normas legislativas, agrilhãoam a Amazonia ao produto a que a entregou a tentação da fortuna facil: o problema higienico afugentando a emigração que não encontra medidas de combate contra um clima rebelde, a natureza dominadora tornando em pouco tempo inuteis os esforços do homem se não forem metodicamente continuados, um sistema comercial apoiado exclusivamente no crédito, uma organização de trabalho unica mas inevitavel, e, por cima de tudo, a falta de correcção para qualquer efeito arrasador de uma crise, muitas vezes provocada adrede, como succedeu em 1911.

No mecanismo da colheita, venda e exportação deste produto, entra largamente a emigração portuguesa; seguindo o produto, desde que é recolhido da arvore até que é exportado por Pará ou por Manáos, conheceremos a sua função na vida economica da região.

Na colheita de latex na floresta, sua defumação na barraca (cada colector tem a seu cargo um tracto de floresta, que varia conforme a maior ou menor abundancia das arvorea, que são naturaes, e nessa zona um barracão onde prepara o produto), carregamento até ao barracão central do dono ou explorador do seringal, predomina a mão-de-obra cearense, fugida do seu sertão após a devastação periodica das grandes secas, que queimam a agricultura, e matam o gado por falta de pasto.

As secas do Ceará, assolando as populações do sertão, forçam os cearenses á emigração expontanea; e o dono de seringais não encontra, em regra, dificuldades, para obter a mão-de-obra necessaria. Basta recrutá-la nos milhares de flagelados que aportam na epoca das crises a Manáos ou ao Pará. Mas, outras vezes, quando melhores tempos apegam o cearense ao sertão, torna-se necessario enviar ao

Ceará aqueles recrutadores. As mais das vezes são antigos emigrantes, crescidos na confiança do patrão, que regressam á sua aldeia contando maravilhas da floresta. Conhecedores como ninguem da credence do sertanejo, da facilidade de o suggestionar num meio tragico onde a natureza em cada ano lhe rouba barbaramente o gado e as plantações, o *preposto* junta assim em redor de si, com relativa facilidade, um grupo disposto a embarcar para a terra fertilissima onde a agua corre em rios que mais parecem o mar e as chuvas em cada dia acodem a refrescar o arvoredos. Logo os matutos deixam á familia o pouco que lhes resta em fazendas e dinheiro; e, feitos já *paroaras* (assim se chamam no Ceará os emigrantes que se dirigem para a Amazonia), entregam-se nas mãos do engajador que os vai provendo de tudo — roupas, algum dinheiro, passagens no comboio, a estadia de alguns dias em Fortaleza. Em frente ao mar, o sertanejo sente que começou para ele a libertação; e já se vai endividando com todas essas despesas que afinal serão descontadas nos lucros da exploração, — e já tambem o proprietario vai arriscando somas cada vez maiores que só um dia arrecadará se o seringueiro chegar ao seringal, trabalhar diligentemente e no segundo ano extractivo consiga liquidar os dispendios do proprietario. A organização de trabalho do Amazonas gera assim de começo duas escravidões: a do trabalhador ao patrão, e a do patrão que necessita recorrer a creditos as mais das vezes ruinosos para abarcar tais despesas.

Chegados os emigrantes ao seringal, onde vão sendo metodicamente despejados, ao fim duma viagem de trinta, quarenta e mais dias, um *manso* de graduação (um seringueiro já pratico na exploração) vem tomar conta do *brabo*, a quem inicia no trabalho, dando-lhe duas «estradas». Ainda não começou a extracção e já a sua dívida é enorme; e já tambem o dinheiro dispendido pesa sobre o proprietario. Já um e outro são dois grilhetas. Mas como o *brabo* chegou ao seringal sem um real, sem roupa para vestir, sem nada para comer, antes de partir para a barraca, distante da margem um e mais dias, tem o patrão de o prover a crédito de toda a aparelhagem rudimentar da extracção, e de tudo o que precisa para viver. Os preços dependem, em primeiro logar, da distancia a que o seringal ficar do mercado fornecedor — Pará ou Manáos; depois, como o sistema de pagamento adoptado, pela força das circunstancias, é o do *truck*, satisfazendo o seringueiro com borracha tudo o que o patrão lhe adianta e recebendo o saldo, se o tem, hão-de naturalmente os preços resentir-se da confiança no trabalho do produtor, da quantidade e da qua-

lidade do produto. O seringueiro que trabalha na terra do patrão, na terra que o patrão já por sua conta teve que desbravar, recebe do produto da venda da borracha pelo commissionista de Manáos ou do Pará 90 0/0, dando ao patrão, para custeio das estradas, 10 0/0; esta percentagem por vezes vai até 15 0/0, e, em alguns, raros casos, a 20. O patrão compra os seus generos nas praças recebedoras — e compra-os naturalmente a um preço alto, já porque os compra a um credito por longos meses (a safra da borracha é de Janeiro a Junho, enquanto o seringueiro consome viveres no ano inteiro), já porque os negociantes das duas capitais amazonicas sabem de antemão que se arriscam a não receber parte dos fornecimentos feitos aos freguezes do interior. Esses gêneros chegam assim á barraca do patrão já onerados com preços altos, já com fretes que não podem ser baratos. Em Manaos e no Pará a borracha é vendida à cotação do dia pela casa recebedora, que remete os conhecimentos da venda ao *patrão*.

Até aqui portanto não ha quem tenha margem para os fabulosos lucros de que se fala por esse mundo, antes se não vê uma relação de dependencia entre produtor, proprietario e recebedor, que aperta mais e mais a livre acção de cada um deles, apoiada como está toda ela sobre o credito. Só o exportador tem margem a largas especulações que lhe garantam um lucro sólido, na comodidade do seu negocio, em que nada arrisca, sabido que, com os conhecimentos de embarque, ele vai levantar, por saques contra créditos abertos no banco correspondente da casa inglêsa ou americana a que segue consignada a borracha, o producto da venda com que paga ao recebedor. Só o exportador pode ganhar — e só ele realmente ganha; tanto mais que hoje os mercados de Manáos e do Pará se devem considerar monopolizados por duas ou três casas estrangeiras que os dominam e amesquinham, e os trazem inteiramente à mercê dos seus caprichos e das necessidades dos seus correspondentes em Londres e Nova York.

Qual é a função de emigração portugûsa neste vasto mecanismo? O Amazonas é ainda hoje uma terra mais profundamente portugûsa que algumas das colonias onde exercêmos a soberania. Desde os velhos tempos de Lobo d'Almada e da penetração habilissima de Xavier de Mendonça que a colonização portugûsa da Amazonia quase não sofreu solução de continuidade. Sobre ser o mais seguro cliente que temos no Brasil, é a mais *portugûsa* de todas as terras brasileiras. Tirando o braço cearense, fabricante do seu produto, e as casas exportadoras, o portugûs encontra-se em todas as rodas da sua engre-

nagem economica. Quatro quintas partes da produção total do Amazonas é recebida em Manaos por casas portuguezas; firmas portuguezas deteem em alguns pontos rios inteiros de seringaes; a navegação que põe em contacto as casas de Manaos com o interior é tambem portugueza na sua quase totalidade — embora, por força da lei brasileira reguladora da navegação de cabotagem, os barcos figurem em nome de brasileiros — que não são mais que portuguezes naturalizados para esse efeito; dois terços da propriedade urbana de Manaos é tambem de portuguezes; e só o Estado do Amazonas manda para Portugal anualmente, fruto do trabalho do nosso emigrante, entre dez e quinze mil contos brasileiros. Ao progresso e á ruina da Amazonia estão indissolvelmente ligados altissimos interesses portuguezes, neste momento, mais do que em nenhum outro, ameaçados de estrangulamento.

Tal é a situação do nosso emigrante numa das cinco grandes zonas economicas do Brasil. Conscienciosa, miudamente a estudei nos meus dois livros *Daquem & Dalem Mar* e *Interesses Portugueses na Amazonia*, no cumprimento das minhas obrigações officiaes, como Consul, que fui, de Portugal em Manaos e no Pará. Das outras zonas o que sabêmos? Simples detalhes, que nunca podem dar a vista de conjunto necessaria a observações de tal ordem. Sabêmos que numa vasta zona de geografia economica do Brasil a colonia portugueza exerce funções tais que os governos brasileiro e portuguez lhe devem o máximo de protecção para valorizar um produto que ela explora e detem na sua maior parte; e isto só é um horisonte novo que se abre à politica comercial entre Portugal e Brasil. Sabêmos tambem que estando a quase totalidade da vida comercial dessa região na mão de portuguezes, na Amazonia poderêmos ter um mercado seguro para a nossa produção, desde que a queirâmos adaptar convenientemente às exigencias do seu consumo: e isto é outro aspecto não menos interessante. As nossas estações officiaes teem tratado lá fora a acção economica da nossa emigração com o mesmo desprezo e a mesma ignorancia com que a tratam cá dentro. Assim ela continua abandonada no Brasil, entregue a si mesma, enquanto as colonias doutros países ao desembarcarem em terra brasileira se encontram rodeadas de todas as defezas — embora nenhuma delas tão alta função tenha na economia do país como a nossa. O emigrante italiano chega a Santos ou a S. Paulo, dá entrada na Hospedaria de Emigrantes, donde segue para a *fazenda*, defendido por um contrato que muitas vezes rodeia de mais garantias o colono do que o proprio fazendeiro. A emi-

gração japonesa está entrando em S. Paulo por um contrato do próprio governo do Estado, que ao Japão foi buscar vinte mil famílias — no momento em que todos os países lançam medidas proibitivas contra a emigração amarela. Num país como o nosso, que, se fecha a sua balança economica com saldo, ou pelo menos com equilibrio estavel, o deve à exportação do homem, genero mais rendoso que a cortiça, o vinho e o pescado, o estado apenas olha para o emigrante para o carregar de alcavalas com passaportes custosos.

Ha muito que na fossil organização do nosso Ministerio dos Estrangeiros devia ter sido criada uma «Repartição das Relações com o Brasil», com duas secções, a uma das quais coubesse estudar e resolver os assuntos referentes à politica comercial com esse pais, e à outra os referentes à emigração. A esta segunda secção competiria fazer estudar pelos Consules nos diversos distritos consulares as condições de salubridade, saneamento, mecanismo do trabalho, situação habitual do emigrante, editando pequenos *manuaes do emigrante* para cada região brasileira, pelos quais ele, ainda na sua terra, ficasse conhecendo as necessidades que tem de se defender do clima, o modo de vida fisico e comercial, o campo em que vai desenvolver a sua actividade, etc., escritos em linguagem clara, simples e facilmente apreensivel. Esses manuais forneceriaem indicações sobre custo de vida, receitas habituaes em cada mister, meios de conservação, legislação sobre emigração, relações entre o emigrante e o Consul, e, apresentando-lhe as instituições portuguezas em cada distrito consular, forcejariam liga-lo o mais possivel à mãe-pátria nas suas relações economicas e moraes. Receberia essa secção dos Consules informações sobre o melhor ou pior estado sanitario, comercial, financeiro, de custo de vida, etc., de cada região, que publicaria num boletim trimestral, a ser enviado a todos os Governos Civis, administrações do concelho, regedores, camaras municipaes e juntas de freguezia para elucidación dos individuos que pretendessem emigrar para determinada região. Por ela correriam as relações entre as diferentes sociedades repatriadoras, consules, etc., sobre a applicação do *Fundo do Emigrante* para repatriações, que urge fazer criar, em vez da barbara receita de passaportes. Promoveria o cadastro dos emigrantes em cada distrito consular, organizaria estatisticas com a maior regularidade e a maior proximidade sobre os os misteres a que em cada distrito eles se entregam, industria e comercio portuguezs, nascimentos, casamentos, obituario, etc.

Assim se amorteceriam muitos sonhos de aventura e tentações

de fortuna facil; e assim se dava um destino ao emigrante e se conhecia a sua função. Aumentar-se-hia com essa propaganda a emigração, veem já dizer-me. A emigração nas actuaes condições de vida nacional é uma fatalidade a que temos de sujeitar-nos. Canalizá-la, defendê-la por tratados e pela acção das nossas autoridades, e torná-la menos intensa e mais util á mãe-patria, — eis o traçado da acção do estado. E como mais nobre funcção ainda, evitar quanto possivel a sua desnacionalização no bem entendido sentido da palavra, sem que o emigrante deixe de prestar á economia do país que o recebe as utilidades que dele espera. Os programas traçados tão luminosamente por Rafael Altamira (*España y el programa Americanista*) e Adolfo Posada (*En America—Una Campaña*) para a emigração espanhola para a America do Sul, aí estão a ensinar-nos o caminho, com escolas primarias e secundarias regidas por professores carinhosamente patriotas que realizassém a um tempo a grande obra de estreitar os laços entre as duas patrias e rodear a educação da familia do emigrante do respeito e da affectividade pela patria.

Por essa Repartição, e como bases de estudo para o Tratado de Comercio e o Tratado de Emigração com o Brasil, se mandaria proceder por uma só pessoa, ou por um nucleo de estudiosos de vistas homogeneas, a um inquerito (que seguiria o preconizado para as causas da emigração, no quadro geral do inquerito à nossa vida economica e á nossa produção) sobre as bases seguintes:

1.º — Análise da produção estadual (ou regional, conforme a indicação da zona de geografia comercial a estudar) dos produtos de exportação, averiguando: *a)* As circunstancias economicas e financeiras que dirigem a sua exportação; *b)* O computo da produção de cada artigo que é detida por portuguezes; *c)* O mecanismo da sua produção, colheita e exportação, e a função que o portuguez desempenha em qualquer das operações; *d)* Importancia do numerario que gira na praça exportadora; *e)* Aparelhos bancários de defeza á produção e exportação dos produtos; se existem, que função desempenham no mercado distribuidor ou consumidor; *f)* Analogia com produtos portuguezes continentais insulares ou coloniais, e se uns e outros teem interesses paralelos ou concorrentes nos mercados que os recebem.

2.º — Analise da mão-de-obra e seu custo, para o caso dela vir a ter influencia sobre o produção, o comercio e os interesses portuguezes em determinada zona economica, compreendendo: *a)* A nacionalidade da mão-de-obra em qualquer dos aspectos de produção, comer-

cio, exportação, e até embarque; *b*) O numero e a situação dos emigrantes portugueses na região, profissões que de preferencia occupam, lucros medios que recolhem, e parte dêles que enviam para Portugal; *c*) Aplicação que o emigrante português dá aos lucros do seu trabalho; *d*) Sua fixação ao local, propriedade rustica e urbana que lhe pertence, e fonte dos capitais com que a obteve; *e*) Conveniencia de expandir, reduzir ou orientar, ou ainda de cercar de determinadas garantias o emigrante português, em face da função que ele desempenha na economia do Estado; *f*) Emigrantes doutros países, sua função, se expulsaram a emigração portugêsa de logar que já tivesse occupado, e causas; *g*) Relações comerciais entre o colono português do interior e o comerciante português do litoral; *h*) Portos de saida dos productos; capital neles representados, e sua nacionalidade, e das empresas directoras; que interesses servem.

3.º — Estudo sobre a importação portugêsa, sua importancia, e quantidade com que para ella concorre o imigrante português, averiguando: *a*) Se existe relação de paralelismo entre a imigração portugêsa e a importação de Portugal, e conhecer o motivo porque ha qualquer desequilibrio entre a balança imigração-importação portugêsa; *b*) Comparação, artigo por artigo, em face do producto estrangeiro que domina o mercado, das condições a que deve satisfazer o português para nele ser recebido e acreditado, com a análise minuciosa de qualidade, peso, resistencia, adaptação ao clima, embalagem, custo de frete, prazos de pagamento, tarifas alfandegarias, etc.

4.º — Conclusão, feita sobre os dados anteriores, da situação actual de transporte para os mercados europeus e para o intercambio luso-brasileiro, e da importancia e função economica que terá para cada Estado a navegação portugêsa. Mecanismo da distribuição dos productos brasileiros e coloniais portugêses nos mercados da Europa. Função do porto-franco de Lisboa. Definição do Tratado de Comercio e do Tratado de Emigração entre Portugal e o Brasil.

Este inquerito que será feito isoladamente para cada uma das zonas de geografia economica atraz descritas, para ter unidade, finalidade e direcção haveria que ser entregue a um dos nossos estudiosos de politica economica, que sob varias monografias extrairia ao depois duas sinteses — uma esboçando o traçado da nossa politica comercial, outro esboçando a politica de emigração que mais convenha seguir. Em Março de 1917 apresentei-o no Rio de Janeiro ao então nosso Consul Geral sr. dr. Alberto d'Oliveira, sendo eu ao tempo Consul em Manáos. Não cometo indiscricção de qualquer natureza afirmando que esse

ilustre funcionario o remeteu ao Ministerio dos Estrangeiros, com as palavras de carinho que tantas vezes em publico manifestou a respeito dos meus trabalhos sobre as relações economicas luso-brasileiras, instando com o titular dessa pasta para que se não demorasse o inicio desse meu estudo, que seria a definição em solidas bases de observação da vida economica comum aos dois países. Quis eu proprio oferecer-me tambem para o realizar, sem direito a qualquer remuneração que o Estado quizesse por ele dar-me. Cumpro um grato dever resalvando as responsabilidades do então ministro, sr. dr. Augusto Soares, que concordou com esse plano, e me ia dar o encargo da sua execução quando a ronceirice burocratica a isso se opoz com decisão — por ir eu, dizia, invadir esferas de atribuições de outros consules, entrando na area da sua jurisdicção a praticar actos que só a eles competiam. Sinceramente desejei então que eles o fizessem quanto antes, a incentivo do organismo central que os dirige, embora lamentasse que tal estudo, apenas realizado para satisfazer obrigações burocraticas e por muitos funcionarios, não encontrasse interesse nem viesse a ter unidade e direcção. Creio entretanto não andar longe da verdade afirmando que até agora tal inquerito não teve o minimo seguimento. Ainda em Setembro do mesmo ano, me ofereci ao governo para, em continuação dos meus estudos, ir em missão gratuita aos portos francêses, inglêses e italianos que recebiam os produtos brasileiros e os nossos produtos coloniais, que ao tempo se julgavam ainda concorrentes, estudar o mecanismo da distribuição desses produtos, conhecer a area de distribuição de cada porto, e as condições de cada um dêles no mercado. Ante as dificuldades que então topei no caminho — até em simples recomendações para os Consules, meus colegas, me facilitarem trabalho e material de estudo — tive de desistir.

Assim chegámos à paz ignorando o que sejam, em verdadeira verdade, as nossas relações com o Brasil, perdendo uma ocasião unica de utilizar uma situação excepcional em que os países nossos correntes se preocupavam apenas com intensificar o esforço bélico. Não o fizemos então; e ninguem sábe ainda quando o faremos, ou se quando o quizermos fazer será já tarde. Aí nos encontrâmos de novo em face duma corrente emigratoria, que ameaça subverter os anos da máxima exportação de gente, fugida á miseria que nos envolve. Novas golfadas de braço portugêses vão ser descarregadas nos portos brasileiros, entregues ao acaso da fortuna, quando nós precisâmos justamente de *contrecarrer* a formidavel expansão comercial dos grandes países no continente sul-americano, guardando ao menos os mercados

que lá temos e entregando a chave deles á colonia portugueza. Porque tudo quanto, sob o *statu quo*, se quizer fazer em materia de intensificar as nossas relações commerciaes com o Brasil, esbarra fatalmente no desamparo da nossa emigração, e na falta de direcção a que a deixámos ao aportar á terra brasileira.

Ora pondo de parte a penetração amazónica, a emigração portugueza fixa-se quase sempre no litoral. Dos 72.970 imigrantes desembarcados no Rio durante 1911, 31.666 eram portuguezes. Dizem-nos as estísticas brasileiras que desse total de emigrantes 42.429 eram agricultores, 27.898 trabalhadores ruraes, pertencendo ás outras profissões os 2.643 restantes. Pois bem. Em que foram aplicar a sua actividade esses 31.666 emigrantes portuguezes, que no seu país laboravam a terra na quase totalidade? Ficaram-se pelo litoral, aumentando o numero das populações urbanas. Abandonaram o seu antigo mister, em que a fortuna podia acompanhá-los na terra feracissima que buscáram. Coalharam nas cidades, enquanto os restantes emigrantes rumaram aos planaltos a estabilizar a sua vida no grangeio da terra. Uma estatística mais recente da entrada de imigrantes no Brasil acusa o desembarque nos seus portos de 2.350.603 colonos, de 1891 a 1913. Dessa emigração, dois terços infiltrou-se pelo interior. E o quinhão formidavel com que Portugal contribuiu para esse numero? Ficou-se em regra no litoral, nos misteres auxiliares do commercio. Talvez fosse este aspecto da nossa emigração para o Brasil que levou o sr. dr. Teixeira de Abreu, numa conferencia que em 1916 realisou no Rio, na Camara Portugueza de Comercio — *Cambiantes da emigração portuguesa*, a negar a função colonizadora ao portuguez, attribuindo-lhe apenas, fóra da sua terra, aptidões para o commercio.

O sr. dr. Teixeira de Abreu outorgava-nos apenas a herança da pirataria da India, esquecendo a obra admiravel que é a nossa colonização no Brasil; por bem, o sr. Carlos Malheiro-Dias, numa conferencia a todos os titulos notavel realizada no mesmo local — *Rumo á terra* —, repôs as nossas qualidades colonizadoras no logar a que tem direito, pondo em destaque os perigos a que se arrisca a nossa emigração se teimar em demandar apenas o litoral, — vale dizer, se teirmos em a deixar seguir ao abandono direita aos portos, onde não encontra quem a ampare e a encaminhe para o interior. E' ver, como expoente do urbanismo, a multidão que se aglomera á porta dos Consulados ou junto das sociedades repatriadoras, pedindo retorno para Portugal, — uma multidão atingindo a miseria num país onde ainda domina a terra virgem.

Quaes são esses perigos que pairam já sobre a nossa emigração e ameaçam num futuro mais ou menos proximo expu'sa-la do Brasil? Não ha commercio sem consumidores; e ninguem se convence que a intensa vida commercial das cidades do litoral brasileiro vive apenas da clientela dessas cidades. Lá, como em todos os países de penetração, o litoral vive principalmene do cliente do interior. E' o planalto sobrio e são, de vida tranquillã e igual, que alimenta o cosmopolitismo do litoral. Com este principio á vista é que as grandes correntes emigratorias germanicas e slavas se dirigiam sempre para o interior, apoiadas no commercio seu nacional da beira-mar. Assim se fizeram e prosperaram os poderosos núcleos alemães do sul do Brasil que nas horas do sonho pan-germanista ameaçavam já transformar-se numa America do Sul alemã. Assim fez, ao depois, a imigração italiana, sem, é claro, os sonhos absorventes, da imigração germanica. E' evidente que os nucleos de colonos fixados no interior, por afinidades de raça, de lingua, facilidades de transacções, conhecimentos pessoais, relações familiares até, preferem para as suas transacções os seus conacionais do litoral; e bem pode succeder que determinada nacionalidade adquira tal importancia no interior que o commercio de certo porto serve, que a pouco e pouco a sua acentuada preferencia pelo commercio dessa mesma nacionalidade vá aniquilando os concorrentes que a outra pertencem.

Convem que seja invocado um exemplo doloroso com nós succedido. A ilha de Santa Catarina foi começada a colonizar intensamente em tempos de D. João V, e a ela acorriam colonos ilheus, cujos descendentes ha cerca de um seculo ali mantinham um commercio prospero, rico, dominando-lhe por completo a praça. A emigração alemã, no primeiro quartel do seculo findo, entrou a demandar-lhe o interior, lá se estabelecendo e proliferando; e em breve casas alemãs se vieram estabelecer no litoral, ensaiando um commercio com os da sua grei que habitavam o interior. Commercio foi esse que dia a dia mais se foi intensificando; a pontos que hoje a antiga e rica colonia portugêsa de Santa Catarina é apenas um nucleo de pescadores arrastando no seu mister uma vida esteril em lucros. Com a emigração italiana para as grandes fazendas do interior de S. Paulo outrotanto succedeu: o commercio da cidade está hoje quase nas mãos de grandes casas italianas, que enchem de palacios as suas novas avenidas, e dominam quase por completo as transacções dessa praça, e, com elas, o primeiro produto do Brasil, embora a nossa colonia, tanto em S. Paulo como em Santos, mantenha hoje uma situação regular.

Agora que, com o desfecho da guerra, a Austria se debate com a fome, e o colono alemão, cuja emigração tinha cessado ante o formidável desenvolvimento industrial desse povo, busca de novo a America do Sul enchendo os navios que a demandam, e agora tambem que todas as grandes nações, exaustas pela guerra, se prepararam para tirar o maximo proveito dos seus valores economicos, o menor dos quaes não é decerto a corrente emigratoria, coisas são estas que põem na frente dos que ainda levam a serio os problemas nacionais, a possibilidade proxima duma emigração expulsa de Portugal pela fome, procurando fortuna no Brasil, e expulsa do Brasil pela situação de decadencia que então haja atingindo o nosso commercio do litoral, se não nos esforçarmos já por lhe dar optimos clientes no interior.

Para a resolução deste problema devêmos ter á vista sempre a admiravel arma que é hoje o nosso grande commercio em tres ou quatro grandes cidades brasileiras, e o exemplo de permanente trato commercial que nos dá a nossa colonia do extremo-norte, que, infiltrando-se pelo interior amazonico em permanentes relações — relações até de interdependencia — com as casas das capitais, lá soube criar-se uma situação hegemonica que força é manter, valorizar e defender. O nosso illustre compatriota sr. Felix Celso, que conhece como poucos a vida economica e financeira do Brasil, e no Rio dirige a revista *Brasil Ferro-Carril* que faz hoje autoridade nos seus meios cultos, projectou ha anos a organização duma grande companhia agricola com capitaes portuguezes, para a fundação de colonias que teriam os nomes das provincias de Portugal e onde se instalariam os emigrantes rurais. Não ha muito ainda que os srs. Visconde de Moraes, Carlos Malheiro-Dias e Humberto Taborda, acudindo ao chamamento do sr. dr. Nilo Peçanha, então Presidente do Estado do Rio, pensáram em drenar para a baixada fluminense o numero suficiente de trabalhadores agricolas que colonizasse esse vasto campo, às portas do nosso commercio do Rio de Janeiro, não chegando a realizar a ideia por verem envolvida a sua nobilissima tentativa em artigos de jornaes que já a designavam por *escravatura branca*, naquela atmosfera de suspeição que usâmos transportar da nossa politica para onde quer que acampêmos.

Certo é que estâmos remetendo para o Brasil, por portos nacionais e estrangeiros, porventura hoje mais do que nunca, um contingente de exportação humana que nos arriscâmos a vêr sem colocação, dentro em pouco, no litoral brasileiro. Não curâmos de prevenir som-

brias hipóteses lá fóra, como não curámos de evitar esse exodo, melhorando as condições da vida nacional, e jungindo mais à terra o nosso habitante. Como em 1892, os salvadores aparecem já, expondo os seus planos de reorganização economica, e agora, como então, a cobardia nacional tudo resolverá, quando o acaso os chame ao poder, com medidas financeiras de ocasião, num aumento de percentagens adicionais sobre as absurdas contribuições existentes, — o que irá apenas agravar o mal até ao estado comatoso. Assim liquidou a competencia financeira de Oliveira Martins, numa crise cuja gravidade não sofre confronto com a de agora; e assim liquidarão as competências politiqueras que por aí se apregôam já. O mal é mais fundo, a solução paira mais alto, e não se compadece com interesses de seitas empenhadas na votação do influente e na regedoria derivante.

O que vamos fazer? A titulo de curiosidade, referirei um projecto que acaba de ser presente ao Senado, e onde, resalvando as boas intenções do sr. senador que o apresenta, se nota o teoricismo com que procurámos resolver instantes problemas, postos já em equação, e que se encontram afastados do principal logar, dando vez a idealismos temporãos, para os quaes, quando não sejam inuteis, não preparámos o Brasil, nem a nós mesmo nos preparámos.

Diz assim o projecto, tal como saíu da ultima redacção :

Artigo 1.º E' creada uma grande comissão, que será denominada «Comissão de estudo para o estreitamento de relações entre Portugal e o Brasil» a qual será presidida honorariamente pelo sr. presidente da Republica e efetivamente pelo ministro dos negocios estrangeiros e será composta, além dos presidentes, de tantos quantos forem necessarios para a formação de sub-comissões de tres membros, cada uma, para estudar os diversos assuntos especiaes em que deverá recair a atenção da comissão.

Art. 2.º O governo deverá propôr e submeter á sanção do Congresso a nomeação dos vogaes que deverem fazer parte d'esta comissão.

Art. 3.º Os estudos d'esta comissão deverão inicialmente incidir sobre os seguintes objetivos:

a) Uniformização da lingua comum e maxima proteção reciproca á propriedade literaria.

b) Equiparação das instituições de direito privado;

c) Mutuo direito de elegibilidade dos cidadãos dos dois paises para os corpos administrativos, embora com justas e indispensaveis restrições;

d) Equivalencia dos cursos superiores, especiaes e de habilitação para o magisterio e livre exercicio das correspondentes profissões nos dois paises.

e) Problema da emigração;

f) Proteção á navegação comercial dos dois paises;

g) Estabelecimento de um porto franco em Portugal;

E, seguidamente, sobre quaesquer outros que forem propostos ou indicados pelo poder executivo, o qual deverá então promover, nos termos do artigo 2.º, a nomeação de mais os vogaes que forem necessarios para constituir as respectivas sub-comissões.

Art. 4.º A fim de ocorrer ás despesas com esta comissão e de facilitar a ida de quaesquer das sub-comissões ou dos seus vogaes ao Brasil e de facilitar ainda, porventura, a recção de vogaes de qualquer comissão brasileira que para o mesmo fim venham a Portugal, o governo deverá inscrever no orçamento das despesas do ministerio dos negocios estrangeiros verba conveniente.

§ unico. A ida de quaesquer sub-comissões ou dos seus vogaes ao Brasil dependerá sempre de resolução do governo.

Art. 5.º A comissão, á medida que as suas sub-comissões forem concluindo os seus trabalhos, entregará no ministerio dos negocios estrangeiros os seus relatorios para, sobre eles, este poder negociar as convenções a submeter á sanção ou retificação dos parlamentos dos dois paises.

Para executar a primeira alinea — «uniformização da lingua comum e maxima protecção reciproca á propriedade literaria» — ninguem dirá que seja de grande utilidade a «grande comissão» que o projecto de lei cria. Nem o *nacionalismo* brasileiro consentiria que a lingua portuguesa tal como se fala em Portugal se fosse impôr ao Brasil, alegando, e em parte com razão, que a sua vida de cem anos diferenciados de Portugal, que as suas necessidades de expressão, derivadas da sua geografia, da sua população sertaneja, do seu *habitat*, se não compadecem com todo o rigor da lingua tal como se fala em Portugal. A Academia Brasileira, que em tempos tinha aceitado a reforma ortografica decretada em Portugal em 911 pelo Governo Provisorio, acaba de vir ao encontro desta platonica aspiração do autor do projecto, declarando que renuncia a tal reforma e que regressa ao *statu quo ante* ortografico. O sr. Medeiros e Albuquerque, que ainda ha poucos mezes, numa cronica para um vespertino do Rio, applaudia a ideia duma federação luso-brasileira, realizou em 1913 uma conferencia na Sorbonne onde lançou a teoria — que Ramalho perfilhou com atitudes passivas de reporter (in *Ultimas Farpas*, pag. 235) — de que o eixo da nossa literatura tinha passado para o Brasil, não só porque em Portugal falavam a lingua cinco milhões de almas e no Brasil a falavam já hoje uns vinte e tantos milhões, mas ainda porque as linguas autoctones do selvagem preexistente trouxeram á portugêsa uma riqueza de vocábulos que obscurecia aquela lingua em que Camões escreveu os *Lusiadas*. Quanto á «protecção reciproca da propriedade literaria», a não se querer pedir o cumprimento dos convenios existentes, facil seria negociar um outro, entre Portugal e o Bra-

sil, se o Brasil estivesse disposto a isso, sem necessidade de recorrer á «grande comissão».

Inscribe a alinea b) a «equiparação das instituições de direito privado». Só quem não conhece o espirito profundamente *americanista* do novo código civil brasileiro, e não conhece que a lei civil se tem que justapôr exactamente em cada país ás necessidades que é chamada a regular — sendo para mais corrente aceite já hoje não só entre juriconsultos mas até sancionada em códigos, que a lei civil deve levar a sua maleabilidade ao ponto de, em cada país, estabelecer normas diferentes, conforme as condições peculiares a cada região — poderá julgar ser possível «equiparar as instituições de direito civil» em dois países cuja organização é e tem que ser fatalmente diferente, quase diria oposta. Como pode o Brasil, país novo, necessitando colonização e consequente nacionalização do colono, estabelecer normas acquisitivas da personalidade eguaes ás da lei civil portugêsa? Como pode o Brasil, com mais de três quartos do seu territorio incultos, estabelecer disposições reguladoras da propriedade identicas ás dum velho país, cujas formas de propriedade tem origens historicas que a caracterizam e que o reformador de 1820 e o proprio autor do Código, apesar de todo o liberalismo que os dominava, não conseguiram desradicar?

Ainda que algum dia pudessemos apertar estreitos laços politicos com o Brasil, nunca as instituições de direito privado dos dois países poderiam ser identicas.

O que certamente o autor do projecto quis regular foram os conflitos de leis, tão comuns, entre a lei civil dos dois países. Mas tambem para isso se torna desnecessaria essa «grande comissão», sabido como é de toda a gente que se interessa mediocrementemente pelas nossas relações com o Brasil que entre os srs. dr. Rodrigo Octavio, Consultor Juridico da Republica do Brasil, e o sr. dr. Alberto de Oliveira, então nosso Consul Geral no Rio, foi estudado um convenio regulando esses conflitos, determinando a sua solução, convenio que é do conhecimento dos dois governos, faltando-lhe apenas a sua mútua aprovação e a sanção legal para ser posto em execução.

Não me detenho na analise da alinea c) — «mútuo direito de eligibilidade dos cidadãos dos dois países para os corpos administrativos, embora com justas e indispensaveis restrições». O colono portugêso que fóra das grandes cidades entra a exercer um logar preponderante que lhe dê merito por tais funções, não tem até agora pedido licença ao governo portugêso para as exercer, considerando-se brasileiro,

como lha não tem pedido para aceitar uma patente de capitão da Guarda Nacional — enquanto ela existia. E quanto á alinea *d*), creio não andar tambem longe da verdade dizendo que, se até agora ainda nada se fez, não tem sido a culpa do governo brasileiro.

Na alinea *e*) se diz apenas — *Problema de emigração*. O que se entende aqui por problema da emigração? Se se entende o conjunto de todas as relações comerciais entre Portugal e o Brasil, bem está. Mas para tal estudo parece-me pouco de mais a «grande comissão»; só bastaria uma pessoa ou um nucleo de pessoas com conhecimento exacto das relações entre os dois paises, conhecimento que neste momento ninguem de boa fé pode ainda ter. Tambem não vale a pena referir a alinea *f*) — «protecção á navegação comercial dos dois paises», por ser inutil abordar tal problema isoladamente do estudo em conjunto da politica comercial com o Brasil. Quanto á alinea *g*) — «estabelecimento dum pôrto franco em Lisboa», ha que simplesmente achá-la inutil, pela forte razão que a zona franca para o Brazil está já ha anos estabelecida, embora por enquanto seja uma verdadeira abstracção, por se ter tratado empiricamente de estabelecer uma zôna franca sem se cuidar primeiro de drenar mercadorias para ela.

Queim, seguindo a minha exposiçào, tenha visto a serie de problemas encadeados que nos urge regular com o Brasil — afóra o mais que adeante se verá — rogará aos nossos legisladores que arquivem o projecto, não vá a sua inutil aprovaçào protelar por mais tempo ainda a soluçào urgentissima dos problemas de política comercial entre ambos os povos latentes. Para mais ele é, no vario idealismo das questões que aborda, apresentado num momento em que ha a indicaçào clara de que o Brasil não deseja estudar comnosco taes relações. Sabe-se que a diplomacia habilissima do sr. dr. Alberto d'Oliveira conseguiu da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro a nomeaçào duma comissão que, conjuntamente com outra saída da Camara Portugueza de Comercio dessa cidade, estudasse determinados aspectos das relações de produçào e emigração entre os dois paises reputados das mais prementes; como se sabe tambem que, mal instalada, essa comissão resolveu adiar os seus trabalhos, sob o pretexto de que o Brasil se encontrava em estado de guerra. Mais: já no correr deste ano, a Camara dos Deputados brasileira nomeou tambem uma comissão, presidida, se não estou em erro, pelo sr. deputado Fausto Ferraz, encarregada de estudar a aproximaçào economica entre os dois paises. O que tem feito essa comissão? Pois não seria duma elementar conveniencia apurar como ela tem encaminhado os seus

trabalhos, ou sequer se os tem iniciado, antes de se levar o Parlamento português a pronunciar-se sobre este assunto ?

Salvo o devido respeito, e se a minha experiencia das coisas do Brazil me dá autoridade para dar conselhos em tal materia, não era nada disso que se deveria fazer. Nas nossas relações com o Brazil ha problemas já postos em equação, para a solução dos quaes nos faltam apenas os dados positivos em que assentá-la, dados que o inquerito cuja realização proponho forneceria por completo.

A simples enumeração dos que tem sido apontados mostrará a sua excepcional importancia.

Voltêmos à primeira zona de geografia economica — o *Brasil Amazonico* — em que a função da nossa colonia, e a sua situação, foram já postas em equação. Nela poderêmos encontrar factos novos, que nos permitam traçar a politica comercial entre Portugal e essa vasta região, talvez continuavel com outras zonas economicas brasileiras. Como vimos, o português é na máxima parte o proprietario, o intermediario e o recebedor do produtor — isto é, o que faz girar todo o mecanismo comercial dessa zona, sabido que o colector e preparador recebe o maior quinhão de lucro em generos que o proprietario lhe adianta, e que o exportador, pelas suas relações com os grandes mercados da Europa e America, afinal os verdadeiros compradores, nada arrisca nas suas operações. Sendo quatro quintas partes da borracha amazonica recebida em Manáos (para o Pará, a situação de predominio da colonia, se não é tão grande, é ainda completa) por casas portuguesas, e a restante recebida por casas brasileiras, umas e outras se encontram na dependencia de exportadores estrangeiros, que impõem preços e condições aos recebedores, e que especulam com a sua falta — melhor diria com o seu empate sempre maior — de capital. Para que a gargalheira mais se aperte, em uma terra que vive do crédito, não ha o menor recurso ao crédito. Em uma terra que tem toda a sua vida economica assente sobre o crédito, os bancos estrangeiros lá existentes restringem as suas operações nos ultimos anos à cobrança de letras e compra de cambiais. Não fazem o menor desconto, nem o menor emprestimo; e nem sequer aceitam depósitos a juros. Vivendo a Amazonia de um unico produto, facilmente sujeito a especulações e sempre adstrito às oscilações do seu valor e às flutuações do preço, não encontrando um apoio inteligente por parte dos bancos, é de ver que a toda a hora se póde esboçar a crise. As raras casas exportadoras de borracha, tendo todas interesses opostos aos do proprietario e do aviador, não estabelecem concorrência, antes se

dão as mãos na especulação; conhecendo bem a vida economica da Amazonia, a toda a hora colocam o produtor nas contingencias de vender a preços vis borracha que muitas vezes não saiu ainda do seringal. Assim se estabeleceu o regime de crise constante com que esta região se debate.

Só um aparelho de crédito bastante forte, operando não como um protector complacente do commercio, mas como um regulador da praça, poderia pôr têrmo a esta situação precária que a toda a hora pende sob a Amazonia, como uma ameaça. Emquanto Consul de Portugal em Manaos, esforcei-me o mais possivel por dotar as duas praças do norte com um banco português suficientemente forte para poder exercer a função de regulador do mercado da borracha: e muito contente me senti vendo o Banco Ultramarino instalar as suas filiais em Manáos e no Pará. Ambos esses mercados estão inteiramente bloqueados, não só pelos atuais exportadores, como pelos bancos e pela unica companhia de navegação que faz carreiras para a Europa, e, de Manáos, para a Europa e para a America; a ponto que, em 916, tive de empregar esforços demorados para que ela carregasse para Lisboa dez toneladas de borracha que uma fabrica portugêsa de artefactos pedira com urgencia ao seu representante. Esse agente regulador, precisa pois, além do mais, de dar à Amazonia um mercado novo; libertará assim o aviador do exportador e da contingencia dos mercados unicos para onde a companhia de navegação transporta o seu único produto. Como?

O mecanismo da vida comercial do aviador cifra-se nisto: Necessitando de mercadorias para os seus fornecimentos aos freguêses do interior, o aviador assina compromissos a 30 ou 90 dias de vista, conforme se trata de mercearia ou fazendas. Segue para os seringais com o navio carregado; e em troca dessa mercadoria, e doutra já fornecida, recebe borracha, que traz para Manáos ou Pará. Como a viagem do navio ao interior póde demorar dois, três mêses, ou mais ainda, as letras assinadas vão-se vencendo. Se o aviador regressa a tempo de satisfazer os compromissos — antes, portanto, do vencimento —, vende a borracha em boas condições; se assim não succede, vê-se estrangulado, e desfaz-se dela precipitadamente. Como o mecanismo do commercio amazonico é conhecido de todos, não deixa de o ser tambem do exportador, que explora habilmente esta ocasião, aproveitando-se da situação do aviador.

Suponhâmos agora que um banco adiantava, com cautela, aos aviadores, a praso suficiente para que se não vissem em apêrtos com

o vencimento das letras (e sob as garantias que o banco para cada caso entendesse precisar), as importancias dos compromissos tomados para as mercadorias de fornecimento. Partindo sem preocupações de pressa, à sua chegada a Manáos regularizaria no banco o emprestimo anterior com um outro, garantido pela borracha, de que ficaria aliás sempre senhor. Por sua vez, o banco, para não correr o risco da desvalorização da garantia, explorava os mercados da borracha, e fazia vendas à entrega, de acôrdo com o aviador. O banco atuaria assim como regulador; perfeito conhecedor das cotações, tomaria a melhor, evitando o jogo do aviador e a especulação do exportador.

Desta fórma, o banco e o aviador iriam procurar o melhor mercado; isto é — o banco, assumindo esta função reguladôra, iria dar direcção à maior parte da produção amazonica. Libertando o aviador da exploração do exportador, libertaria por egual a Amazonia da tirania de dois unicos mercados onde o seu unico produto está a toda a hora à mercê de jogos e especulações dos concorrentes. A criação de um mercado novo quebraria a ultima amarra que junte neste momento a Amazonia a uma malha de exportadôres, companhia de navegação e mercados consumidôres que, ou a assujeita ou a estrangula. Onde deve ser esse mercado? Onde possam com a maior facilidade e economia ser feitos fornecimentos do produto aos países de maior consumo. Sabe-se o enorme consumo que todo o Mediterraneo da já hoje à borracha — maior decerto depois de regularizada a vida industrial na Europa Central e na Russia, para onde se vai abrir a porta dos Dardanelos. O melhor porto recebedor será portanto aquele que esteja em melhores condições geograficas de lá levar o produto. Certamente que Lisboa pôde fornecer com maiores facilidades Barcelona, Marselha, Genova, o Adriatico e o Mediterraneo Oriental, que Liverpool ou mesmo Antuerpia. Por outro lado, desde que a maior parte da borracha amazonense é produzida, recebida e vendida por portuguezes, é evidente que, com fretes baratos em uma companhia portuguesa, facil seria às atuais casas recebedoras de Manáos e do Pará criar em Lisboa uma casa compradora suficientemente forte para arcar com o mercado. Durante a minha estada em Manáos e no Pará, empenhei-me o mais possivel porque os recebedôres portuguezes que detem mais de metade do recebimento total ($\frac{4}{5}$ no Amazonas), aqui fundassem uma companhia exportadôra, que lhes entregasse os lucros de exportador. Faltava-nos então um banco português, por onde corressem as suas transações, e falta ainda hoje uma companhia de navegação que lhes trouxesse a borracha até Lisboa. Assim

a companhia exportadora da Amazonia crearia em Lisboa uma outra, importadôra, que teria ainda para nós o grande merito de nacionalizar o capital português disperso no extremo norte brasileiro, sabido como o negocio da borracha é absorvente e como os lucros de cada ano são empatados em novos fornecimentos às casas do interior, para compensa das quebras de freguezes relapsos, ou daqueles que vão vender o produto a outro aviador ou até a fazê-lo passar fronteiras para o Peru ou a Bolívia onde são muito menores os direitos de exportação.

Vai-se-me objectar que eu disse atraz que o numerario que, só na praça de Manáos, gira em torno da borracha orça por 80.000:000\$000 brasileiros, e que forte haveria de ser um banco para se lançar em tal empresa. E a isso ha que contestar. Em primeiro lugar, a industria crescente dos Estados Unidos garante-lhe já hoje um lugar de tal proeminencia no consumo da borracha, que nenhum outro país lho poderá disputar. E' certo que uma indústria que sabe o valor do tempo, terá de proferir á borracha amazonica a das Plantações Orientais, que vai ao mercado em excepçoes condições de pureza, e pronta a ser manufaturada, embora a do Amazonas lhe seja superior em maleabilidade, dutilidade e resistencia; os Estados Unidos terão embora de ser um grande mercado do Amazonas, que ninguem pretende desviar — mas apenas cuja especulação se quer evitar, criando um novo mercado a esse producto. Depois, o Banco do Brasil despende em anos de crises vastos contos de reis com a protecção á borracha, que poderiam ser drenados para esta obra, com real proveito para o Banco e mais real proveito ainda para a produção brasileira. Por seu lado a Agencia Financal de Portugal terá inevitavelmente que ser restabelecida, com a sua anterior autonomia mais alargada e uma rede de filiaes espalhadas no Brasil, quando quisermos fazer politica comercial a serio com o Brasil, e quando nos convenceremos que outras são as funções dessa Agencia, num país onde tão grandes interesses trazemos abandonados, alem de simples agenciador de ouro e moderador de cambios. Ao Banco do Brasil e á nossa Agencia Financal, em conexão com uma companhia de navegação portugêsa, ou portugêsa e brasileira, competiria pois tal missão.

E' isto um impossivel? Deixarêmos morrer este projecto, e, com ele, os nossos altissimos interesses na Amazonia? Outros paizes se adiantarão ao nosso, e mais irão apertar a gargalheira. Já em 1916, Bordeaux se preparava para a criação dum novo mercado de borracha, que iria dar maior protecção, não só ao seu produto nativo de Africa,

como criaria uma corrente para a sua futura produção das plantações da Indo-China. Por essa época lancei num livro meu o grito de alarme (*Daquem & Dalem Mar*, pag. 309, segs.) e incitei Portugal a executar sem demora o plano que lhe oferecia. Achando-me em 917 em Bordeaux tive ocasião de conversar com alguns dos grandes comerciantes de borracha, que me informáram que essa obra não passára ainda de estudo; ha dois mēses porem, encontrando-me aqui em Lisboa com o sr. Hambloch, adido comercial junto à Embaixada Inglesa no Rio, por ele vim a saber que tinha feito uma recente viagem de estudo ao norte do Brasil, acompanhando um dos directores da *Chargeurs Réunis*, encarregado de verificar as condições em que a borracha brasileira poderia ir ao mercado bordalês, levando ambos por guia — esse mesmo livro em que eu, em 1916, expunha o plano e lançava o alarme.

Ao que me consta de boas fontes, Bordeaux desejaria uma redução dos direitos de saída para a borracha destinada aos mercados francêses. Lucrará a Amazonia em conceder a Portugal os beneficios fiscaes que Bordeaux pretende? Deverá por outro lado Portugal proteger com medidas especiaes a borracha da Amazonia?

Em maio de 916, estando eu no Pará fui generosamente recebido em sessão da Associação Comercial dessa cidade, onde apresentei o plano, mais tarde exposto em volume, da defesa comum pelos dois países da produção amazónica. Tive então ocasião de ver unanimemente aprovada uma proposta minha, defendendo os meus objectivos, a que o Presidente dessa Associação acrescentou o seguinte, como base dum entendimento para acção comum entre as associações commerciaes do norte do Brasil e os consules de Portugal em Manáos, Pará e Maranhão: «Facilitarem se os meios de colocar a borracha e mais productos na zona franca de Lisboa, de onde poderão irradiar-se para os varios mercados consumidores». Já em fevereiro deste ano, numa reunião em sessão conjunta da Associação Comercial do Pará e da nossa Camara de Comercio nessa cidade, presidida pelo governador do Estado, sr. dr. Lauro Sodré, que dela tomára a iniciativa, de novo este plano foi abraçado, pondo o illustre estadista brasileiro em destaque as vantagens que dele advirão para o Brasil. Quando escrevo estas linhas encontra-se em Lisboa o sr. dr. Clementino Lisboa, grande capitalista paraense, como delegado da Associação Comercial do Pará, encarregado de estreitar relações com a de Lisboa; excellente ocasião seria esta para se lançarem as bases do esforço comum, e de conjurarem de vez perigos que hora a hora se encastelam.

No abandono a que estamos votando os nossos grandes interesses no extremo-norte do Brasil, já um novo perigo se desenha. O governo brasileiro tomou, ou vai tomar, medidas decisivas para o combate ao flagelo das secas do Ceará. Assim sendo, o sertanejo nortista, que emigra em faces delas e da sua fazenda devastada, para regressar ao sertão logo que a ele voltou com a chuva a bençãam de Deus, deixará de emigrar para a Amazonia; e ou o nosso commercio aceita o braço negro, que os Estados Unidos lá começam a infiltrar como garantia de nacionalizar, atraz da mão de obra, o produto, ou se virá em face duma pavorosa crise de trabalhadores, ou procurará drenar para o interior novos braços portuguezes. Esta é a hipotese mais aceitavel, a pôr-nos com mais urgencia em frente a necessidade dum tratado de emigração com o Brasil. A Amazonia é de certo a região do Brasil que mais precisa de braços, e a que, para manter a sua continuidade historica e arrostar com o perigo eminente da desnacionalização, mais carece do braço portuguez. São de Castro Faria estas palavras: «O vale do Amazonas, que Darwin profetizou o centro duma grande civilização mundial, é ainda hoje quase tão portuguez como no tempo colonial» (*Loc. cit.*, pag 47). Esta influencia do elemento portuguez no norte do Brasil foi perfeitamente registada por Rocha Pombo num artigo *A civilização do Brasil no seculo xx*, publicado na *Revista Americana* de Out. de 1916: «O movimento de emigração, tanto contratada como expontânea, teve de limitar-se quase exclusivamente ás regiões temperadas do sul. Ia ficando assim o norte do país privado desse poderoso factor, que só era suprido escassamente por algumas familias mais adaptaveis, principalmente pelo portuguez. Deve-se a esta circumstancia o facto de haver o norte permanecido imune tanto no sangue como nos costumes, nas ideias, nas tendencias caracteristicas. Por isso mesmo, o norte é mais conservador, menos movel. Quando se quizer estudar as tradições da colonia, em todos os seus aspectos, é por ali que irêmos apanhar o que mais subsiste.» Agora depois da guerra, o vasto vale amazonico será um campo de batalha de interesses; urgia desde já ir prevenindo tal perigo, que duas grandes nações não escondem, se outras urgencias não apparecessem no horisonte a indicar aos dois governos a necessidade de opôr à influencia estrangeira uma barreira solida, dando direcção e regulando a emigração portuguesa. O antigo governador do Amazonas, dr. Augusto Villeroy, com a sua singular lucidez, escreveu já a esse respeito «Em Portugal, trata-se presentemente de estabelecer uma linha de navegação para o Brasil; e como o agricultor portuguez é o colono

que mais nos convem, o momento parece-nos oportuno para tratar deste importante assunto, entendendo-se o governo com os incorporadores da Companhia por intermedio da autoridade consular de Manáos. Um acôrdo neste sentido é tanto mais facil, quanto é certo que os interesses são reciprocicos» (*Anaes do congresso de Manáos*, pag. 231). Além do que respeita ao transporte, e que compete exclusivamente aos governos estaduaes, o acôrdo a negociar entre o governo brasileiro e o portugûês, quanto à zona de que estou tratando, deveria ter por bases: *a)* A instalação de duas hospedarias de Emigrantes no Pará e em Manáos (já de resto criadas pelo Regulamento de 27 de Abril de 1913, nunca plenamente executado neste ponto); *b)* A repatriação, por parte dos governos estaduaes, dos trabalhadores que tendo prestado bons serviços aos Estados, caíram na doença ou na indigencia; *c)* Facilidades especiaes concedidas pelos estados do Pará e Amazonas aos nossos emigrantes agricultôres, sobre maquinismos e alfaias agricolas, terras em pontos facilmente acessiveis donde o transporte dos productos alimenticios para Manáos e Pará se faça depressa, e garantia para as plantações de borracha isentando o producto delas de direitos (medida análoga à que Castelo-Melhor ha três seculos empregou para incentivar o cultivo do cacau); *d)* Assistencia medica e outros recursos de higiene; *e)* Criação, pelo governo federal, de estações experimentaes para o cultivo de seringueira no Amazonas, Pará, Acre e Mato-Grosso); *f)* Beneficios especiaes na tarifa alfandegária para os generos portugûêses que não concorram com os productos brasileiros, tendo em vista a observação do sr. Avelino Chaves: «Ainda assim convem saber se o custeio deles (generos alimenticios), dada a diminuição rasoavel de fretes, não será mais oneroso que a mesma importação» (*O Territorio do Acre*, pag. 81).

Sinceramente folgo de consignar que expondo, ha cêrca de três anos, êste plano ao governador do Amazonas, sr. dr. Alcantara Baccelar, não só se mostrou de inteiro acôrdo com ele, como recebeu o melhor possivel a minha ideia de adaptar a Hospedaria de Emigrantes a colonia correcional de Paricatuba, onde existe um esplendido edificio e um vasto campo que, sem esfôrço, poderia ser adoptado a uma estação experimental de todas as culturas amazonicas, ou que lá devem ser ensaiadas.

Haverá entretanto alguma incompatibilidade entre a protecção dispensada pelo nosso governo á borracha da Amazonia e a borracha de Angola, que ainda hoje produz sete decimos da ex-

portação total d'essa provincia? Muito ao contrario, como passâmos a ver.

A borracha de Angola chega ao mercado em massas contendo numerosos detritos; a de Benguela, em massas aglomeradas, prenhes de impurezas e agua. Mesmo a melhor qualidade do tipo Loanda leva detritos vegetaes, entregue como está a produção da provincia á iniciativa indigena; e, afóra esta, todas as outras especies são, no dizer autorizado de Pellier (*Guide de l'acheteur de Caoutchouc*, pag. 24), «de qualidade mediocre». Com a de Moçambique succede o mesmo; nem por enquanto teem valor comercial os ensaios, aliás notaveis, de plantações de *Ceará Rubber*, dirigidos pelo capitão Cardoso, e tão lão louvados pelo antigo director de agricultura de Moçambique, sr. Nunez Lyre, *Moçambique, its agricultural developement*, pags. 79, segs. Se na America do Sul a borracha é extraida de uma só arvore, com um comercio normal a dirigir a extração, na Africa é tirada pelos rudimentares processos em que se compraz a iniciativa indigena, de variadas especies, algumas das quaes a botanica nem sequer classificou. Em 1915 e 1916, emquanto a da Amazonia e a das Plantações eram cotadas em New-York a uma media de 63, a nossa de Benguela n.º 1 nunca ultrapassou 44 e a Benguela n.º 2 não foi além de 39. Isto quer dizer que a borracha de Angola convem a um grande mercado, onde possa ser convenientemente englobada com a de melhor procedencia. Creado em Lisboa o mercado para a borracha amazonida, a nossa só lucraria com isso, tanto mais que a sua produção se presta a ser reexportada com ela. Num livro recente — *The Financier Rubber Share Handbook*, M. Killick, estudioso profissional da borracha do *Financier*, dando balanço á produção total da borracha, entende que a soma por ela atingida vai inevitavelmente ferir as borrachas selvagens, mais dispendiosas na colheita que a de colheita regular ou a das plantações. A situação especial da nossa borracha de Angola, que não concorre com a do Amazonas, a conveniencia para nós em a vendermos num grande mercado nacional, a quebra que vai sofrer e já se apercebe na balança comercial da colonia, e sobretudo os altos interesses portuguezes que nos prendem á produção amazónica, devem levar o governo portuguez a proteger a borracha brasileira com medidas especiais. O seu enfeudamento a mercados estrangeiros serão a ruina do Amazonas, e o aniquilamento dos nossos interesses no norte do Brasil.

Assim, indo só buscar um dos produtos brasileiros a par da função da nossa colonia no mecanismo do seu comercio, se desenha

todo um plano de politica comercial baseado na aliança de dois produtos — o brasileiro e o angolense, — ambos, assim se pode dizer, na mão de portuguezes (1).

Resta ver se com outros produtos brasileiros e nossos sucederá o mesmo, e se assim a politica comercial delineada para o norte do Brasil se poderá estender a outra zona economica do país irmão.

(1) O meu querido amigo João de Barros, illustre director desta revista, numa recente entrevista com *O Século* (ed. da noite) exaltou assim as vantagens duma aproximação comercial com o Brasil: «São evidentes. E evidentes, como se prova por uma admiravel entrevista de João do Rio com o homem eminente que é o sr. Freire de Andrade, as vantagens de caracter economico. *O Século* da noite transcreveu essa entrevista. Mas não é inutil dizer que das afirmações do sr. Freire de Andrade, resalta *um ponto de vista inteiramente novo de encarar o problema*. Sendo muitos dos produtos brasileiros e muitos dos nossos produtos coloniais perfeitamente identicos, o sr. Freire de Andrade lembra — com razão e luminosa evidencia — que um bom entendimento economico entre os dois paises, permitiria que eles, juntos, dominassem o mercado do mundo, como aconteceria por exemplo com o cacao».

Ora manda a justiça dizer que esse ponto de vista não é *inteiramente novo* pela simples razão de que onde primeiro essa ideia apareceu foi no meu estudo da função economica da colonia portuguesa na produção e venda da borraça do Amazonia, em 1916 publicado em volume com o titulo *Daquem & Dalem mar*, e que, aliás, tanto o meu amigo João de Barros como o sr. Freire de Andrade desde essa epoca conhecem. Aí eu lancei pela primeira vez as bases duma aliança entre os dois produtos, ideia então tomada ainda por tão audaciosa que, no mesmo ano, um illustre jornalista e funcionario consular brasileiro, sr. dr. Moreira Teles, publicava em Lisboa um livro em que reputava inutil a tentativa dum tratado de comercio com o Brasil, visto os produtos dos dois paises serem *concorrentes* nos mercados. Os meus estudos sobre a Amazonia destruíram de vez esse enraizado preconceito. Se agora rectifico as palavras de João de Barros, é porque elas representam uma profunda injustiça, não para mim, mas para a obra diplomatica do sr. dr. Alberto d'Oliveira, que desde o mesmo ano de 1916, com a maior inteligencia e o maior carinho, pr opagou a aliança da borraça e do cacao portuguezes e brasileiros, conseguindo que a Sociedade Nacional de Agricultura do Brasil, nomeasse, em começos de 1917, uma comissão para estudar, conjuntamente com uma outra saída da nossa Camara de Comercio do Rio, a solução dos dois problemas.

De resto, só ha para nós, os que pela resolução deles nos interessâmos, motivo da maior alegria vendo a nosso lado o sr. Freire de Andrade a apontar essa politica comercial com a que mais convem aos dois paises. Só ha que lamentar que a situação não seja tão optimista como o sr. Freire de Andrade a pinta, de podermos, pelo cacao «dominar o mercado do mundo», pelas circumstancias adiante apontadas, mais agravadas agora com o contrôle inglês estabelecido de facto para uma grande parte do cacao de Guayaquil.

O problema que domina o *Brasil Oriental* é a questão do cacão. Que função desempenha a nossa colonia na sua produção, no seu commercio e na sua exportação? Ainda ninguem se deu a averiguá-lo. Por conhecimento pessoal, sei que a maior parte da nossa colonia na Baía se dedica ao commercio deste produto; mas só em face do inquerito atraz traçado se poderia conhecer com exatidão até que ponto estão os nossos interesses confundidos com os do Brasil quanto ao cacão brasileiro. O que se sabe é que a má vontade de certos chocolateiros, travestida em delirio humanitario, nos tem quasi cerrados mercados da maior importancia, e que nem as campanhas demonstrando a inanidade duma pretendida escravatura disfarçada no seu cultivo, nem a bôa vontade das missões officiosas no-los tem aberto, apesar de todas as promessas. Sabendo-se que a produção do cacão está monopolizada por três ou quatro países, nem nos poderia prejudicar o entendimento com um deles que figura entre os maiores produtores, com tendencias a aumentar a produção, para irmos juntos aos mercados fazer a defeza comum do produto, nem a ele essa aliança seria inutil.

Em 1913, ultimo ano antes da guerra, os grandes produtores de cacau figuravam assim nas estatisticas, por percentagens: 16,1 % do Ecuador, 15,6 % do Brasil, 14,0 % da Costa do Ouro, e 13 % de São Tomé, cabendo a restante percentagem, por sua ordem, às produções menores da Trindade, de S. Domingos, da Venezuela, e de outros países de insignificante colheita.

Faltam-nos dados estatisticos para verificar a produção atual do nosso cacão (as nossas estatisticas andam quase quatro anos atrazadas), que deve no entanto ser sensivelmente identica à apontada. A do Ecuador que era em 1913 de 932.850 *cwts*, desceu em 1914 para 871.680, em 915 para 769.750, subindo em 916 para 1.079.250 *cwts*, ultimo ano de que o *Statesman's Year Book* de 1919 aponta a produção; — vem a dizer que ela se encontra, aproximadamente, a mesma que antes da guerra. Tambem o Brasil, que em 1914 exportou 40.767 toneladas, em 918 não passou de 41.865, embora no ano anterior tivesse abrangido 55.622 (estatisticas do *Jornal do Comercio*, do Rio); o que quer dizer que a produção dos três países se deve equivaler. O seu maior porto de exportação é a Baía, com a quase totalidade da produção, seguindo-se-lhe o do Rio de Janeiro com 3.000 ton., e o do Pará com 2.600, tendo por maiores mercados, por sua ordem, os Estados Unidos, a França, a Argentina e o Canadá.

Na produção do cacao o grande acontecimento depois da guerra é a altura a que elevou a sua produção a colonia inglesa da Costa do Ouro, que já antes da guerra produzia mais que o consumo inglês. A enorme produção que acaba de atingir fecha-nos definitivamente o mercado inglês, por onde, anteriormente a 914 enviavamos ainda 15,3 0/0 da nossa produção total, sabido que o nosso grande mercado de consumo era a Alemanha, directamente e via Dinamarca, que nos comprava 35,5 0/0, seguindo-se-lhe os Estados Unidos com compras quase eguais às que nos fazia a Inglaterra. Por seu lado, a grande procura de guerra não conseguiu elevar o preço da tonelada ao cacao brasileiro que em 1913 foi, em media, de 803.000, e que em 918 não passou de 900.000. Mais: a Inglaterra adquiriu, não ha muito, o maior campo de produção de cacao do Ecuador, o que vale dizer que, quer o Brasil quer Portugal teem na sua frente, como produtor, um rival poderosissimo. Pois não será agora ocasião da produção da Baía e de S. Tomé se aliarem na procura dos mercados, forçando trazer para essa aliança a parte do cacao de Guayaquil a quem ela convenha por igual? Sei que esta ideia, defendida com calor pelo sr. dr. Alberto d'Oliveira durante a sua gerencia do Consulado Geral no Rio, encontrou junto dum grande banco português disposições de realizá-la, o que não veio afinal a succeder por fortuitos motivos; e que uma casa bancaria de Lisboa mandou já à Baía estudar o problema por um seu representante, que encontrando dificuldades a vencer nas relações da empresa do porto da Baía com outras empresas, e nas taxas com que ela onera o produto, só acharia viavel tal aliança com a construção, pelo banco que a quizesse tomar a si, ou por uma empresa com ele relacionado, dum novo porto em Ilheos ou Caravelas, os empórios do cacao baiano.

Ainda na zona do *Brasil Oriental* muito teriamos a fazer, colonizando com a ajuda do governo do estado a insalubre baixada fluminense, de fórma a garantirmos uma forte clientela à nossa colonia do Rio, que poderia animá-la dum vasto progresso, com a sua admiravel rêde de grande comercio e de casas bancarias.

O planalto de Minas tende a transformar-se na mais feraz região brasileira. Já hoje das mais ricas, tudo indica que, dentro em pouco, ela seja não só o grande cliente do Rio de Janeiro, mas ainda um grande exportador de carnes e generos alimenticios. Temos uma regular colonia espalhada por todo o Estado, entregue ao pequeno comercio e a occupações ruraes. Grande erro seria, como se pensou, extinguir o consulado em Belo Horizonte, que num futuro proximo

será o elo que ha-de ligar Portugal à corrente dos nossos emigrantes que seja encaminhada para esse planalto de excelente clima, vida sóbria, e vasto futuro, se realizarmos com o Brasil o tratado de emigração que se reclama.

*

O café, principal produto brasileiro, que por completo domina a vida economica do *Brasil Meridional*, nem precisa da nossa companhia nos mercados, nem a sua produção está já hoje em mãos de portugêses, suplantada como está ha muito a nossa colonia de São Paulo pelo elemento italiano. Mas ao longo do litoral desse Estado muito ha ainda a fazer. Inculto na sua maior parte, começam para ele a convergir as atenções. Temos uma grande colonia em Santos, que muito conviria, pelas razões já expostas, fazer derivar para o interior. A colonização do litoral paulista ha-de trazer à vida do Estado horizontes novos. Já se fala na abertura de novos portos de mar, e até para a construção de alguns se pediram concessões.

A nossa atividade na planície rio-grandense, em cujo litoral temos uma vasta colonia, oriunda em regra do distrito de Aveiro, antolha-se importante no futuro, tanto mais que a maior força economica desse estado — a União dos Criadores — já tem vindo ao nosso encontro, oferecendo-nos as bases duma politica comercial porventura vantajosa, em que os nossos governos não teem sequer reparado.

Os estancieiros do Rio Grande, olhando o progresso argentino, pretendem desolver o seu prospero e rico estado, de forma a torná-lo um concorrente serio da republica platina. Sentem que para isso lhes faltam braços, e que é necessario dar amplitude maior ao fixador do preço dos seus gados que encontram no frigorifico. Desde 1914 que eles se nos dirigem por intermedio do nosso consulado em Porto Alegre, com propostas tentadoras que até agora, ao que parece, não encontraram o menor acolhimento nas nossas estancias officiais, nem sequer para discuti-las. Não deixam os grandes criadores de ter ainda os olhos postos em Portugal, esperando que finalmente nos convençamos de que uma politica comercial inteligente virá resolver um dos seus e dos nossos problemas.

O que pretende a Associação dos Estancieiros, nas *démarches* que com o proprio governo do seu Estado tem feito junto do nosso Consul em Porto Alegre?

Sabe-se como é alto o preço da carne que comemos e como é infimo em relação aos outros povos da Europa o nosso consumo *per capita*.

Apezar desse fraco consumo, que dia a dia mais debilita as energias da grei, sofrêmos anualmente um deficit de gado vacum, que poderiamos ir de futuro buscar ás colonias, melhorando com cruzamentos as raças lá existentes, e que se traduz nestas cifras:

	Imp.	Exp
1895.	741	622
1900.	1.126	460
1905.	1.117	494
1910.	1.708	417
1911.	1.159	565
1912.	400	843
1913.	833	689

O nosso deficit em gado vacum assume assim um carater de permanencia, a que acudimos com uma importação anual de carnes, que devemos ir buscar ao mercado que mais nos convenha. Ora o Estado do Rio Grande do Sul oferece-se para nos cobrir esse deficit em condições excepçionaes, pedindo-nos que lhe consumamos as carnes congeladas, que nos serão vendidas a preço minimo e que, sem prejuizo para a nossa economia, lhe cedâmos anualmente, durante quatro menses apenas, vinte mil emigrantes que vão arrotear as suas terras, enchendo-as de trigo, como as argentinas.

O que nos dá em troca? Um subsido á companhia de navegação que se constituir para esse fim, ou à que queira ser o veiculo da carne e da emigração; a garantia de 20.000 passagens, ida e volta, em 3.^a classe; e a entrada anual de uma quantia que não seria inferior a dois mil contos, ouro, produto das economias dos nossos emigrantes. Dada a alternativa das estações nos dois países, em nada prejudicarão a nossa lavoura os milhares de braços que durante quatro menses no ano vão ao Rio Grande fazer a sementeira e a colheita do trigo; e o produto do seu trabalho nessa planicie distante, augmentado do saber accumulado na lavoura dum país onde os modernos progressos da agricultura não conhecem limites, seria não só uma chuva de ouro entrando nos nossos campos, como uma renovação de processos que só nos seria da maior utilidade. Calculando-se que cada um dos 5.000 estancieros que compõem a União dos Criadores recebesse quatro emigrantes de Portugal, teriamos uma drenagem anual de 20.000 homens, que o Estado do Rio Grande vinha buscar aos nossos portos e a eles voltaria a trazê-los quatro menses decorridos, com um peculio razoavel.

Os estancieros calculam que, se cada habitante de Portugal e da zona espanhola que o porto de Lisboa pode servir, lhes consumisse

anualmente 10 quilos da sua carne (atualmente o nosso consumo em carne é de 4.600 grammas anuais *per capita*) conseguiriam despejar no porto de Lisboa 8.000 toneladas por mês, além dos seus couros, que iriam colocar na zona franca, o que, com o café e assucar que os navios da companhia pudessem ainda trazer, garantiria carga de retorno suficiente. E' certo que o paladar do nosso povo não se tem habituado á carne congelada; mas deve-se isso sobretudo á carencia de frigorificos no nosso porto, e às lamentaveis condições em que tem sido feita a descarga e a venda dum produto que inhabilmente deixámos desacreditar no mercado de Lisboa. Aliás, estudando o nosso deficit alimenticio, o sr. Tomaz Cabreira (*A defeza economica de Portugal*, pag. 7) não viu outra solução senão irmos buscar ao Rio Grande, congelada, a carne que nos falta para consumo, emquanto a não podemos trazer da Africa. De resto, a Argentina procura já insinuar-se em mercados com que o Rio Grande contava se tal convenio viesse a realizar-se. Ainda ha poucos dias, o Embaixador dessa republica em Madrid, numa entrevista com *La Prensa* de Buenos Aires, declarava ser urgente intensificar as relações de intercambio comercial entre o seu país e a Espanha, citando para exemplo as carnes frigorificadas da America do Sul, que encontrarão nos mercados espanhoes consumo certo, visto a produção espanhola só fornecer 17 quilos anuais de carne verde por habitante.

O sr. Simões Coelho, que como redactor do *Seculo* entrevistou os criadores e o governo do Rio Grande, descreve-nos assim o pensamento da Associação dos Estancieiros (*A nossa politica economica no Brasil*, pag. 24). «Os Estancieiros, que na criação de frigorificos não vêem uma exploração industrial, mas um meio de defeza para fixar o preço dos seus gados, estão dispostos a vender pelo preço infimo em Portugal, sendo aproveitadas as grandes vantagens para o nosso país, segundo a proposta da Associação dos Estancieiros, que é a União dos Criadores, proposta que consiste em convidar as vereações portugêsas a municipalizarem as carnes congeladas, facilitando-se ao povo uma alimentação higienica e económica. E' que, eliminados os intermediarios, as vendas serão realizadas pelos frigorificos e as compras pelos municipales. A industria pecuária portugêsa será garantida na aquisição dos seus gados em pé pelos estancieiros e vendidos, depois, ás praças que convierem. O pessoal açougueiro não será prejudicado de forma alguma, mas aproveitado pelos municipios, desenvolvendo-se o seu número, não só por causa do maior consumo, como pela criação de mais estabelecimentos». Certo, estamos em frente duma proposta que

merece o nosso estudo, por ajudar a resolver três problemas da maior importancia — a emigração, a alimentação, e a navegação para o Brasil.

A grande produção de carnes, aumentada durante a guerra, está hoje sendo um dos problemas que mais apaixona esse país. Se não estou em erro, foi a conquista do mercado inglês para elas um dos mais importantes problemas que tomou a seu cargo resolver a Missão Industrial e Comercial brasileira, enviada à Inglaterra em Julho deste ano; e a avaliar pelas impressões que do seu resultado me comunicou um dos mais distintos membros dessa missão — o sr. dr. Anibal Porto, secretario da Sociedade Nacional de Agricultura do Brasil — na sua passagem por Lisboa de regresso ao Rio, parece que os seus esforços foram coroados de exito. Segundo vejo num dos trabalhos da missão (*The meat and cattle industry of Brasil*, pelo sr. Roberto Simonsen, director dos Frigorificos de Santos, pag. 15) o Brasil desejaría intensificar o seu commercio de carnes com a Grã-Bretanha, como correctivo ao maior e quase unico mercado que actualmente tem — os Estados Unidos—sob as bases seguintes: 1) O estabelecimento de linhas regulares de cargueiros com frigorificos entre os portos ingleses e brasileiros; 2) O desejo de ver interesses ingleses imiscuidos na industria de carnes; 3) A exportação da Inglaterra para o Brasil de bois de reprodução, e, sendo possivel, o estabelecimento em Barretos, no Estado de S. Paulo, de uma estancia modêlo, sob a égide das autoridades britannicas. Por aqui se vê quanto os criadores brasileiros desejam mercados novos, e como poderia convir-nos negociar com os propoentes do Rio Grande do Sul.

*

E agora se pode já finalmente ver qual a função que, numa bem orientada politica comercial entre Portugal e o Brasil, caberia á zona franca do porto de Lisboa; e se vê tambem porque tendo sido creada ha mais de cinco anos, ainda até agora não despertou o interesse que se esperava nos produtores e exportadores brasileiros. Fechado o porto franco de Hamburgo, apenas o tabaco a ela tem afluído em quantidades de vulto, acompanhado por outros produtos numa pequena escala que nada representa em face da nossa produção colonial. Isto só quer dizer que ela tem sido, desde que foi creada, uma abstração na nossa vida economica e nas nossas relações com o Brasil. E embora hoje seja doutrina assente que as zonas francas só aliam produtos quando tem em redor de si uma consideravel área de

venda desses produtos, área que se pode traçar com exatidão depois dos estudos magistrais de Paul de Rousiers, certo é que a sua excepcional situação uma vez ajudada pelos capitais portugueses envolvidos no comercio da borracha amazonica, que até aqui a acompanhasssem (só por si as situações geograficas de pouco valem na vida comercial dos nossos dias), poderia transformar a que para o Brasil em Lisboa estabelecemos numa bela realidade. O seu clima, onde produtos como o cacao não são susceptiveis de deterioração, a sua situação entre os portos mediterraneos e do norte da Europa, que lhe alarga consideravelmente a esfera de distribuição, a circunstancia de ser já hoje o mercado distribuidor natural da nossa grande produção de S. Tomé, a aliança com os produtos brasileiros que, longe de concorrer com as nossas, valorizam alguns e irmãmente defendem outros, realizaria talvez, ao poder da exacta realidade das coisas, o grande sonho de Mariano de Carvalho, tão armado em fantasias, mas tão cheio de admiraveis previsões. E esta aurora da paz oferece-nos para isso ensejos únicos. Continuarêmos entretanto a nortear as nossas relações com o Brasil por essa retorica tão cara aos nossos apóstolos duma intinidade maior de laços morais e politicos? Teremos então de assistir, de braços cruzados, a que outros países realizem a obra que a nós só pertencia — ao menos como obra de defeza.

Ainda ha pouco, numa entrevista concedida a um jornalista, o soberano espanhol manifestou o seu contentamento pela situação que em breve ia ocupar o porto de Cádiz, que se aparelha à maravilha para um entreposto mundial. No Brasil prosegue a campanha em prol da aproximação hispano-brasileira que vai ter o seu epilogo pratico na construção das docas de Cádiz e do Recife como portos extremos dos dois continentes sobre o Atlantico.

A propaganda Recife-Cádiz continua, tendo a auxiliá-la um dos mais populares jornaes do Rio que não se cança de demonstrar em graficos a importancia, não já apenas para a vida brasileira, mas para a do continente sul-americano, da ligação rapida desses dois portos. Acompanha-a a da construção imediata do caminho de ferro transcontinental, que partindo de Arica, ao norte do Chile, e atravessando a Bolivia, viria tambem desembocar a Pernambuco, já que o Brasil não aceitou os conselhos que lhe dava Euclides da Cunha sobre os perigos, mais tarde verificados, do Brasil não aproveitar como devia o Pan-americano, que podendo drenar a vida economica da Bolivia para a orbita do Brasil (visto a linha Madeira-Mamoré não dar os resultados que dela esperava Rio Branco), a lançou na orbita avassala-

dora da Argentina, que com a linha La Paz-Buenos Aires lhe facultou um vasto desafogo economico.

Já ha cerca de dois anos, o eminente estadista italiano sr. Luzzatti, num jornal do Rio, oferecia ao Brasil, para entreposto e venda dos seus productos, os portos de Genova e de Veneza, e até o porto de Trieste. Agora, a Italia, que tem profundos interesses a defender no sul do Brasil, recomendou ao seu primeiro embaixador no Rio, sr. Conde de Bosdari, que, como acto inicial da sua gerencia nessa embaixada, percorresse com vagar todo o Brasil meridional, inquirendo com a maior minucia da medida exacta que aí tenham os interesses italianos.

Fala-se em que capitais americanos se encontram altamente empenhados em transformar o porto de Vigo, de forma a ele ser o termo duma linha rapida que parta de New-York, e vá lançar na Europa meridional, por vias ferreas, os productos americanos. Já em 1917 o governo espanhol oferecia às principais companhias de navegação — *Transatlantica, Pinillos Izquierdo e Sota y Asnar* — subvencionar a que estabelecesse uma linha directa, com vapores de primeira ordem, entre um porto da Galiza e New-York; agora é a Norte-America que pretende estabelecer um entreposto em Vigo, dando assim com a linha New-York-Vigo o *pendant* à linha Recife-Cádiz. Bordeaux quer ir buscar-nos à Amazonia um producto cujo mecanismo comercial está na maior parte na nossa mão. E nós? O que fazemos nós? Pois pensâmos em mandar ao Brasil uma grande comissão pedir que os nossos emigrantes possam ser vereadores municipais e que se uniformize a lingua comum que o sertanejo lá nos anda a escangalhar.

*

E' velho logar comum dizer-se que a exportação portugueza para o Brasil vive sobretudo do patriotismo da colonia. Decerto, a colonia portugueza poderá continuar a ser um dos nossos maiores clientes, transformar-se no maior até, desde que drenemos convenientemente boa parte da nossa emigração para o interior e que nos adaptemos por completo aos habitos e ao paladar de cada um dos mercados, em vez de teirmos em remeter-lhes productos que neles não podem entrar, ou porque o clima os repele, ou porque a pauta os caustica, ou porque a outros se adaptaram, em condições de embarque, embalagem, preços e prazos de pagamento capazes de sofrer o embate dos outros productos concorrentes, e não continuemos como até agora a confiar

no patriotismo da colonia que nem pode chegar ao ponto de impôr produtos ao mercado nem sacrificar-se comprando-nos mau e caro o que o comercio seu concorrente vai comprar bom e barato a outros fornecedores. Temos evidentemente de valorizar os mercados do Brasil, contar com eles para a nossa exportação, sobretudo para a de generos agricolas e industrias suas subsidiárias, visto serem mercados *que não temos que criar*, como ha-de succeder aos mercados da Europa setentrional, onde Léon Poincard põe tão larga esperança para a expansão da nossa agricultura comercializada e para a colocação das nossas primícias. Em 911, sobre um total de 42.962 contos brasileiros de importação de mercadorias nossas, o Brasil recebia 38.171 contos de produtos alimentares; em 1912, ainda para um total de 45.028 contos, os generos agricolas subiram a 40.066 contos; em 912, numa exportação de 44.220 contos, remetemos-lhe 39.513 de produtos agricolas; e em 1914, primeiro ano de guerra, em 29.139 contos do total da nossa exportação para lá, couberam às subsistencias 26.238. Estes numeros determinam o character da exportação portugêsa para o Brasil, como aliás determinariam o aspecto fundamental da nossa actividade trabalhadora.

Não me demorarei aqui a estudar o problema da nossa expansão comercial no Brasil, porque ele me levaria longe, e eu desejo consagrar-lhe um novo artigo. De resto o patriótico *Inquerito* da nossa Camara de Comercio do Rio, em cuja realização entrou a actividade central do sr. dr. Alberto de Oliveira, que tão luminosamente o prefaciou tambem, dará a ideia exacta de que pode vir a ser a nossa expansão no sul do Brasil, e dos requisitos a que deve satisfazer a nossa produção para nos seus mercados triunfar; para o norte do Brasil, remeterei o leitor para identico inquérito que lá consegui levar a efeito, publicado no meu livro *Daquem & Dalem Mar*, de pags. 315 em diante.

Mas na produção brasileira ha um novo aspecto a considerar, que esses inqueritos, ambos de 1916, não podiam abranger; a do Brasil, de grande importador que era de generos agricolas se haver transformado, quase repentinamente, em consideravel exportador. A sua lavoura, embora falha de credito agricola que a fosse incentivar, teve a espicaçar-lhe a actividade a valorização de variados produtos. Enquanto decorriam os quatro anos terriveis em que o mundo viveu opresso, não só não houve fome no Brasil, como ainda ele foi dos países em que, relativamente, menos subiram os generos de primeira necessidade. E' mesmo necessario pôr em relêvo a circumstancia de

haver entrado a remeter, em quantidades crescentes, para o estrangeiro, mercadorias que, antes da guerra, dele importava em largas quantidades. Arroz, por exemplo, exportou o Brasil nos onze primeiros meses de 1914 apenas duas toneladas, e igual quantidade no mesmo periodo de 915. Em 916 já, durante o mesmo tempo, as remessas desse cereal se elevaram a 469 toneladas. Em 1917, ascendiam vertiginosamente a 35.828 toneladas, e em 1918 a 26.466. Entretanto, antes da guerra, o Brasil chegou a importar arroz de Rangoon. Grande comprador de batatas, com que durante parte do ano forneciamos os seus mercados, nos onze primeiros meses de 1917 o Brasil exportava, pela primeira vez, esse genero, com 3.311 toneladas, vendendo já em 1918 — 5.064. Tambem a exportação do feijão, que era de 4 toneladas apenas em 1914, subiu para 276 em 915, 34.884 em 1916, 90.331 em 1917, e em 1918 — 70.913. Certo é que, nos climas do norte, o feijão nacional é facilmente deterioravel; mas nem por isso ele deixou de nos fazer formidavel concorrência nos preços, apesar dos fretes absurdos que para lá cobra o Lloyd Brasileiro. O Rio Grande do Sul produz já hoje cebola que facilmente expulsa a portuguesa, por motivo identico, dos mercados nossos clientes do norte. O ambito da nossa exportação para o Brasil nem por isso se nos cerrou em demasia. Certo é que precisâmos estudar convenientemente os seus mercados, colarmos-nos a eles, organizar a produção de outros artigos — como os marmores — que os nossos clientes de alem-mar a toda a hora reclamam, ferragens, louças e porcelanas, vidraria, artefactos de prata, azulejos, chapéus de palha, etc.; e facil nos será elevar rapidamente a sôma que nos compra a nossa colonia no Brasil.

Na importação total do Brasil ocupâmos até á data das ultimas estatisticas o primeiro lugar em frutas e legumes verdes — apesar de nos faltar navegação nacional com frigorificos, e da estrangeira nos cobrar fretes proibitivos. No decenio 1902-1911 aumentâmos mesmo a venda desses produtos em 55 % na quantidade e 115 % no valor. Não sei entretanto se no fechar deste ano, ocuparêmos ainda igual lugar. Seguindo a sua politica americana, o Brasil acaba de conceder favores pautaes extraordinarios à Argentina para as suas frutas verdes, que concorrem, em boa parte, com as nossas; e apesar do brado de alarme lançado pela nossa Camara de Comercio de S. Paulo, creio que o nosso governo nenhuma *démarche* fez junto do brasileiro, no sentido de nos equiparar em tratamento, apesar de nos nossos tratados de comercio resalvamos sempre a hipotese de poder dar ao Brasil e á Espanha tratamentos especiaes.

E já que estou traçando um programa de politica comercial com o Brasil, sempre quero dizer que não creio que possâmos negociar um Tratado de Comercio com o Brasil sobre a base de pautas differenciaes, e com concessões analogas ás que o Brasil concedeu aos Estados Unidos. Creio que convirá ao Brasil conceder-nos estas reduções pautaes, desde que com ele resolvâmos certos problemas de politica comercial, como o da protecção comum á borracha, e nas condições que já atraz delinieei. Concessão por concessão, não a poderêmos obter, por circumstancias que nem vem para o caso, nem conviria referir.

Com o problema da nossa expansão comercial no Brasil se prende o da navegação portugûesa — condição *sine qua non* de podermos defender, neste *après guerre* em que já se ouve o ruido de interesses a chocar, a nossa exportação para lá, sabido que as companhias estrangeiras que fazem escala pelos nossos portos nos cobram deles, em circumstancias identicas, fretes maiores que de Hamburgo ou Liverpool, embora obtenham a maior fonte de ganhos com a carga dos nossos emigrantes. Realizada com o Brasil uma *entente* comercial nas bases apontadas, para a defesa comum da borracha e do cacao, e ainda de outros interesses comuns de cuja existencia só pelo inquerito que proponho venhâmos a saber a medida exacta ou até a ter deles conhecimento, o problema da *carga de retorno* terá por completo desaparecido; e bem pode até suceder que as relações entre os portos brasileiros e a zona-franca de Lisboa venham a ser de importancia tal que o futuro problema a estudar seja o da *carga de ida*. Felizmente, se organizarmos o trabalho nacional, e se essa navegação não fôr mais uma vez vitima de apriorismos, antes se queira adaptar ás necessidades da economia nacional, muitos serão os artigos de exportação de que poderêmos lançar mão para abarrotar á ida os porões dos seus navios.

*

Em conclusão :

Póde a emigração para o Brasil dar lucros incomparavelmente maiores, com menor esgotamento de braços, que poderiam na metropole ser uteis à economia nacional num sistema de propriedade mais consentaneo com as nossas necessidades de produção e consumo ?

Eis o problema fundamental das nossas relações com o Brasil. Eis o problema para onde devem dirigir-se as vistas da nossa chancelaria e dos nossos economistas, pondo de parte risonhas retoricadas,

vasias de sentido, do abraço politico entre duas patrias com destinos diferentes e que na sua trajectoria politica não poderão nunca tornar de novo a encontrar-se. Eis o problema cuja solução em parte indiquei, e noutra parte pretendi traçar, gisando em linhas largas este *Programa da politica comercial com o Brasil*.

Para a sua efectivação, indico como medidas immediatas:

a) Execução urgente do inquerito atraz traçado á função economica da colonia portugûesa na produção e no commercio brasileiro; seguido logo dum inquerito nos mercados europeus e americanos do mecanismo de distribuição dos produtos brasileiros e dos nossos analogos produtos coloniaes;

b) Inicio de negociações com os Estados do Amazonas, Pará e Mato-Grosso (e com o Governo Federal, para o Territorio de Acre) e com as suas respectivas associações commerciaes, para a defeza comum da borracha brasileira, produzida na maior parte por colonos portugûeses;

c) Estudo da conveniencia duma aliança defensiva entre o cacao da Baía e o de São Tomé, e ainda, sendo possivel, com a produção do Ecuador que a esse trust queira aderir;

d) Estabelecimento de linhas de navegação, de preferencia do Estado, Lisboa-Pará-Manáos, com regresso por Pará-Maranhão-Tutoia-Ceará, e Lisboa-Pernambuco-Baía-Rio-Santos-Rio Grande do Sul, com regresso pelos mesmos portos, tocando ambas, quer á ida, quer á volta, nos portos de Cabo-Verde ou Funchal, conforme do estudo da politica comercial a fazer resultar mais conveniente. Ao aparelhamento dos armazens do porto de Lisboa com instalações frigorificas deverão corresponder instalações frigorificas convenientes em alguns desses navios, das duas carreiras, para o transporte dos nossos legumes e frutas verdes;

e) Abertura de negociações com o Estado do Rio Grande do Sul, após o estudo que merecem as propostas da União dos Estancieiros e do Governo do Estado, feitas desde 1914, no sentido de subsidiar uma linha de navegação que lhe transporte e nos devolva os emigrantes que necessita para a expansão da sua lavoura de trigos e de vir vender directamente em Portugal a serviços municipalizados carnes que necessitarmos para saldar o nosso *déficit* e aumentar o nosso consumo desse genero alimenticio;

f) Promover o estabelecimento de instituições bancarias portugûesas e de delegações da Agencia Financial do Rio (que deverá regressar sem demora á exploração directa do Estado, conforme o in-

feliz contracto de Maio ultimo faculta) em todas as cidades do Brasil onde as necessidades da politica comercial o determinem;

g) Aparelhar a Zona-Franca do pôrto de Lisboa, com o material que o trafego moderno exige, de forma a transformá-la numa realidade prática, após a realização do convenio e da entente sobre a borracha e o cacáo.

*

Da maior conveniencia seria, para não andarmos a toda a hora a deitar tombas na nossa politica economica externa, e para integrar a politica comercial a seguir com o Brasil no quadro mais vasto — para onde aliás teremos de lançar os olhos — das republicas da America do Sul, paralelamente ao inquerito que proponho para o Brasil, estudar *in loco* as nossas relações com os outros países desse continente, com os quais, desde a platonica Missão do Visconde de S. Januario, em 1878, temos abandonado as relações, apesar de com alguns deles termos interesse em definir acôrdos.

Bem poderia o Chile, por exemplo, tendo nós navegação regular para a America do Sul, suprir as nossas necessidades de nitratos, de que tanto haveremos mister quando queirâmos tirar do nosso torrão o que ele pode e deve produzir.

Com a Bolivia oriental, sobretudo com a sua região gomifera do *Territorio das Colonias*, do Departamento de Béni e da provincia de Vaca-Diez, bem poderíamos ter intensas relações, mormente se se concluísse o ramal de Guajará-mirim a Riberalta, no coração da provincia de Vaca-Diez, sabido que em Porto-Velho, ponto inicial da linha Madeira-Mamoré, que nessa região termina, temos já hoje uma colonia digna de conta, e que toda a Bolivia Oriental drena os seus produtos, por essa linha, para Porto-Velho. Nem a construção da linha deu á Bolivia e ao Brasil os resultados esperados, nem o Tratado de Comercio boliviano-brasileiro, que poderia fomentar o comercio dos outros países com a Bolivia, em transito por Pará ou por Manaos, quando não concorressem com os brasileiros, trouxe nesse sentido o menor beneficio ás regiões bolivianas que a linha poderia abastecer, porque o Brasil feriu logo com tarifas proibitivas o comercio estrangeiro. Apesar disso, de 1910 para cá, alguns produtos por esta via conseguimos introduzir, via Manaos, nesta zona boliviana, sobretudo feijão, sardinhas e vinho. Tal comercio foi entretanto meramente accidental, e durante a construção da linha, representando apenas compras da companhia sua constructora nos mercados por-

tuguêses. O que não quer dizer que, sendo Portugal o segundo país fornecedor de vinhos generosos á Bolivia pelos portos do Pacifico, não pudesse tambem intensificar as relações com esse país pela fronteira brasileira.

No Perú oriental mantêmos interesses analogos aos que temos a defender na Amazonia. No distrito do Loreto trabalha uma consideravel colonia portugueza na exploração da borracha e do caucho; e, desde que Portugal e Brasil se dessem as mãos para a defeza da borracha, tudo aconselhava que estendessemos essa defeza á produção desses nossos compatriotas que a estão entregando aos exportadores de Iquitos não se sabe em que condições.

Temos tambem em Montevideo uma vasta colonia, cuja função desconhecêmos; e tudo indica a conveniencia dum estreitamento inteligente de relações com a Argentina, problemas agora nas mãos afeitas do sr. dr. Alberto de Oliveira, de quem ha a esperar, para as nossas relações com esses dois países, a mesma notavel actividade que desenvolveu com o Brasil.

Não devemos esquecer que a maior parte dos passageiros que frequenta a primeira classe dos vapores que, no regresso da America do Sul, tocam em Lisboa, uma vez restabelecido o *Sud-Express*, preferirão fazer o resto da viagem até Paris, aonde em regra se dirigem, pela via terra; e que tudo aconselha nesses países a maior propaganda do turismo no nosso país, para que a sua demora aqui se prolongue, com evidente lucro para a economia nacional.

*

Em face dos nossos interesses no Brasil, que os dois países teem igual necessidade de defender, encontram-se automaticamente definidas as bases do futuro Tratado de Comercio, que até agora se tem a muitos afigurado impossivel. Nada de pedir protecções pautais, que o Brasil se tem sistematicamente negado a conceder á França e á Inglaterra, e que só deu aos Estados Unidos e á Argentina pelas ligações a o arrasta a politica americana. A um desses países o prendem laços de solidariedade continental, que o Brasil não poderá engeitar enquanto não definir uma politica economica com as nações da Europa suas clientes e suas fornecedoras; ao outro o enleia o artificial tratado do *A. B. C.*, que não correspondendo a interesses de facto mas apenas a teorias de arbitragem, proprias aliás do idealismo dos países novos, não consegue sequer esconder o germen de conflitos futu-

ros. Para onde caminha o Brasil? Dizia ainda ha pouco uma das suas autoridades em politica economica internacional: «No Imperio como na Republica, de situação em situação, de governo a governo, até hoje não assentámos um programa definitivo de politica economica. E, o que é mais doloroso e deprimente, é que temos deixado quase tudo entregue às próprias forças da nação ou à *Divina Providencia*, que como já o proclamára uma vez o velho estadista da maioridade, tem sido sempre o nosso anjo da guarda, a nossa protectôra em todos as desgraças e calamidades nacionaes» (Sr. Dunshee de Abranches, *Expansão Economica e Comercio Exterior do Brasil*, pag. 143). Estudem-se convenientemente os nossos interesses no Brasil; e dentro deles se encontrará o *do ut des* que se requer para convenios desta natureza. No estado actual da produção brasileira, seria mesmo absurdo pedir a redução de 30% nos direitos de importação no Brasil, com favor reciproco para a nossa importação de artigos brasileiros, conforme parece que se ajustou no tratado que fazia parte dos planos financeiros de Mariano de Carvalho. Justificava-se então a «clausula da nação mais favorecida» concedida mutuamente, e com essa redução, porque a exportação dum iria baratear o consumo no outro, sem lhe afectar nenhuma industria nativa. Mariano de Carvalho, notavel espirito analitico, conhecedor como poucos no seu tempo dos metodos de expansão que as grandes nações ainda apenas ensaiavam, integrou o Tratado com o Brasil num grande plano de politica economica, em que entrava, alem da aproximação com os Estados Unidos, com especiaes concessões na nossa Africa Oriental para a sua valorização, uma «grande companhia de navegação, com paquetes poderosos, tendo na Europa como *terminus* Lisboa e Leixões», a instalação «sobre o mar de grandes armazens francos, quase prolongamentos dos navios, onde as mercadorias fossem carregadas, descarregadas e guardadas com dispendio minimo, dentro dos quaes fossem livremente manipulado e preparados», de forma que «Lisboa e Leixões fossem emporios principaes da importação brasileira na Europa e da exportação europeia para o Brasil» (*Planos financeiros*, pag. 68 segs.). Por essa admiravel construção, em que entrava tanto de fantasia como de extraordinária previsão, esse estadista restituiria ao caes de Lisboa a grande função de entreposto da Europa que lhe deram os seculos xv e xvi. Simplesmente, os executores de que lançou mão, tudo tornaram dependente da assinatura e ratificação do Tratado de Comercio luso-brasileiro, de cujas negociações fôra encarregado o sr. Matoso Santos. Diz Mariano que essas negociações foram coroadas de inteiro exito e que o tratado chegou a ser assinado; «e

essa foi, acrescenta, a mais vívida e pura luz naquela lobrega treva dos sete meses de maio a dezembro de 1891». Por que não foi ratificado? Disse-se então que por causa da «inserção de clausulas referentes ao alcool e outros artigos que as duas nações fabricam e onde, portanto, havia interesses antogonicos» (Silva Cordeiro, *A Crise*, pag. 205). Mas outra era a verdadeira razão. O Brasil assinara então o celebre «acôrdo aduaneiro» com os Estados Unidos, em que, segundo o testemunho do sr. Dunshee de Abranches, antigo presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Camara durante a gestão de Rio Branco, não poderiam entrar a Espanha e outros países» (*Ob. cit.*, pag. 108), acôrdo que devia ser seguido duma aliança politica entre o Brasil e os Estados Unidos. «Em julho do ano seguinte, acrescenta ainda o mesmo tratadista, tambem o governo brasileiro não mostrava desejos de entrar em negociações com o de Portugal para firmar um tratado de comercio. O Gabinete de Lisboa comunicára até o nome do sr. Matoso Camara, funcionario superior das alfandegas portugúesas, deputado e professor da Escola Politecnica, como o que o escolheria para enviar em character de seu plenipotenciario ao Rio de Janeiro. A resposta, entretanto, do nosso ministro do Exterior, não o animou a proseguir nesses intuitos. Era que persistiam motivos ponderosos que haviam já torçado a nossa chancelaria a não corresponder no mesmo momento ás propostas do Perú que desejava desdelogo ver aceitar pelo Brasil e traduzidas em factos certas medidas — chamadas complementares ao tratado de arbitramento de Washington». (*Ibid.*).

Certo é que, a assentar nas bases que os seus negociadores e os seus apologistas apontam, esse tratado — se fosse então possivel realizá-lo — poderia ter-nos consolidado um mercado que, por incúria nossa, cada vez nos aparece mais flutuante. Já por essa época pretendiamos tratar com o Brasil, onde deveriamos ter muito mais de meio milhão de portugúeses, pondo em jogo o comercio dos nossos emigrantes e o seu consumo, como se fizéssemos um convenio protocolar com um vago país onde nenhuns interesses definidos tivéssemos a defender. Toda a nossa politica se apoiava numa mútua concessão de favores alfandegarios, na crença de que, obtidos eles, o patriotismo da nossa colonia expulsaria facilmente dos mercados brasileiros os produtos concorrentes. Nem reparavamos que, pondo de parte o vinho, e poucas mais, as mercadorias que enviavamos ao Brasil e para as quais iamos pedir fortes protecções pautais, se tinham immobilizado em processos de produção, moldes de fabrico, tipos e embalagens antiquados, — e que esses defeitos mais resaltariam num país novo,

abrindo-se à penetração dos caixeiros viajantes dos grandes países produtores, ávido de consumir do melhor, como todos os países novos, e necessitando para a clientela de qualidades que lhe satisfizessem o paladar e quantidades que garantissem ao artigo um consumo normal.

Não se fez o tratado. Sabe-se o que veio depois: a ruptura das relações diplomaticas, e a fórma menos que hirtamente protocolar como eram lá recebidos os nossos ministros Enes e Tomaz Ribeiro.

Durante mais de vinte anos as nossas relações diplomaticas com o Brasil permanecêram numa secura, quase diria num isolamento, que não se compadecia com as profundas afinidades de raça, latentes no substractum da grande nação por nós criada, por muito que as misturas etnicas e o interesse das potências habilidosamente tentassem dilui-las. Por seu lado, a colonia portugûesa, sempre maior, integrava-se por completo no mecanismo da vida brasileira, quase perdia contacto com a mãe-pátria; e olhando o seu país agachado em volta do fogo-morto duma mesquinha política de *alcatruzes*, deixava-se levar na onda de piedoso desdem com o que americanismo envolvia o velho mundo, atado de preconceitos e velharias que não podiam emparelhar com a ancia de progresso velocissimo que é a carateristica dos países novos, e com que o nacionalismo brasileiro olhava Portugal. Por outra parte, a vida financeira da mãe-pátria mais contribuía para afastar os fundos obtidos pelos portugûeses nos lucros do seu commercio e da sua industria: se até 1886 era importantissima a consolidação de capitais brasileiros em titulos do nosso 3 0/0, enquanto as nossas cotações oscilavam entre 40 e 50, depois de 86, quando os nossos fundos galgaram a perto de 70, o capital acorreu à consolidação de outros países, e até do proprio Brasil, onde muito capital portugûês procurou colocação. Assim, o mais dos seus rendimentos empregava-o o nosso emigrante abastado em emprestimos municipais e estadoais, nesse momento em que a politica de melhoramentos materiais irrompia pelo Brasil inteiro. Construía bairros inteiros de cidades, quando a saída dum produto lhe entregava nas mãos, inopinadamente, lucros enormes e imprevistos; a grande alta da borracha de 1910, promovida artificialmente em dois mercados da Europa por especuladores dos papeis das Plantações Orientais, fez construir por portugûeses, só em Manáos, mais de dois terços da propriedade urbana, que um exodo rapido, correspondente à baixa fulminante do produto, deixava vasia ou produzindo um rendimento mesquinho.

A ruidosa pugna politica estabelecida em volta do gabinete João

Franco acordou um pouco na nossa colónia a crença na redenção da sua patria. As capitães dos Estados brasileiros resurgiam então ao impulso de homens de acção, que rasgavam avenidas, soterravam velhos bairros insalubres, davam portos a construir, enchiam as velhas e dormentes cidades do tropico duma seiva nova de progresso, com grandes obras de hygiene, edificios monumentaes, sistemas completos de viação.

Eram Frontin e Passos no Rio, Barreto em Pernambuco, Lemos no Pará, e pouco antes Eduardo Ribeiro em Manáos, Belo Horizonte nascendo em breves mêses; e o portugûes olhava enleado o braço do *grande homem* traçando cidades novas, levantando capitais, atirando sobre capinzais bravios um formigueiro humano e uma rede de guindastes a fazerem surgir, em rápidos dias, a vida intensa das cidades modernas. O culto do homem enérgico e decidido nasceu nesses homens afeitos ao trabalho, habituados a criarem, por suas mãos, actividades poderosas, fortes casas commerciaes e industrias prosperas. João Franco pareceu-lhes, na distancia que os separava de Portugal e no carinho com que viam surgir na mãe-patria uma vontade, ser — o *homem* que convinha á sua terra.

O Brasil saíra tambem então dos seus mais notaveis triunfos diplomaticos. Tinha-se fechado o Tratado de Petropolis que lhe entregava a troco duma indemniseção relativamente larga, um vasto trato de terreno que em poucos anos daria á federação rendimento maior que a sôma dispendida por esse acordo. Liquidavam-se as questões do Amapá, da Lagôa Mirim e das Missões, pela mão habilissima de Rio Branco. Para a solução dessas questões, o Chanceler fizera estudar os nossos arquivos, ele proprio os estudára com esmeros de historiadador, indo buscar a eles os velhos mapas do seculo 18, as delimitações dos geógrafos de Alexandre de Gusmão que serviram para a definição territorial do Brasil com o Tratado de Madrid. A grande massa dos seus argumentos, para fechar as questões de limites entre o seu país e os confinantes, eram-lhe dados pelos nossos exploradores, pelos nossos geógrafos, pelos nossos politicos, com correcções que á luz da sciencia moderna resultavam insignificantes. Num livro quase desconhecido — *Peru versus Bolivia* — Euclides da Cunha louva, no melhor estilo que ainda alguem traçou no Brasil, esse esforço enorme que, para ser perfeito, não necessitava sequer actualizado. Uma corrente de respeito pela grande obra portugûesa, criando, definindo e erguendo uma nacionalidade, regressava ás regiões officiaes. Portugal voltára pelo Brasil a ser olhado com carinho, emquanto a nossa vida

nacional voltava a ser olhada pela nossa colônia com interesse. A viagem de D. Carlos ao Rio, neste momento, a convite do governo brasileiro, correspondia de facto a uma inteligente diplomacia, que tinha palpado o estado de ânimo de portugueses e brasileiros lá residentes. Donde partiu essa ideia? Da carta do rei á Duquesa de Uzès parece depreender-se que era sua a iniciativa. Pretenderia ao pô-la em prática, resgatar os erros do seu reinado, olhando afinal inteligentemente os interesses do seu país? No Rio, o mundo oficial e a colônia portugêsa preparavam-se para uma extraordinaria recepção ao descendente do ultimo senhor do Brasil. Rio Branco queria, com uma faustosa recepção ao chefe de estado de Portugal, agradecer de alguma forma à velha metropole o muito com que o nossos estadistas e os nossos altos funcionarios do seculo 18 contribuíram para a construção na sua obra: ia fazê-lo na pessoa do árbitro que com a sua sentença devolvêra ao Brasil a Ilha da Trindade após a sua recente ocupação pela Inglaterra. Ocasião unica decerto era essa, não para a realização de um tratado de commercio e emigração com o Brasil, então impossivel por carencia absoluta do material que só muito mais tarde se começou a ajuntar, mas ao menos para se estreitar o abraço entre as duas patrias, e para levar as suas chancelarias a uma intimidade que ainda hoje não teem, apesar de todos os esforços e as inteligentes boas-vontades que dia a dia mais o querem estreitar.

Os erros que de longe vinham e os que a impericia atrabiliaria do ditador lhe acumulára sobre a cabeça, tiveram o seu ponto final na bala do Terreiro do Paço. A tropega diplomacia de D. Manoel, vivendo de intrigas do Paço, preocupava-se apenas em consolidar um trono efemero com alianças dinasticas de casamentos — num momento em que os interesses economicos das potencias se scindiam em dois grandes grupos rivais... Perdêmos assim a boa vontade do Itamaraty, mais tarde demonstrada no reconhecimento immediato da Republica; e não utilizámos em nosso favôr a fôrça enorme de Rio Branco, então no auge do seu prestígio.

Com as primeiras medidas do novo regime, sobre a aproximação com o Brasil, a nossa colonia mais se interessava pelas coisas de Portugal. Elevaram-se mutuamente as legações a embaixadas, crearam-se novos consulados no Brasil, estabeleceu-se a zona franca no porto de Lisboa, instalaram-se bancos nossos que começaram a irradiar pelo Brasil inteiro, criaram-se Camaras de Comercio que iriam ser, como tem sido, o mais activo propulsor da nossa expansão commercial e o elo que havia de ligar, em cordeal intimidade, a nossa co-

lonia no mesmo abraço. Enviámos felizmente ao Brasil como Consul Geral, logo ao estalar a guerra, o sr. dr. Alberto d'Oliveira, que continuou a politica de estreitamento da colonia iniciada pelo sr. dr. Bernardino Machado, e que lá levou a efeito a mais notavel obra diplomatica que nas relações entre os dois países independentes realizámos, já enchendo-nos de prestigio nas estações officiaes e nos meios cultos brasileiros, já dando direcção à actividade da colonia, já procurando resolver com a mais nobre intelligencia os problemas de politica comercial entre os dois países, tal como os ia vendo, ou encaminhando-os para um estudo comum donde saísse afinal a solução. Ainda desta vez voltámos a perder a ocasião que se nos deparava de, á sombra do prestigio sabido criar por esse illustre diplomata, iniciarmos as negociações para o Tratado de Comercio e o Tratado de Emigração. Tínhamos para mais entrado na guerra, e a nossa colonia juntava-se num inolvidavel movimento de patriotismo em tórno das nossas autoridades; toda ela estremecêra de comoção, pronta a imolar os seus interesses no altar da patria, num vibrar clangoroso de entusiasmo levado de contagio ao filhos do país. Jornaes e revistas do Brasil enchiam-se de palavras carinhosas para Portugal, comunicavam-se do fogo sagrado da nossa colonia, criando o meio predisponente para levarem tambem o seu país á guerra. Um ano antes do Brasil quebrar as relações com a Alemanha, tinha o *Temps* apercebido quanto a decisão de Portugal de ir á guerra defender o patrimonio colonial havia de repercutir no Brasil. « A declaração de guerra da Alemanha a Portugal, dizia ele a 14 de março de 1916 no seu *Bulletin du jour*, não pode deixar de ter no Brasil uma profunda repercussão. Esta Republica irmã está intimamente ligada à antiga mãe-pátria pelos laços de amizade e pelos laços de raça. As grandes manchas alemãs, semeadas pela colonisação teuta em alguns estados do sul do Brasil, não lograram converter o principal país da América do Sul ao germanismo. A entrada de Portugal na batalha gigantesca que a civilização oferece á barbarie, encheu o Brasil de orgulho, e a nação inteira se lembra que os destinos dos dois países se desenvolvêram paralelamente» (1). Dias depois das primeiras manifestações da nossa colonia, já a *Gazeta de Noticias*,

(1) Mais recentemente, da mesma fórma apreciava as consequências da participação de Portugal na guerra a *Times History of the War* (vol. XVII, pag. 354): «It was at the same time pointed out in *The Times* and elsewhere that three consequences of the intervention of Portugal in the war would be: the freeing of the Atlantic, the new German submarines having no further temptation to attempt the

do Rio, escrevia: «Não podêmos mostrar por mais tempo uma neutralidade impossivel e conter a impulsão que nos leva a manifestar os nossos sentimentos de solidariedade com os nossos irmãos». Esta era rialmente a situação: prestigio do nome português, prestigio das nossas autoridades, uma grande fé no estudo dos problemas que interessam aos dois países, fé que me lançava no abandono de quantos trabalhos fôram o enlevo da minha mocidade, para abraçar esses problemas tambem. Perdêmos essa ocasião unica de abrir negociações com o Brasil. Deixarêmos ainda passar esta hora, em que os interesses das potencias olhem já cupidamente para a expansão comercial no continente brasileiro ?

Quando atraz referi que o destino diferente das duas patrias não comporta o estreitamento de laços politicos, sob a base que por aí vejo apregoada numa ingénua ignorancia do que seja o destino duma nacionalidade e a sua trajectoria em harmonia com a sua condição de existencia e desenvolvimento, evidentemente que não quis afastar a hipotese dum estreito entendimento economico para produtos que aos dois países convenia valorizar ou acompanhar das suas zonas de produção até aos centros de consumo. Nem sequer a duma aliança, porventura util a ambas as nações, desde que a politica de alianças volte a fazer o seu curso, desde que a situação externa de Portugal se valorize na Europa, e desde que o Brasil queira ter na politica europeia um ponto de apoio. Já Silva Cordeiro no seu livro *A Crise*, escrevendo ainda ao pêsso do *ultimatum* de 90, dizia que a amizade da Norte-America pelo Brasil custava ao Brasil tão cára como até então nos tinha custado a aliança inglêsa. Mais do que nunca, a representação obtida pelo Brasil na Conferencia de Versailles, por especial interesse do Presidente Wilson conforme o testemunha o sr. Egas Moniz (*Um ano de politica*, pag. 255), o arrasta para a scena da politica pan-americana, no cortejo do monroismo. Não sei até que ponto a politica financeira do Brasil volita tambem em torno dela, e até que ponto os Estados-Unidos pretendem enleá-lo no circulo da sua hegemonia financeira: a notícia do grande emprestimo brasileiro,

use of the Portuguese islands of the Azores, Madeira and Cape Verde as bases, on the plea of Portugal's neutrality; the completion of the circle beeing drawn around the German forces in German East Africa; and the effect which the entrance of Portugal in the war might be expected to have upon Brazil.»

contraído na America para o pagamento da sua dívida europeia, que se dizia fazer parte do programa-base do sr. Rodrigues Alves e ter sido negociado pelo seu Ministro das Relações Exteriores sr. Domicio da Gama, com a garantia das rendas alfandegarias e a entrega da direcção da frota mercante e dos portos e vias-ferreas a delegados americanos, foi, após ter feito o giro da imprensa, classificado como um *canard*. Vê-se no entanto a olho nu o que pretende ser a penetração norte-americana no extremo norte do Brasil. Em 1915, a conhecida revista de New-York *The India Rubber World*, publicava um mapa com as zonas gomíferas que os Estados Unidos entendiam, para segurança dos seus mercados, colocar sob o seu proprio controle; e nelas incluía toda a Amazonia. Pouco tempo depois uma brigada de *engenheiros* americanos, com a permissão do então Governador do Pará, dr. Eneas Martins, percorria a Guyana Brasileira e os terrenos a norte do Amazonas, com fins equívocos; ante o alarme dado em alguns jornaes do Rio, o governo central fez cassar a licença de ânimo leve concedida. Um ilustre diplomata brasileiro aposentado, depois de ter exercido altos cargos junto do governo americano, escrevia ainda ha pouco tempo: «O sr. Farquhar, que parece ter noção mais clara daquilo a que Cecil Rhodes chamava a «missão do homem branco», depois de haver por meio da Amazon Land Colonisation Company se apoderado do Amapá e nele se fortificado, quando visse chegado o momento, pelos metodos que até hoje tem posto em prática, meteria na sua sacola os governos do Pará e Amazonas e o ensaio de governo do Acre, e associados proclamariam a independencia da Amazonia, a qual seria reconhecida pela governo de Washington, e depois era pegar-lhe com um trapo quente» (Salvador de Mendonça, *A situação internacional do Brasil*, pag. 29). Sabe-se que para tirar de mãos luso-brasileiros a produção da borracha amazonica, se começou recentissimamente a infiltrar no interior amazonico, conduzida por interesses americanos, emigração negra de Barbados, enquanto um sistema de bancos e casas de exportação filia-das à praça de New-York aperta os tentaculos sobre a incerta e desprovida vida economica da região. Até onde poderão os Estados Unidos levar a sua amizade financeira pelo Brasil?

Por outro lado a Argentina, isolada do concerto pan-americano na paz, como durante a guerra se isolou em *su neutralismo*, dia a dia mais deixa crescer o seu sônhô hegemônico da Sul-America, tocado dum imperialismo que — á fé de Deus — não é muito de molde a inspirar confiança ao Brasil e ao Chile, que hora a hora mais pro-

curam estreitar os laços diplomaticos, que nenhuma base económica justifica. Num simples folheto publicado em Buenos Ayres ha dois anos, com a assinatura «Pedro de Cordova» — *Nuestra Guerra* —, e largamente espalhado no Brasil apesar do confisco do governo brasileiro, em que a invasão do Uruguay, do Paraguay e do Estado do Rio Grande do Sul era declarada como imperiosamente imposta á Argentina pelas necessidades da sua expansão economica, já hoje comprimida, dado o seu regime inevitavel da grande propriedade e da grande exploração agricola, logrou lançar um ruidoso grito de alarme no inexcédível patriotismo do Brasil; como equal alarme lançou nos seus meios militares, em 1917, o livro do antigo adido militar argentino no Brasil, major Eugenio Ramirez, *Nuestras Fronteras (La Republica de los Estados Unidos del Brasil, Su poder militar)*, em que as zonas estrategicas do sul aparecem descritas, no estado da sua defeza, com uma minucia alarmante. O que irá produzir a rapida, velocissima hiper-expansão economica dos grandes países sul-americanos? Que conflitos de interesses irão surgir? Que caminho tomarão, amanhã, feitos torrentes que ninguem poderá deter? Neste momento em que os telegramas andam já a abrir falencia, agoirentamente, à politica idealista do sr. Wilson, bem diferente decerto da politica monroista que a Casa Branca invariavelmente vem mantendo desde a presidencia de Cleveland, problemas são estes que deviam ser meditados pelos dirigentes da politica externa dum país, como o nosso, com tão largos interesses espalhados no continente sul-americano, interesses que nos garantem uma vida economica arrastada mas em todo o caso — uma vida, e cujo eixo a economia nacional não consente que seja deslocado durante larguissimos, futuros anos.

Veremos nós ainda, como já querem alguns economistas, os fulcros economicos do mundo deslocados para o hemisferio austral, com uma Argentina poderosissima em face de uma poderosissima Austrália?

Desejará o Brasil, em tempo que não venha longe, voltar para a Europa as suas vistas, de fórma a encontrar nela o ponto de apoio que necessite para se manter no equilibrio americano? Qual será então a situação externa de Portugal? A que mantinhamos no instante em que a politica de alianças desencadeava a guerra? O Brasil terá para nós o sorriso quase carinhoso com que nos costuma olhar, no seu narcisismo de país grande e economicamente próspero, naquele orgulho com que se contemplam sempre os países novos que sentem o progresso fazer neles em dias o que o velho-mundo levou seculos a

fazer. Mas estará então a nossa situação valorizada por entendimentos que já se desenham, sem prejuizo, e até como consequencia da nossa velha e cada vez mais estreita aliança com a Inglaterra? Nesse caso, bem póde ser que Portugal seja, pelo menos, para o irmão de alem-mar, um intermediario carinhoso que aplane resoluções e desbaste arestas que lhe ericem o caminho.

Porque a única forma de captarmos a estima sincera desse bom, desse grande país que representa, após a epopeia dos descobrimentos, a obra-prima da nossa existencia nacional, é valorizarmo-nos. E' não apparecermos a seus olhos de país potente, que sente no arca-boiço uma plethora de energias e riquezas, como um país caduco, sem expressão, sem aspiração, como um pai arruinado e inutil de que o filho se envergonhe. A attitude de Portugal durante o conflito europeu, o envio dum contingente de tropas para a Flandres, forte já para um país pobre e pequeno, o quinhão de gloria que de lá trouxemos, abriu-nos mais os braços amigos desse país, impôs-nos mais á sua consideração, que as farturas de trópos e de retorica esteril com que por aí se anda fazendo *bichinha gata* ao Brasil e em que ele apenas repara — para sorrir.

VEIGA SIMÕES.



LETTRES ET ARTS DE FRANCE

Nous avons vu à Paris deux «réapparitions» diversement sensationnelles ; celle de Wagner, et de celle d'Ibsen. La rentrée de Wagner, aux concerts tout au moins, s'est opérée à peu près sans incidents, et je n'ai pas eu à réentendre les clameurs d'hostilité qui m'assourdirent dans ma grande jeunesse de wagnerien. J'avoue que je n'en eusse pas été tout à fait fâché, car cela m'eût donné l'illusion, courte mais agréable, d'avoir une trentaine d'années de moins. J'ai dû à mon wagnérisme adolescent d'être malmené deux fois par la police, lors des représentations de *Lohengrin* données par Charles Lamoureux à l'Eden et, plus tard, à l'Opéra : et le piquant était que la police était chargée de réprimer non les wagnériens, mais les gens que ne voulaient pas qu'on jouât Wagner malgré la permission officielle. Mais la police, mal informée des questions musicales, tapait sur tout le monde pour ne pas se tromper. Ensuite, j'ai connu les auditions où une affiche conciliant invitait les antiwagnériens à ne pas siffler, et leurs adversaires à ne pas redemander les morceaux. Puis, j'ai assisté à la crise d'admiration globale, à toutes représentations triomphantes, et même au snobisme wagnérien le plus excessif, jusqu'à soupírer d'aise lorsque *Louise* et *Péléas* rapellèrent enfin qu'il existait une école française.

Ce son là des titres d'ancienneté pour juger impartialement la question : et le mieux qu'on peut en dire, c'est quelle ne devait pas être posée. Wagner avait injurié la France en 1871. On le lui avait

pardonné depuis 1871 : il n'y avait donc pas à y revenir, car il n'était plus là pour être rendu responsable des exploits de Guillaume II. Assurément la vue, sur la scène, de la *Tétralogie*, eût paru trop directement allemande. La *Tétralogie* oppose aux forces de l'or, du parjure, et du «vieux Dieux», le thème de la rédemption par l'amour, il est vrai : mas ce n'est pas moins une épopée dont toute l'Allemagne a tiré de l'orgueil, et dont l'aspect a quelque chose de spécialement «boche», Mais comment objecter à *Lohengrin*, à *Tannhauser*, à *Parsifal*, à *Tristan*, à de splendides élans d'idéalisme secondés par la plus merveilleuse symphonie dramatique qui fut jamais ? On ne se donna pas le ridicule odieux de proscrire Beethoven, Schumann, l'Autrichien Mozart, le Hongrois Liszt. (Je ne parle pas, pour cause, de la symphonie turque ou bulgare !) Beaucoup de «poilus» mélomanes, en permission, redemandaient Wagner, et on conviendra qu'il était de mauvais goût de renchérir de scrupule sur eux. J'ai connu un officier qui allait à l'attaque en chantonnant le thème de l'Épée de *Siegfried*, et un aumônier militaire qui, lorsqu'il trouvait un harmonium intact dans une église bombardée, jouait la prière d'Elisabeth de *Tannhauser*. L'un et l'autre maudissaient Saint-Saëns pour sa campagne anti-wagnérienne ! La musique est la musique, et la solution la plus spirituelle a été donnée par général Mangin organisant un festival wagnérien et y applaudissant avec tout son état-major. Je profite de cette occasion pour dire d'ailleurs que ce grand soldat est un homme très fin, très-averti d'art, et de l'esprit le plus ouvert, ce que le public sud-américain n'apprendrait guère s'il ne se renseignait qu'auprès de nos socialistes. Enfin, on n'a jamais cessé de jouer le *Faust* de Gounod, qui n'a rien de goethien mais se passe tout de même en Allemagne, et comporte un chœur de soldats «allemands» chantant «la gloire immortelle de leurs aieeux !» Et en Allemagne, on s'est donné le ridicule d'entendre les *Deux Grenadiers* de Heine-Schumann, où le musicien génial a introduit la *Marseillaise*... Vraiment il était temps que toutes ces petites prissent fin !

La réouverture de la série des représentations ibséliennes par la société dramatique *L'œuvre* n'a pas éveillé en moi moins de souvenirs lointains. En 1893, j'avais créé cette société avec l'excellent acteur Lugné-Poë pour jouer *Pelléas et Mélisande*, bien avant que Debussy en écrivit la partition. Puis j'avais entrepris de révéler au public parisien toute la dramaturgie ibsélienne, dont Antoine n'avait encore joué que *Maison de Poupée*, *Les Revenants* et le *Canard sauvage*. Je n'ai pas la place, et c'est presque dommage, de vous raconter dans quelles

conditions comiques Lugné-Poë et moi, que avions un peu plus de quarante cinq ans à nous deux et quatre cents francs de capital, entreprimes de fonder *L'œuvre*. Cet âge est celui des folies, mais le plus fou c'est que nous réussîmes. J'abandonnai au bout de deux ans un métier qui m'empêchait d'écrire des livres, mais Lugné-Poë a continué avec science et chance, et l'art dramatique international lui doit beaucoup, son nom est justement respecté. J'ai donc revu en simple spectateur ce beau drame de Rosmersholm que j'avais mis en scène en 1894. La presse est devenue plus compréhensive qu'en ce temps-là, où feu Sarcey nous traitait de «sans-patrie». Ibsen n'a pas beaucoup influencé les Français, mais son génie n'a point vieilli et on l'applaudit toujours, comme celui d'un des plus puissants représentants du beau théâtre d'idées qu'on ait vus depuis un siècle.

Le peintre Alfred Roll est mort le jour même où s'ouvrait le Salon d'Automne. Il avait soixante-treize ans. C'était un noble artiste et un homme d'un caractère chevaleresque. Il emporte tous les regrets et tous les respects des peintres de cette Société Nationale des Beaux-Arts dont il avait hérité la présidence à la mort de Carolus-Duran, et où il se fit aimer de tous par son équité et son grand sens de la dignité et de l'intérêt des artistes. Alfred Roll avait débuté au lendemain de la guerre de 1870, où il s'était bravement conduit, et il avait été très-vite remarqué pour les toiles fougueuses, d'un beau coloris, comme cette *Femme au taureau* que garde un des musées sud-américains. Il fut de ces jeunes membres du jury qui, au Salon unique d'alors, insistèrent pour faire décerner une médaille à Manet si injustement persécuté. Roll entreprit ensuite de grandes toiles à tendances réalistes et sociales como la *Grève*, la *Guerre*, le *Quatorze Juillet*, le *Travail*. Elles firent rapprocher son nom de celui de Zola, à cause de l'analogie des sujets, et elles provoquèrent de vives discussions bien que chacun rendit hommage à la vigoureuse technique de l'artiste. Roll était fervemment républicain-démocrate: issu de la bourgeoisie industrielle du faubourg parisien, il aimait le peuple et l'introduisait hardiment dans son œuvre. Cela lui valut la faveur du régime et on lui confia des toiles officielles comme le *Centenaire de la République*, la *Réception du tsar Nicolau II*, des décorations à l'Hôtel de Ville et au Petit Palais. Il sut, par sa franchise et son don de la vie, éviter les défauts inhérents à ce genre de commandes, et il produisit parallèlement un grand nombre de tableaux de chevalet et de dessins qui, moins connus, sont très-beaux. Comme Puvis de Chavanes, Roll, bien que célèbre et chargé d'honneurs, ne voulut être de l'Institut. Il resta toujours un indépen-

dant, en marge de toutes les écoles qui se sont succédés depuis près d'un demi-siècle. Sa sensibilité se partageait entre des scènes sombres où il peignait les humbles et les parias, et des scènes heureuses, car ce coloriste ardent aimait la nudité, les fleurs, les jardins ensoleillés, les chevaux, les ciels. Il a touché à tout avec un talent sincère et fort, d'expression toute française, qui garantira son souvenir dans notre école moderne, et il a rempli du mieux une existence sans reproche. Avec Roll disparaît un des représentants les plus typiques d'une génération de peintres qui gardaient encore les mœurs enjouées et libres du passé et même devenus riches et illustres, demeuraient des compagnons d'atelier étrangers au snobisme et à l'âpreté de l'arrivisme.

Le Salon d'Automne s'est ouvert dans des décourageantes conditions. Il est logé dans le grand Palais, qui est glacial, et que rendait plus glacial encore la tempête de neige qui a désolé la Toussaint. En ce monument où les amateurs de peinture bravent la fluxion de poitrine, il fait obscur dès trois heures après midi, et il faut apprécier le coloris à la lumière électrique, que la crise du charbon a fort compromise. La période électorale laissait craindre que la France ne tombât aux mains des bolchevistes, qui sont en politique l'équivalent des « fauves » et des cubistes, et que la révolution sociale ne laissât d'intérêt à aucun vernissage. Enfin, les difficultés de tous les métiers et des transports faisait que les salles d'exposition étaient encore, au jour de l'ouverture, dans le désordre le plus paradoxal. Néanmoins ce Salon a attiré un nombreux public : et il le méritait pour beaucoup de raisons. Son principe est excellent. Les deux Sociétés puissantes qui exposent durant l'été ont perdu beaucoup de leur intérêt : on y trouve surtout des artistes réputés qui répètent leurs manières, ont fortune faite, et se renouvellent peu. Les jeunes en sont à peu près éliminés. Mal placés, découragés, ils se sont décidés à fonder ce troisième Salon, et c'est là en somme qu'on peut seulement voir ce que pourra être l'avenir de la peinture tel que le conçoit la jeune génération. C'est d'un incontestable intérêt critique. De plus, le Salon d'Automne n'avait pas rouvert ses portes depuis 1913, à cause de la guerre, la plupart de ses exposants se sont battus. Ils n'ont pas de médailles d'or ou d'argent, car leur règlement l'interdit, mais ils ont la croix de guerre, ce qui est autrement honorable. Il est bien difficile de blâmer sans ménagement un tableau dont l'auteur a risqué sa vie et enduré quatre ans de glorieuses souffrances devant l'ennemi. Un bon nombre de ces jeunes gens sont tombés, et leurs œuvres posthumes rendent ce lieu vénérable. Enfin, en 1914, la peinture nouvelle présentait une ex-

trême effervescence de théories et une situation des plus confuses. Il est donc très-curieux de voir si, après de telles années d'émotion, il s'est opéré un travail de fusion et d'harmonisation parmi les audacieux et les chercheurs, si, de toutes ces tendances, s'est dégagé un désir général d'unification. A toutes ces raisons d'attention sympathique j'ajouterai celle-ci: ce Salon est pauvre, son budget est très médiocre, il n'est pas subventionné par de gros marchands, et les jalousies académiques lui ôtent les faveurs de l'Etat qui lui accorde tout juste un logis. C'est pourquoi ses projets matériels sont entravés: son programme tend à réunir aux toiles et statues l'art décoratif, le mobilier, les conférences et lectures de poèmes, les concerts, et jusqu'à une section de la mode artistique. C'est un programme intelligent, mais qui exige beaucoup d'argent pour être bien appliqué, et cet argent manque, alors que les autres sociétés en abondent mais n'entreprennent rien.

Je suis donc allé au Salon d'Automne avec le sincère désir de l'aimer, d'y trouver beaucoup de gens de talent original, et d'oublier les vieilles querelles de théories. A la vérité, ce Salon ne manque pas d'amis, et ils lui font plus de tort que de bien: car ils proclament dans la presse qu'il s'agit d'une Renaissance et que jamais l'école française n'a été plus remarquable et plus abondante en créateurs. Je crois que, si on prenait à la lettre ces dithyrambes, on croirait que le Paris du xx^e siècle dépasse en splendeur inventive la Florence du xiv^e. Et je voudrais bien que ce fût vrai: mais ce ne l'est pas. Il y a dans l'ensemble de ce Salon une grande ambition de trouver de nouvelles façons de peindre, et une grande inquiétude nerveuse. Il y a quelques déséquilibrés. Il y a une quantité appréciable de peintres intéressants et sérieux, qui sont suivis d'imitateurs dociles. Cela ne constitue pas une Renaissance, et ce que l'on veut appeler une Renaissance, c'est surtout, à ce qu'il m'a paru, une réaction, un contre-pied. C'est ce que l'art impressionniste avait fait contre l'esthétique affadie de l'académisme. Et aujourd'hui c'est contre l'impressionnisme que ce Salon est dirigé. C'est même le trait le plus curieux et le plus net dans cet ensemble. Les jeunes critiques et peintres ont encore du respect individuel pour Manet et Renoir, très-peu pour Monet et Degas, mais ils affichent leur dédain total de la conception impressionniste. Ils lui reprochent d'avoir tout sacrifié à la sensation pure, d'avoir manqué de caractère, de style, de composition, et d'avoir cru qu'on puisse bâtir un art sur l'étude des fugaces effets de la lumière.

Ces reproches sont justes, et les meilleurs défenseurs de l'im-

pressionnisme n'ont pas manqué de les admettre, même à l'heure où il fallait défendre ce beau mouvement contre la violente contestation des peintres officiels. Les impressionnistes ont été des sensitifs ingénus, peu cultivés, qui considéraient que l'esthétique en vogue était détestable, en quoi ils avaient raison, mais que toute esthétique n'était que littérature superflue, en quoi ils avaient tort. C'étaient des ouvriers aux yeux charmants, et ils se sont débarrassés de l'École comme on arrache un soulier trop étroit, pour s'en aller pieds nus courir les champs. Les jeunes gens du Salon d'Automne ne parlent que de style, de composition, de construction logique et synthétique, de retour au classicisme d'Ingres, de Claude Lorrain, de Poussin. Cela est fort beau. Mais quelles voies étranges ne prennent-ils pas ! Il ne faut pas leur parler de Delacroix, pour qui ils sont plus qu'injustes. Ils ne paraissent pas se souvenir que, parallèlement à l'art impressionniste, Puvis de Chavannes a donné les preuves d'un art souverain par le style, la composition et l'incarnation des idées en allégories plastiques. Ils ne goûtent ni Carrière, ni Fantin-Latour, ni Besnard ; mais ils ne voient que le seul Cézanne pour avoir compris ce que sont un plan et un volume, et avoir retrouvé après l'impressionnisme les lois de la composition, de l'ordonnance, de l'harmonie. Je suis de ceux qui pensent que l'œuvre de Cézanne, sinon ses intentions, est infiniment loin de justifier cette influence : elle n'en existe pas moins et il faut accepter comme un fait que Cézanne préside à toutes les vellétés de la jeune peinture, qui lui trouve du génie et ne reconnaît même ses défauts que pour les élever aux plus grandes vertus. Elle n'admet même plus la discussion restrictive, et elle crie au sacrilège et à l'incompétence si on se borne à voir en son dieu un ouvrier consciencieux, gauche, doté de qualités solides et d'idées cohérentes, mais aussi des tares d'un primitivisme trop jalousement exclusif de toute culture.

Quoi qu'il en soit, la recherche rigoureuse des plans et des volumes s'est traduite par une crise de réduction des éléments picturaux à la géométrie, il y a une dizaine d'années : cette crise a été appelée le cubisme, et paraît terminée. Elle eût effaré l'honnête Cézanne lui-même, qui est mort sans se douter du vacarme qu'on allait faire autour de son œuvre et des ses principes. Il reste dans ce Salon une grande tendance à l'abstraction. La représentation directe des effets de nature y est méprisée, on n'y parle que de synthèse, et de langage des couleurs, de la nécessité d'inventer décorativement d'après un thème de nature. C'est l'art du tapis d'Orient, et non du tableau européen. Les conceptions se mêlent bizarrement.

Il faut beaucoup de bonne volonté pour considérer une série de taches, ou une sorte de puzzle, en se rappelant que l'auteur ne jure que par Ingres, David et Poussin, et on peut imaginer la figure qu'eussent pu faire ces grands hommes devant une telle descendance. Il faut parfois aussi résister à la mauvaise pensée que certains peintres se moquent doucement du visiteur. J'ai plaisir à vous citer quelques noms : ceux des paysagistes Marquet, Friesz, Lebasque, des peintres de figures ou d'intérieurs Favory, Laprade, Dunoyer de Segonzac, Dufrenoy, Mlle. Dufan, Georges d'Espagnat, Manzana-Pissarro, Camoin, van Dongen, Maurice Denis, des sculpteurs Joseph Bernard et José Clara. Ce sont là des artistes sérieux et intéressants, dont on peut attendre des œuvres fortes et neuves à l'avenir. Je n'en saurais dire autant d'Henri-Matisse, dont on parle beaucoup et qui s'en montre ravi, mais dont vraiment les productions n'ajouteront rien à la gloire de son pays. On sort de ce Salon avec un sentiment confus. Dans l'ensemble, il est amusant par la violence du coloris et la diversité des tendances, il a la grande qualité d'être vivant, de solliciter le jugement, d'agacer les nerfs. Mais ce n'est pas une Renaissance que cette discordance comparable à celle d'un orchestre dont les instrumentistes essaient leurs instruments avant d'attaquer l'ouverture. On attend le chef, son bâton, et la première mesure. Espérons que ce sera pour l'année prochaine, et que les critiques qui vantent exagérément ce Salon voudront bien, eux aussi, comprendre l'utilité de la modeste sourdine.

Pendant que le Salon d'Automne s'offrait à l'empressement de nos snobs, un grand artiste montrait de très-belles œuvres à la galerie Georges Petit. Je veux parler du paysagiste belge Albert Baertsoen. Il fut chassé de son pays par l'invasion, et à Londres le grand peintre Sargent lui offrit l'hospitalité. Baertsoen en a profité pour exécuter les plus admirables études de la Tamise qu'on ait peintes depuis Claude Monet. C'est un maître ému, grave, puissant, qui ne s'embarrasse pas de théories, que le désarroi des recherches ultramodernes ne trouble pas, mais qui peint et ressent avec une superbe faculté de traduire et d'émouvoir. Il est avec Emile Claus le plus remarquable peintre de sa patrie, et un des plus forts de l'époque. Enfin, on a vu pour quelques jours dans un magasin le célèbre *Atelier* de Courbet, toile énorme où l'artiste a accumulé ses meilleures qualités et ses plus grands défauts. Cette composition, que le Louvre tâchera d'acquérir, est une de ces allégories pesantes auxquelles tendait l'esprit prétentieux et banal de l'homme. Courbet était un rural

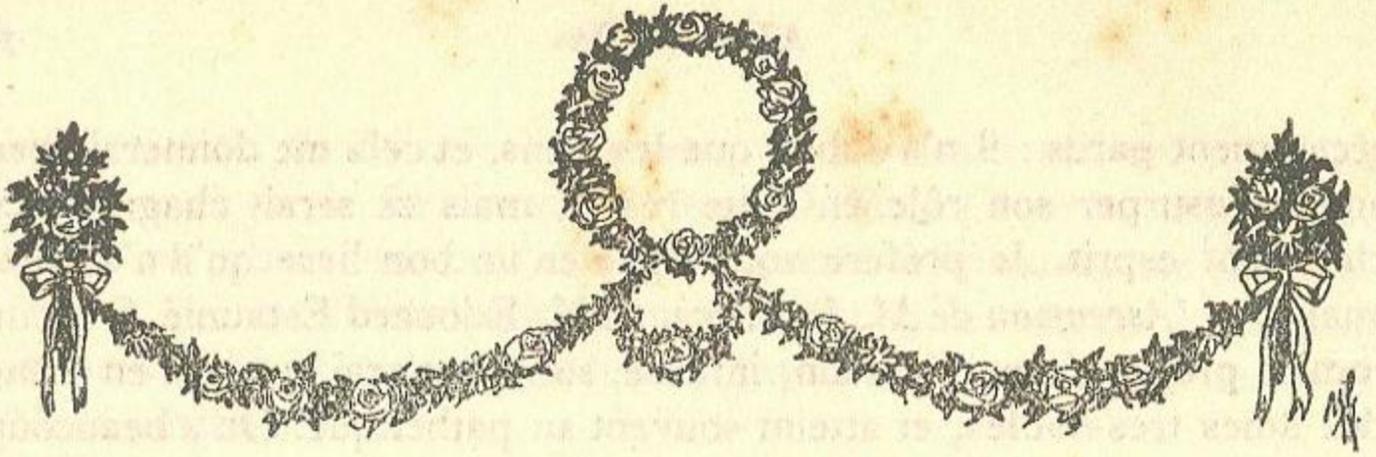
vaniteux, féru de théories socialistes qu'il mêlait à son art et qui lui valurent une triste fin d'existence en exil. Mais c'était un magnifique peintre de morceaux, et l'*Atelier* en réunit les preuves magistrales. Il n'y a, ni au Salon d'Automne, ni probablement nulle part, un homme capable de peindre la femme nue qui rayonne au centre de ce tableau singulier

Il me restera peu de place pour parler de la littérature et du théâtre. Celui-ci se réduit à peu de chose. On a donné à la Comédie-Française un acte de M. Maeterlinck, *Intérieur*, qui fut joué à l'Œuvre il y a vingt ans. C'est donc une vieille nouveauté dont l'intérêt consiste avant tout dans le fait que la solennelle Comédie adopte tardivement un auteur qui passa jadis pour inacceptable : d'ailleurs, elle a présenté la pièce de manière à la dépouiller de toute son véritable sens. *Intérieur* est, comme toutes les pièces de M. Maeterlinck datant de cette époque, à la fois un sermon de morale mystique caressante et vague, et un tableau de terreur obscure. A l'Œuvre, on le jouait en psalmodie symbolique. A la Comédie, on en fait une pièce du Grand-Guignol, sans doute parce que le dramaturge appelait jadis modestement ses drames «pièces pour marionnettes». L'ouvrage a été écouté avec la déférence qui se doit à un écrivain illustre. Mais il a vieilli, comme la morale de M. Maeterlinck, qu'on n'écoute plus guère depuis que M. Bergson a mis à la mode une autre sorte de morale de l'Inconscient. Il est remarquable que le nom de M. Maeterlinck est à peu près totalement absent des jeunes revues depuis plus de dix ans. On dirait qu'il n'existe pas pour elles, pas plus que Puvis ou Delacroix pour les jeunes peintres : et cela est symptomatique, qu'on s'en réjouisse ou qu'on le déplore. J'ajouterai, pour en finir avec le théâtre, que M. Sacha Guitry a opéré avec son célèbre père une réconciliation sensationnelle, et lui a donné la forme d'une pièce, *Mon père avait raison*. L'un et l'autre l'ont jouée ensemble et se sont embrassés à la fin devant le public parisien, idolâtre de ces deux génies. Mais ceci n'a avec l'art dramatique que des rapports très-indirects. Il est évident que M. Lucien Guitry a eu raison de mettre au monde M. Sacha Guitry puisque cela fait plaisir à tous deux et au public : et c'est la meilleure morale à tirer de cette pièce, que sera sans doute suivie de cinq ou six autres lorsque vous lirez cette chronique, car M. Sacha Guitry fait autant de pièces en un mois que M. François de Curel en vingt ans. Il est juste d'ajouter qu'il s'agit de pièces fort différentes.

M. Francis de Miomandre vous a parlé de divers romans excellents,

récemment parus : il n'a oublié que les siens, et cela me donnerait bien envie d'usurper son rôle en cette revue, mais ce serait chagriner ce charmant esprit. Je préfère vous signaler un bon livre qu'il n'a point analysé, *L'Ascension de M. Baslèvre*, de M. Edouard Estaunié. C'est un roman profondément humain, intense, simple et vrai, qui met en scène des âmes très-nobles, et atteint souvent au pathétique. On a beaucoup méprisé le « roman vertueux » et on bien fait, car c'est trop souvent le prétexte de la faveur et de la niaiserie. Mais un écrivain de talent peut faire un chef-d'œuvre en racontant la vie d'honnêtes gens, il peut les montrer aussi intéressants et originaux que les personnages excentriques ou vicieux : il ne faut pas l'oublier, et il est beau et bon de composer de tels livres, qui invitent à s'élever soi-même vers la bonté, le désintéressement et la pureté intérieure. M. Estaunié est un très-bel écrivain, qui sait sonder les âmes et les peindre avec fermeté et délicatesse. Si son livre vous parvient, je crois que vous en serez émus comme je l'ai été moi-même.

CAMILLE MAUCLAIR.



MORTA

*Sopra em rumor o vento, e a minha amada
Tranquila dorme em seu nevado leito:
Adormeceu-lhe o coração no peito
E dorme, dorme, que nem sente nada.*

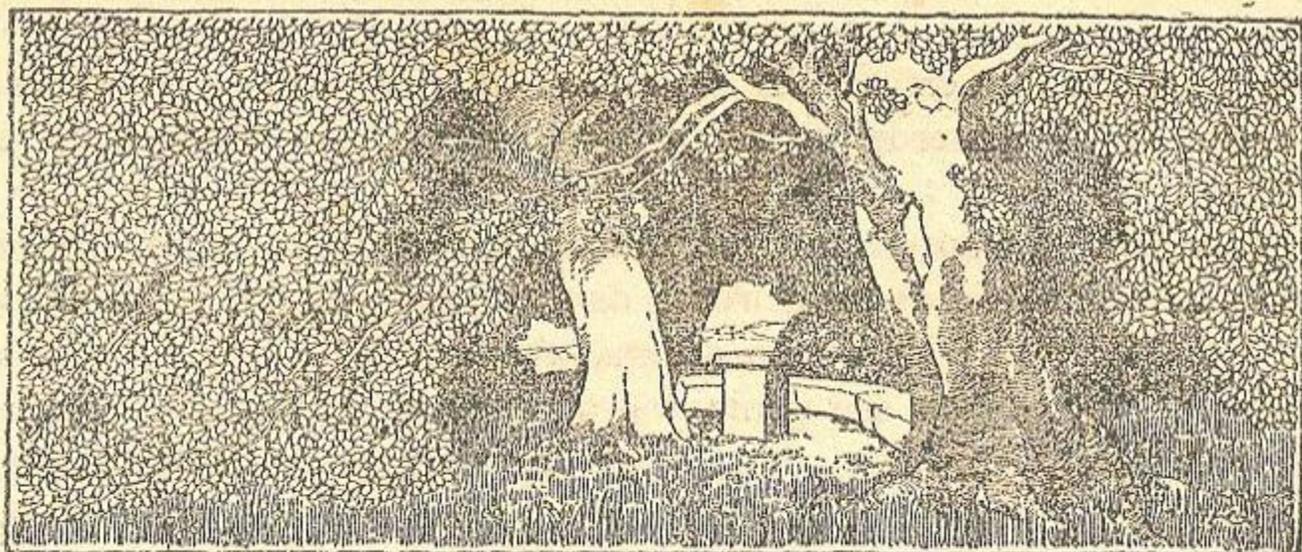
*Dos ciprestes, em volta, na ramada,
De luto os melros, que á tardinha espreito,
Choram por ela com tal arte e efeito
Que a Vesper surge linda e aponta a estrada*

*Lá por onde (oh! santissima alegria!)
Alteia o vôo, entre anjos e diamantes,
A eterna luz que em seu olhar ardia!*

*Suspiram largo as aguas soluçantes
E eu nas fôlhas que o norte rodopia
Segredos meus lhe conto como dantes!*

SEQUEIRA, MANIQUE
E O PINTOR BRASILEIRO

✻ MANOEL DIAS ✻



SEQUEIRA, MANIQUE

E O PINTOR BRASILEIRO

MANOEL DIAS

Na obra de Sequeira, ainda quasi por estudar (1), a tela: a «Alegoria á fundação da Casa Pia» é, sem duvida, a menos esquecida. Pagina essencialmente historica, a personagem nela consagrada é das que não são nem poderão ser nunca indiferentes. D'ahi, o interesse que essa pintura merece, mesmo aos que não procuram entender e amar a arte ou aos que, julgando amal-a, a não podem comprehender.

Vivendo em um periodo dos mais intensos e agitados, essa figura é das que mais se destacaram e dominaram, e tanto e tão vincadamente que, ao olhal-a e evocal-a, os homens d'hoje imaginam por vezes reviverem e recordarem-se... E Pina Manique e a sua época não são entretanto de hontem. Sobre uma e outro, passou já todo um longo, contraditorio e movimentado seculo. Mas as paixões que

(1) O estudo do Marquez de Souza Holstein, apesar de infelizmente incompleto, é um trabalho valioso e o unico com verdadeira importancia publicado até hoje sobre Sequeira. Mas essa monografia tem um interesse quasi exclusivamente biografico.

certos homens despertam não envelhecem nunca. Antes, por vezes, parecem, como o heroe da fabula, ganharem nova intensidade e vigor.

Duvidam? Leiam os artigos ultimamente publicados (1) sobre esse quadro e serão os primeiros a dar-me razão. O que se procura neles? Indagar da technica do artista, averiguando o que essa obra revela na evolução do seu génio e processo? Ou, já em um campo menos especial, interrogar os retratos que enriquecem essa composição e, com o character que lhes deu o pintor e o que se sabe da vida dos retratados, ir mais longe na psicologia dessas mascaras que, depois de estudadas e fixadas pelo artista, parecem, por sua vez, procurar nos que as olham os pensamentos que elas mesmo porventura despertem? Nada disso. O que se tentou foi, dum lado, cimentar melhor com essa obra o monumento á memoria de Manique, de que essa tela é, sem duvida, uma das mais altas afirmações. E, do outro, diminuir ou destruir o que essa composição pode porventura representar como elemento de valôr para essa consagração.

E ambos os contendores tinham entretanto força e competencia para mais, podendo visionar muito mais amplos e largos horisontes. Mas Pina Manique ainda é sobretudo para eles, como de resto para todos nós, um espectro, e os espectros não se veem nem estudam com calma. Ou olham-se com pasmo e admiração, ou consideram-se com odio e furôr.

O Dr. Aurelio da Costa Ferreira viu o Intendente com o justo e natural enternecimento de quem, a dentro da instituição que ele creou, procura continuar a obra que é, sem duvida, o maior titulo de gloria de Manique. O Dr. Martins de Carvalho, esse visionou-o com o rancôr quasi santo de quem, ao evocal-o, revive talvez um pungentissimo drama de familia.

Nós vel-o-hemos mais serenamente, por que o veremos com a calma e imparcialidade de quem, não habitando entre as paredes que a memoria da sua caridade ha-de sempre iluminar, não tem tambem a bailar-lhe dolorosamente nos olhos, com a memoria de alguém que lhe é querida por que é do seu mesmo sangue, a visão da scena horrivel em que o despotico Intendente, no seu pavôr do liberalismo, não representou por certo o mais humano e grato dos papeis.

(1) No jornal «A Republica», numero de 12 de Março de 1912 e em outros posteriores.

Fazendo a apologia de Manique, invocou o Dr. Aurelio da Costa Ferreira a tela de Sequeira como argumento maximo a favôr da hypothese de ter sido este artista aluno da Casa Pia de Lisboa, tendo sido ainda, em seu entender, nessa qualidade e por indicação do Intendente, que Sequeira fôra enviado a Roma, para o collegio de Belas Artes, ali fundado por iniciativa d'aquelle.

O Dr. Joaquim Martins de Carvalho, por seu turno, publicou varios documentos provando que Sequeira não devia esse pensionato a Pina Manique, devendo-o unicamente a João Antonio da Silva, que interviera nesse sentido junto da Rainha, de quem era, ao tempo, guarda-joias. E deste facto, do character de Sequeira e da identificação do retrato que emparceira, naquela tela, com o auto-retrato do artista, quiz tirar ainda o Dr. Martins de Carvalho a prova de que Sequeira não fôra aluno da Casa Pia e de que, em Roma, não frequentára o Collegio de Manique, vivendo mesmo ali afastado dos pensionistas do Intendente. Em conclusão, para o Dr. Martins de Carvalho este artista nada devera ao fundador da Casa Pia.

Sem querer, como já disse, entrar no ponto essencial da contenda, graças á qual, pelos documentos do Dr. Martins de Carvalho, ficou já posta a claro a origem da pensão de Sequeira em Roma, venho intervir no assumpto por ter alguma coisa de novo a dizer sobre a identificação do retrato que, no quadro, acompanha, em segundo plano, o do autor da tela. O acaso poz-me entre mãos um documento que resolve definitivamente esse pormenor e que, resolvendo-o, torna inaceitaveis, pelo menos em parte, as conclusões a que quiz chegar o Dr. Martins de Carvalho, quando mostra Sequeira irreductivel com os pensionistas de Pina Manique e não admite, nem a hypothese dele ter estudado no Collegio do Intendente, nem a de lhe dever favôr algum.

A tradição de ser o retrato de Vieira Portuense a cabeça que, na «Alegoria da instituição da Casa Pia, de Lisboa», se segue á do autor dessa pintura, é muito antiga e decerto mesmo anterior á estada do Conde de Raczynski em Portugal. As informações que este escritor nos dá, no seu dicionário, sobre estes dois pintores e que lhe foram fornecidas pelo Duque de Palmela, harmonisam-se com esta hypothese, e não são de surprehender pensando-se que tendo um e outro artista frequentado, em Roma, a casa de D. Alexandre de Sousa Holstein, as reminiscencias do Duque, nesse tempo ainda

creança, facilmente aproximaram os dois, destacando-os, pela sua superioridade, dos demais pintores portuguezes então a estudar naquella cidade.

De resto, anterior ou não a Raczynski, o que não ha duvida é que essa tradição era já corrente cerca de 1865, pois, em um exemplar das «Memorias relativas ás vidas dos pintores», de Wolkmar Machado, que possuo e que foi anotado nessa época por um dos seus possuidores, o anotador, ao mencionar o quadro, indica os dois retratos como representando, respectivamente, Sequeira e Vieira Portuense. Nessa ocasião a tela, segundo a mesma nota, estava ainda em casa dos herdeiros de Pina Manique (1), a quem foi comprada por D. Fernando antes de 1873, ano em que o rei-consorte a ofereceu á extinta Academia Real de Belas Artes. O respectivo registo do Museu a meu cargo confirma esta procedencia, acrescentando que a tela fôra enviada, em presente, de Roma, por Sequeira a Pina Manique.

Tendo, ha anos, reunido elementos para uma monografia sobre Vieira Portuense, tenho ha muito uma ideia formada sobre este artista e, pelo que sabia dele e pelo que conhecia de Sequeira, repugnou-me sempre a hypothese da camaradagem dos dois. (2) Nesta ordem de ideias, as minhas duvidas acentuaram-se quando, mais tarde, aproximei o retrato de Vieira por Violet do retrato do quadro de Sequeira, completando ainda depois este exame com o confronto do que posteriormente descobri e fiz adquirir para o Museu, e que é da propria mão do artista. Vieira, talvez sob a influencia de uma obra consagrada de madame Vigée-Lebrun, aproveitou para se retratar o ensejo que para isso lhe oferecia a fátura do seu quadro «A pintura», que é afinal, na sua apparencia symbolica, um verdadeiro retrato de familia, pois a personagem que lhe serviu de modelo para a que fi-

(1) Nessa nota diz-se mais: «A' tambem na referida Casa um retrato do Príncipe D. Antonio e da Princesa D. M.^a Thereza, por Sequeira pintados».

(2) E' provável que Francisco Vieira só tivesse conhecido Sequeira, pelo menos com mais intimidade, em Roma, quando para ali foi a expensas da Companhia dos Vinhos do Alto Douro; pois, contrariamente ao que diz o Marquês de Sousa Holstein, o artista portuense não foi, com aquele, discípulo de Joaquim Manuel da Rocha. Vieira devia ter chegado já a Lisboa após a morte dêste último pintor, falecido a 28 de Dezembro de 1786, visto ter vindo para a capital expressamente para completar os seus estudos, e a sua matrícula na Aula Pública de Desenho, como discípulo extraordinário, ser de 15 de Fevereiro de 1787. O seu professor foi Joaquim Carneiro da Silva e, nessa ocasião, já Sequeira tinha deixado a escola, de que saíra nos fins de 1786.

gurou na tela a delinhar a sua éfíge deve ser, traço por traço, a sobrinha de Bartolozzi, isto é a sua propria mulher.

Ora, a dissemelhança deste auto-retrato e do de Violet, ambos identicos, com o pseudo Vieira da tela de Sequeira, é manifesta; mas sendo todos trez de *facies* acentuadamente alongado e emaciado e tendo sido realizados em épocas diferentes e por artistas diversos, a duvida ainda era possivel para os que quizessem continuar afincados á tradição, teimando, apesar de tudo, em ver na cabeça que acompanha a de Sequeira, na sua alegoria da Casa Pia, a do seu futuro colega nas obras do palacio da Ajuda. Limitei-me por isso a registrar o meu modo de ver no respectivo inventario do museu.

Tendo, porém, obtido a entrada nas Janelas Verdes dos desenhos com valôr artistico existentes na Bibliotéca Nacional (1) e, entre eles, o album Cyfka, pude examinar ali minuciosamente essa coleção que ja tinha, aliás, visto em tempos, mas em menos boas condições, naquela Bibliotéca. Ora desse exame e da aproximação desses desenhos com as pinturas existentes no Museu, cheguei, além de outros resultados interessantes, á conclusão de que a cabeça da tela da Casa Pia não era a imagem de Vieira Portuense mas, sem a menor sombra de duvida, a mesma reproduzida em um dos desenhos daquelle album, desenho que serviu certamente para a fatura da tela e a que Sequeira poz, do proprio punho, a seguinte preciosa e iniludivel rubrica: «O Pintor de História Manoel Dias, Brasileiro.»

Acaba assim mais uma legenda, e, com ela, Sequeira, se perde talvez por um lado, ganha certamente pelo outro. Irmanado com o humilde indio, cuja mascara tipica de tapuya, com os seus cabellos corredios, malares proeminentes e olhos de viez, parece agora sorrirme ironicamente quando a fito, como a acusar-me de se lhe não ter ha mais tempo descoberto a sua origem gentilica, Sequeira fica, é certo, apeado do pedestal a que romanticamente o quizera guindar o Dr. Martins de Carvalho, imaginando-o emparceirado com Vieira, o mais aristocratico e requintado dos seus companheiros e, com ele, vivendo afastado da gentalha do Intendente. Mas o Sequeira que nos fica é sem duvida mais humano e inegavelmente mais logico com o gaiato Domingos, o Domingos do Espirito Santo, *tourt court* (2),

(1) A transferência, feita a meu pedido, deve-se sôbretudo à excelente orientação do dr. Júlio Dantas, inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.

(2) No termo de matrícula da Aula Pública de Desenho, Sequeira assina simplesmente Domingos António do Espirito Santo. Mais tarde, em 1811, como se

como ele então assinava, e que nós todos evocamos quando queremos reconstituir a sua juventude passada, primeiramente em Belem, entre homens do mar como o pae, e, depois entre esse bairro e a escola, para onde foi aos treze anos e onde se afirmou, durante os cinco que a cursou, como o seu mais aplicado e distinto aluno.

E o mistério que envolvia a remessa da t ela tambem parece esclarecer-se (1). Sem a dedicatoria que subscreve a gravura que, em 1798, Manoel Dias de Oliveira inventou e abriu em Roma para Pina Manique, a quem  e respeitosa-mente dedicada e oferecida pelo aut or, como *hum seu alumno da R egia Academia de Portugal em Roma* (2), aquela t ela não podia entretanto deixar de ser a paga de serviços prestados por Manique a Sequeira ou então representar, pelo menos, uma encomenda com adiantamento de dinheiro fornecido pelo Intendente a este artista. De contrario, como compreender que Sequeira, o mes-

verifica no mesmo registo, o próprio Sequeira (?) corrigiu essa inscri o, acrescentando, a tinta encarnada, na parte em que o seu nome   citado, o seguinte: «de Sequeira — agora (em 1811) pintor de S. A. Real o Principe Regente D. João». E riscou ainda na mesma ocasião e com a mesma tinta, na sua assinatura a êsse termo, o apelido: «do Espirito S.^o», escrevendo por cima: «de Sequeira».

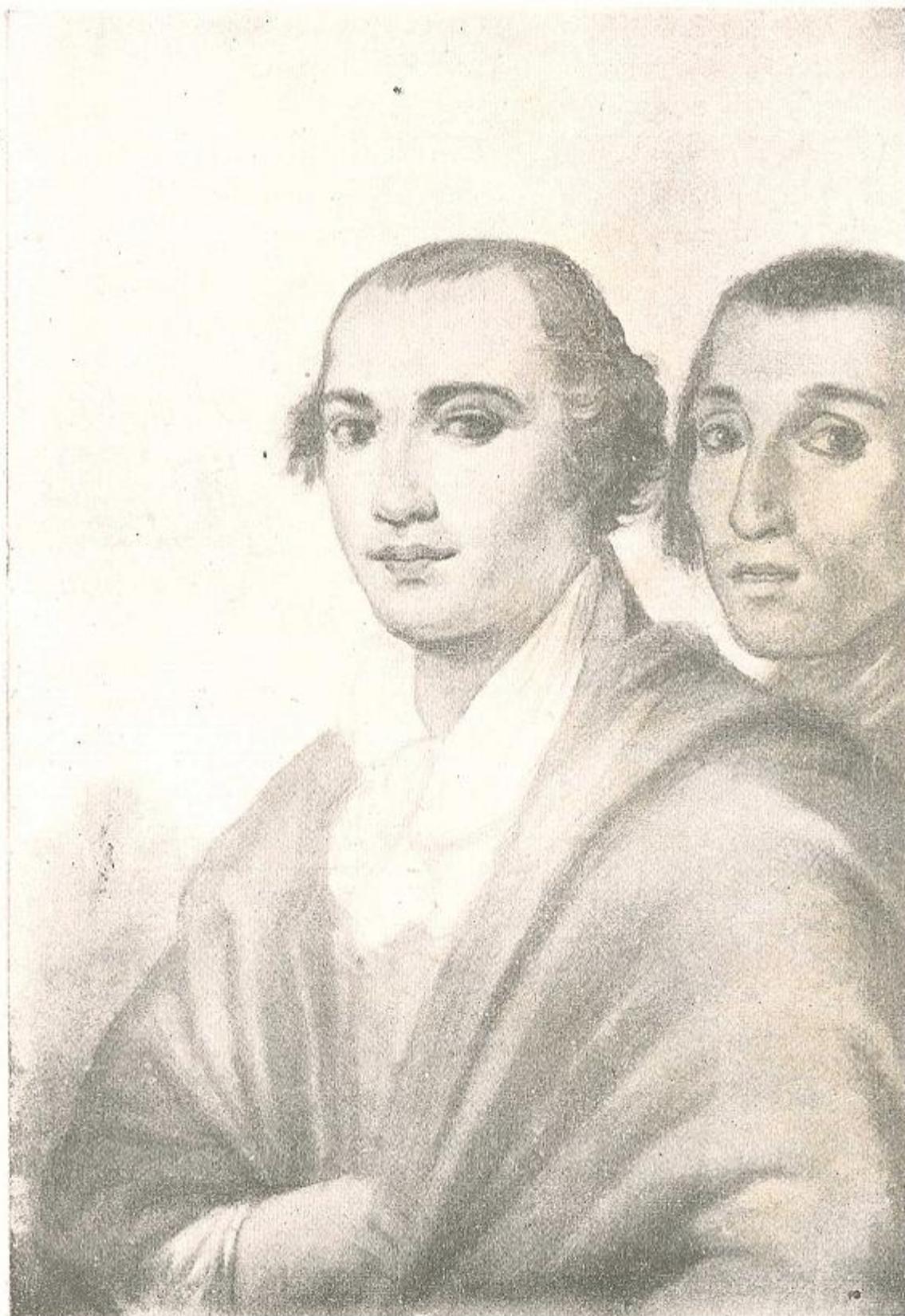
Nesse registo, diz-se que Sequeira tinha *catorze anos*, o que não era exacto, pois são os completava cêrca de três meses depois.

(1) Além desta tela, Sequeira ainda pintou outra glorificando Manique, como se verifica no catalogo das pinturas da Casa Palmela, onde ela vem descrita com o número 24, da seguinte forma: «Um architecto mostrando ao intendente Manique certa planta de um edificio de Lisboa. Original de D. A. de Sequeira».

Quanto ao retrato de Pina Manique que Queirós gravou em Londres, em 1797, e que   feito, como diz a respectiva rúbrica, por uma pintura de Sequeira, apesar da diferença que apresenta na f rma do cruz de Christo em rela o   que se vê na Alegoria da Casa Pia, parece-nos comtudo que o retrato que Queiroz copiou não foi outro senão o desta tela. A identidade da gravura com a cabeça e busto do Manique da «Alegoria»   absoluta.

Esta gravura   ainda uma homenagem significativa de um artista ao Intendente, e tanto mais significativa quanto Queiróz declara, na rubrica respectiva, ser ella «A primeira couza que gravou sendo escolar de Bartolozzi».

(2) A rubrica da gravura, enriquecida com o braço dos Maniques,   na sua integra a seguinte: «M. D. inv. e F. — Fatto Milagrozo de Santa Isabel Rainha de Portugal — Dedicado e oferecido ao Ill.^{mo} Sr. Diogo Ignacio de Pina Manique Fidalgo da casa de Sua Magestade, do seu Conselho Commendador da commenda de Nossa Senhora da Orada da Ordem de Christo. Sr. Donatario e do Sollar da Villa de Manique do Intendente, Desembargador do Paço Intendente Geral da Policia da Corte e Reino. — Aberto do coadro Original de hum seu alumno da Regia Academia de Portugal em Roma. — Manoel Dias de Oliveira Brazilienc  inventou e abriu em Roma no Anno de 1798».



DOMINGOS A. DE SEQUEIRA

Retrato do artista e do pintor brasileiro Manuel Dias
(pormenor da tela: Alegoria à instituição da Casa Pia, de Lisboa)



DOMINGOS A. DE SEQUEIRA

Retrato (desenho) do pintor brasileiro Manuel Dias

ATLANTIDA



F. BARTOLOZZI

Retrato (gravura) de Vieira Portuense, segundo o original de Violet

ATLANTIDA



FRANCISCO VIEIRA PORTUENSE

A PINTURA

(No Museu Nacional de Arte Antiga)

ATLANTIDA

mo Sequeira que, segundo as cartas publicadas pelo Dr. Martins de Carvalho, não fazia remessa de obras de arte á Rainha, a quem as devia entretanto como seu pensionado que era, sem se cobrar das despesas que essas remessas lhe traziam, fazendo ainda por esse motivo, e com grande indignação do guarda-joias, pedidos de dinheiro ao nosso consul em Genova, fosse gastar os longos dias que representa a fatura de um tão importante trabalho como o quadro em questão, dispendendo dinheiro com téla, modelos e tintas, tratando-se de uma pessoa a quem nada devia e unicamente na ideia da obtenção problematica de futuros favores? Esta hypothese nem é plausivel, nem dignificaria muito o character de Sequeira, por vezes demasiado impulsivo e violento, mas sempre nobre como o provou amplamente na sua longa, agitada e dramatica vida.

E em qualquer dos casos a conclusão é favoravel a Manique; porque se a téla não representa a paga de anteriores favores a Sequeira e foi então, como não pode deixar de ser, encomendada, a escolha de Sequeira para a fatura do quadro prova que Manique sabia distinguir confiando a realisação da alegoria precisamente ao mais talentoso de todos os que estavam a estudar nessa época pintura em Roma.

E a escolha é tanto mais para louvar tratando-se, como o provou o Dr. Martins de Carvalho, de um artista que não era pensionista do Intendente e mais honrará ela ainda a memoria deste se aceitarmos a hypothese, não demonstrada mas não impossivel, de não ter sido Sequeira aluno sequer da Casa Pia.

E agora, para concluir, algumas breves linhas sobre o pintor brasileiro Manoel Dias. Dos velhos historiadores da arte portugêza, que eu saiba, só Taborda se lhe referiu nas suas «Regras da Arte da Pintura», em uma nota ao artigo que consagra a Vieira Lusitano, incluindo-o entre os «moços» mandados para Roma por Pina Manique. Cyrillo e Raczynski nada dizem a seu respeito. E posteriormente apenas Sousa Viterbo, no seu tomo I da «Noticia de alguns pintores», ajunta áquella informação a de ser Manoel Dias autôr de uma gravura, a mesma a que já atraz nos referimos.

Pela nossa parte, além de uma pintura existente no paiz, representando uma Virgem lacrimosa no estilo de Guido Reni, em cujo reverso se vê a indicação a tinta, do seu proprio punho: «Manoel Dias deol.^a. Copio em Roma anno de 1796 Brazeliênçe», sabiamos unicamente que fôra autôr de uma «Imaculada Conceição», registada a paginas 91, N.º 70, da «Noticia do Palacio Imperial de Bellas Artes do Rio de Janeiro», de 1862. A isto ha porem ainda a acrescentar

o que, em resposta a um pedido meu, me foi comunicado, do Brazil, por pessoa competente (1). Segundo essa autorisada informação, Manoel Dias, cognominado o Romano, foi enviado á Europa por um negociante portuguez. Desembarcando no Porto e tendo falecido aquele seu protétor, Manoel Dias teve, para se sustentar, de trabalhar ali como creado. Caindo no agrado do patrão, e reconhecendo-lhe este vocação para a pintura, trouxe-o para Lisboa, e aqui frequentou, primeiramente a Casa Pia e depois, por iniciativa de Pina Manique, a Academia do Castelo. De Lisboa seguiu como pensionista para Roma onde esteve cerca de dez anos e parece ter tido ali a protecção de Pompeu Battoni, regressando, depois, d'essa cidade directamente ao Rio de Janeiro. Nomeado então professor régio de pintura (2) abriu aula da sua arte naquela capital, em uma casa em frente á igreja do Hospicio. Já de avançada idade, retirou-se para Campos, onde faleceu em 1831.

Entre outras, é autôr da tela: a «Senhora de Santana», na Casa da Moeda, e da «Senhora da Conceição», pintada em 1813, e que é a mesma a que acima nos referimos quando citamos a «Noticia do Palacio Imperial». Foi a ele que coube o encargo da maior parte das decorações feitas para a receção de D. João VI, tendo, segundo o mesmo nosso informador, brilhado sobretudo como pintor de frutos e natureza morta.

O que conhecemos dos trabalhos de Manoel Dias, e que é tudo do tempo da aprendizagem em Roma, revelam-no como um artista muito mediocre. A gravura dedicada a Manique, de que o Museu, graças á generosidade do Dr. João de Deus Ramos, possui um excelente exemplar, é muito inferior e, apesar da época em que foi realisada, feita ainda no processo seco e reticulado da escola nefasta de Morghen. Má como composição, o seu desenho é, além de duro, insufficiente. Mas nem por isso deixa de ser uma pagina preciosa, pois a sua qualidade inferior diz-nos, melhor do que qualquer outro documento, como a amizade de Sequeira por Manoel Dias era grande, e tão grande que, não se limitando só a retratal-o na sua Alegoria á Casa Pia nas

(1) Esta informação, embora mais completa, é analogo á que dá o *Diccionario Popular*, de Pinheiro Chagas.

(2) Esta nomeação, pelo texto da informação que me foi enviada, parece ser muito anterior a 1816, ano em que, por iniciativa do Conde da Barca e com o concurso de artistas francêses, como Debret, os irmãos Taunay, etc., foi instituido o ensino official e regular das Bellas Artes, no Brasil.

condições especialíssimas em que o fez, o quiz honrar ainda com a rubrica nobilíssima, mas imerecida, com que identificou a sua imagem desenhada.

De onde vem a amizade de Sequeira por Manoel Dias e a sua camaradagem com esse *carneiro* do Intendente, como temos de o epitetar querendo classificar-o na linguagem pitoresca e escolar de que se serviu, nos seus artigos, o Dr. Martins de Carvalho? De afinidades artisticas? E' evidente que não. Nenhuma podia, ter nesse ponto, com Sequeira, o inventor e abridor dessa pessima pagina de arte que é a estampa «O milagre das rosas». Sequeira teria realmente frequentado a Casa Pia e ligado, desde então, intimamente a Manoel Dias, a amizade dos dois teria esse cimento da vida em comum na mocidade que nenhuns outros laços podem substituir? Ou conhecendo-se só mais tarde em Roma, Manoel Dias, certamente um saudoso e affectivo como todos os da sua raça, teria sabido ser para Sequeira o confidente carinhoso que tão necessario era certamente a este artista na crise amorosa em que Sequeira viveu os ultimos anos da sua pensão? Ambas as hypotheses são possiveis; mas talvez a ultima seja realmente a mais provavel e, sem duvida, a unica, até certo ponto, simultaneamente compativel com as opiniões, tão diferentes, dos Drs. Costa Ferreira e Martins de Carvalho.

Novembro de 1919.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.



DINIZ E IZABEL

O novo livro de António Patrício *Diniz e Izabel* — «conto de vitral em cinco actos», como lhe chama o auctor — está a sair. É dêsse conto, ou poema admirável, fremente de emoção constida, sóbrio de linhas, mas intenso de expressão, trágico no mais profundo sentido do termo, que a *Atlântida* hoje publica o primeiro quadro, agradecendo ao seu eminente colaborador e ao editor Aillaud a amabilidade de poder transcrevê-lo.

QUADRO PRIMEIRO

Dia de Páscoa. Pátio interior da gafaria, ao romper de alva. É uma fossa nua, pedregosa. Contra o muro do fundo, uma escada que dá acesso ao pátio. De uma fenda do muro, rasando quasi o chão da gafaria, sai uma figueira tôda verde. Sobre o muro, dois guardas. Somem-se de quando em quando, logo voltam. Veem entrando leprosos: estão inquietos. Sente-se agitação em cada gesto. O céu é de assunção: azul purissimo.

PRIMEIRO LEPROSO, tocando as folhas
de figueira

Olha a figueira. Como está tão tenra!... E não tem nojo — vê — posso beijá-la. Dá-se a um gafo como a um são: é boa, boa. Há poucos dias tôda encarquilhada; e agora apetece mordê-la de tão fresca...

SEGUNDO LEPROSO

Cheira a mulher à tua fome... hein?



PRIMEIRO LEPROSO, *aspirando-a*

Cheira... É moça e forte. E a minha noiva. Nenhum de vós lhe toque... Durmo debaixo dela e que alguém venha... A voz das fôlhas diz-mo: acordo logo. É minha só: carne da minha carne...

Roça a cabeça, os braços na folhagem

SEGUNDO LEPROSO

Quere-te fugir, coitada, mas não pode. Está mais presa que nós na gafaria...

PRIMEIRO LEPROSO

Queria estreitar-me contra o tronco, queria... Tem os braços nodosos mas macios... E tem pena de mim como de um filho. Ontem choveu de tarde: choveu muito. Eu fiquei debaixo a consolar-me. Era um cair de lágrimas em mim, como se minha mãe chorasse ao ver-me. Se pudesse, sarava-me, que eu sei.

Os outros riem, um deita-lhe terra

UM LEPROSO *atirando-lhe com lama*

Jóias... Toma jóias para a noiva...

OUTRO LEPROSO

É noiva ou é manceba? Vais ter filhos. Podes contá-los. Vais ter mais de cem...

UM LEPROSO VELHO

É um par feliz, mesmo sem ir à igreja... Não tem de mercar berços. Não precisa...

SEGUNDO LEPROSO, *tocando a pústula da boca*

Eu tos baptizo todos nesta pia...

ATLANTIDA

PRIMEIRO LEPROSO, *voltado para a figueira, sem os ver*

Dizei pr'aí, dizei... Ela não ouve. Só me ouve a mim: não
quere saber de vós. A cada dia baixa mais os ramos p'ra buscar o
meu corpo, p'ra tocá-lo. Tem pena, eu sei: quere-me por dó. P'rás
moças não sou gente, mas p'ra ela sou como um tronco velho que se
mirra... E eu pago-lhe em amor, às noites beijo-a. Sinto frescura
em mim. Dá-me familia. E conversamos muito, conversamos...

O LEPROSO VELHO, *rindo*

De que lhe falas? Hé!... Conta-te contos?...

PRIMEIRO LEPROSO, *num tom vago*

Tem muita pena de não ter um ninho. Queria erguê-lo nos bra-
ços às estrêlas...

O LEPROSO VELHO

Hé! hé! Fala com ela, que tem mais paciência.

*Deixam-no só. Estira-se no chão: queda a
olhá-la. Alguns, como animais num fojo, rastejam
sem falar. Outros, em grupos, gesticulam brusco,
como se o ar pascal os embebedasse.*

O ARRAIS LEPROSO. *É enorme. Tem uma gorra de lã,
a barba branca*

Se eu pudesse fugir p'ra ver o mar...

O LAVRADOR LEPROSO. *Trinta anos. Cabeça saúdosa, mal tocado*

Eu era p'ra ver campos; p'ra ver terras... Por aqui nem pas-
sam andorinhas. Parece que teem mêdo, também elas...

O ARRAIS LEPROSO

Tu nunca viste o mar?

O LAVRADOR LEPROSO

Não, nunca vi.

O ARRAIS LEPROSO

Não te alembavam campos se o visses. Nada há mais lindo que deitar as rêdes. É a lavoura melhor que Deus nos deu.

O LAVRADOR LEPROSO

Eu queria ver a terra que amanhã...

O ARRAIS LEPROSO

A agua do mar baloiça e reza: alenta. É um céu melhor, um céu que beija e canta. E nadar!... E mais do que voar. Tens braços-asas, quando uma vaga te levanta todo. O céu que vê o mar é o mais feliz. O outro, nas lagoas e nos rios, não se mira tão bem e não o embalam.

O LAVRADOR LEPROSO

Está tudo em flor agora pelos campos.

O ARRAIS LEPROSO

O mar está sempre em flor, mesmo de inverno. Tem a espuma das ondas como cachos, em cachos brancos, a ferver, a rir... Em cada onda — quem te dera vê-las! — há mais flores brancas que num mês de Maio. Tu sabes lá... tu que não viste o mar...

O LAVRADOR LEPROSO, *depois de uma pausa*

E os teus? Nunca falas dos teus. Não tens família?

O ARRAIS LEPROSO

Estou aqui há dez annos. Nem já sei. Só me alembra do mar; o mar é tudo. Tenho lá pai e irmãos. Isso sei eu. Se me deitassem ao mar quando eu morresse... Bastava-me isso só p'ra ser feliz. (*Num tom misterioso: em voz mais baixa*) Havemos de falar. Se pudermos fugir... Talvez te leve a vê-lo... (*Com uma expressão alucinada*)

Que às vezes, quando o mal me atica mais, eu cuido que foi tudo um sonho mau, e que não há, não houve nunca, mar... Se eu visse alguém, alguém que não mentisse, bem queria perguntar-lhe. Mas a quem?

O LAVRADOR LEPROSO

Quem me dera saber da minha leira... e dos meus filhos... da mulher... Quem dera!... Um gafo é um morto-vivo que faz medo.

O ARRAIS LEPROSO

A mim que se me dá!... O mar é tudo. Diz-me o coração que ainda hei-de vê-lo. Tenho pisado cá dentro a minha esperança, como o vinho no lagar os lagareiros. De tanto o querer azul, só vejo azul.

O LAVRADOR LEPROSO

Eu, é a primeira primavera que aqui passo. E o que mais me dói, é que decerto os meus campos se gafaram, teem o mal também: estão como eu. A última vez que semeiei, já estava assim...

O ARRAIS LEPROSO

A carne azul do mar é luz e sangue. Posso afundar-me nela qual me vês: e fica sempre pura, sempre azul. Depois de um naufragio, os arrolados teem mais azul que mesmo Deus no céu.

O LAVRADOR LEPROSO

Eu vejo os milharais que eu amanhava tão desgraçados quasi como eu. As espigas de pão ressumam pus, o olival em crostas... Como eu...

O ARRAIS LEPROSO, *misteriosamente*

Verás, verás, se nós fugirmos... Logo que eu abicar na areia ruiva, o mar vai rir mais alto de contente... Eu fallava às gaivotas, conhecia-as. Como em tórno às tórres das igrejas voam agora em Maio, as andorinhas, assim elas na praia à minha roda... As asas não teem medo, não se importam. Tanto tocam um gafo como as nuvens. Hás-de ver-me embrulhado em asas brancas.

O LAVRADOR LEPROSO, *como olhando dentro dele*

Até os limoeiros do meu eido, até os limoeiros se chagaram...

O ARRAIS LEPROSO

Escuta. Aqui há tempos, não podia andar. As juntas tôdas a empedrar-se, e doíam, doíam como lume. E à noite, então, na minha toca, sabes o que eu sonhei? Não adivinhas?... Sonhei que era de pedra. Era um farol...

O LAVRADOR LEPROSO

Eu choro em sonho de me ver assim. Sou o semeador maldito. Não me curo. Deitei o mau olhando às sementeiras. Terra onde eu pus as mãos, é terra gafa.

O ARRAIS LEPROSO

O mar lava-te a alma, fica certo.

O LAVRADOR LEPROSO

Era a morte que eu queria, queria a morte. Morrer num ai, como uma gota de orvalho... Ir-me, ir-me assim, sem desgraçar a terra em que me enterrem, e expiar no inferno o malefício.

O ARRAIS LEPROSO

E palavra de arrais a que eu te dou. Um arrais — tu sabes lá! — é um rei do mar. Toda a minha companhia está a esperar-me. Há dez annos, fiel, e eu hei-de vir... A *Voga-Sempre* é a minha lancha: é linda. E leveira, leveira: trepa às vagas e vai mesmo na crista, que é milagre. Assim Nosso Senhor ia no mar... Tu entras p'rá companhia. Não te moas. (*Olhando os outros*) Anda mais p'ro largo. Tu verás...

Afastam-se os dois falando baixo

UM LEPROSO, *num grupo*

Se não fujo depressa, eu ensandeco. (*Olhando os guardas.*) Não atremo ainda, ainda não sei... Mas seja como fôr. Eu estou por tudo.

OUTRO LEPROSO

Antes me matem que viver assim. Este morno do ar queima-me todo. É um bafo de mulher. Hei-de topá-la. Faz-me negaças, anda a rir sem bôca... Que importa que me matem se fôr minha, se lhe correr as mãos pelo cabelo...

OUTRO LEPROSO

Não há mulher que nos queira. Fogem tôdas. Quem pensas que é um gafo para elas? Um espantalho de chagas, nada mais.

O PRIMEIRO LEPROSO

Se assim fôr, deixa-o ser. Deixá-lo ser. Ainda é melhor tê-las assim, com mêdo, dando-se como mortas... meio mortas... Mordê-las como frutos, e gafá-las. São só nossas depois. Ninguém se atreve. Nos seios e na carne, em todo o corpo, os sete selos riais da gafaria... É melhor assim, ainda é melhor...

O SEGUNDO LEPROSO

Eu não espero mais. Há-de ser hoje. (*Olhando os guardas*) Ainda que tenha de torcer-lhes o pescoço... Preciso tê-las... tê-las...

O TERCEIRO LEPROSO, *uma expressão feroz de louco*

Crianças... Eu sonho noite e dia com crianças... O tenro... a carne fresca das crianças... Não há igual... não...

Estaca a olhar o muro, como os outros. Isabel surge entre um pequeno séquito: o bobo, um pagem e três aias. Nos leprosos há pasmo e há terror. Um dos guardas diz: — «E a Rainha!».

ISABEL, aos do séquito

Quedai-vos vós aqui. Eu desço só.

Isabel desce levemente à fossa. Só o bobo a acompanha alguns degraus. Dezanove anos. É uma infanta de vitral. Dir-se-ia impúbere em seu corpo de caule e olhos de flor. Serena como uma chama num ar calmo. Tem um sorrir que sara e persuade, como o aroma de uma rosa branca. Caminha para êles, simplesmente, Vésper feita mulher, sorrindo sempre. São êles que recuam, que teem mêdo, que se encolhem, misérrimos, atónitos.

ISABEL

Fugis de mim... que venho ver-vos. É Páscoa... Páscoa santa... Eu só vos quero. *(A sua voz implora, ingenuíssima. Alguns param olhando-a com espanto)* Vinha trazer-vos—estão ali no muro—carne de víbora e enxôfre para o mal. E vinha tão contente!... Se soubésseis... Queria voltar para vos lavar as feridas. Queria pedir-vos p'ra voltar, mas nem me atrevo. Fugis, fugis de mim... Julgais-me indigna? *(Ao lavrador leproso)* Não me quereis?...

O LAVRADOR LEPROSO

Alguêm que vem assim, só nos faz mêdo. Antes um lôbo connosco, aqui na fossa. Alguêm que vem aos gafos como vós...

ISABEL, com fervor, unindo as mãos

Se vem Jesus, que está connosco sempre. E mais ainda hoje: é Páscoa santa. Um amigo de Jesus foi como vós. Simão... Simão o gafo... Não sabeis? Aos ouvidos de Deus, os sapos cantam. Cantam talvez melhor que os rouxinóis. *(Mais perto dele, com um timbre de voz que é maternal)* Dizei-me. Donde sois?

O LAVRADOR LEPROSO

Era de Celas. Agora nem já sei... Morro p'raqui.

ISABEL

Celas?... Passei por lá. Está toda em flor.

O LAVRADOR LEPROSO. *Na sua máscara trágica passa uma reminiscência de sorriso*

Em flor? Celas em flor...

ISABEL

Está toda em flor. (Silêncio breve. Os seus olhos refulgem de piedade) Vou dar-vos flores de Celas. (Ao bobo) As flores que lá cortámos. Dá-mas todas. (O bobo sobe alguns degraus, desaparece. Volta instantes depois, com uma braçada) Ides ver...

Recebe-as das mãos do bobo, ao pé da escada, e estende-as ao leproso a sorrir toda.

O LAVRADOR LEPROSO

Não, não. Eu não lhes toco... Ia gafá-las...

Isabel, então, súbito grave, esfolha-as num gesto místico, sobre ele; e depois sobre os outros, sobre todos, que nem teem tempo de fugir; quedam inertes.

ISABEL

Que destino melhor para as flores de Deus! É o destino que eu sonho, é o que eu lhe peço. Ser pisada por chagas, bem pisada... Esfolhar-se de amor por sobre gafos... Beatas, flores de Páscoa, sois beatas. É mais... e mais... e todas... todas. Incensam melhor Deus que num altar...

Acabou de esfolhar. Há um pasmo orante.

ISABEL, com uma doçura imensa

Já não fugis de mim?... Sou vossa amiga. Vêde em mim uma

irmã. Vinde falar-me... *(Ao lavrador leproso)* Qual é o vosso nome? Não dizeis...

O LAVRADOR LEPROSO

Manuel... Manuel Gafo...

ISABEL

Manuel... Tendes familia em Celas?

O LAVRADOR LEPROSO

Mulher e filhos, e mãe... Tenho três filhos

ISABEL

E é pequenino algum? Que idade tem?

O LAVRADOR LEPROSO

Era de mama quando eu vim. Ainda gatinha...

ISABEL

Heis-de vê-lo ao meu colo, ali no muro.

O LAVRADOR LEPROSO, *num soluço.*

Oh! Oh!... Sois mãe...

ISABEL

Quero-vos quási tanto como a vossa. *(Olhando em tórno)* E aos outros, a todos. *(Ao arrais leproso)* Quem sois? Sois uma tórre de olhos verdes: uma tórre em que dorme uma sereia...

O ARRAIS LEPROSO *com uma grande ansiedade, a tremer todo*

Dizei-me: há mar ainda? Como dantes?...

ISABEL

Como quando o Senhor passou sôbre êle. (*Fitando-o*) Eu sei: sois pescador... Há mar em vós.

O ARRAIS LEPROSO, *com orgulho*

Arrais! Eu sou arrais da *Voga-Sempre*...

ISABEL, *como encantada*

Ah! Sois arrais, arrais da *Voga-Sempre*... E há quanto tempo aqui? Há quanto tempo?...

O ARRAIS LEPROSO

Dez anos, contei eu. Dez pelo menos. Dez anos sem o ver, sem ouvir mar... Cheguei a crer que êle acabara, que não havia marés, que estava morto. Via-o azul e morto, sem bulir, sem lanchas e sem asas, sem espuma... Era uma coisa azul e triste... morta. Morria por saber. Até que soube. Agora tenho de ir, tenho de ir já... Ala p'rò mar do peixe!... Eu sou arrais. Tôda a companha à espera... Há vela nova... Foi benzida na ermida... Oh! Oh!... Gaivotas... Bicam o vento. A' minha roda, todas...

Trasborda de alegria alucinada.

ISABEL

Deus há-de-vos sarar: deveis ter fé. Tornais a ser arrais, tornais a ser...

O ARRAIS LEPROSO

Tornar a ser... Eu sou, fui sempre arrais. (*Aponta o lavrador leproso*) Este, coitado, nunca viu o mar...

ISABEL

Deu-lhe o Senhor o campo, a vós o mar. Tenho um búzio lindo: se o quiserdes... Ouve-se o mar como em saúdade, ao longe. Ve-

reis: hei-de trazê-lo. Mas é tarde. Tenho ainda... *(Caminha p'ra um leproso que recua)* Fugis? Não sois — cuidei que éreis — meu amigo...

O LEPROSO

Tenho mêdo por vós... tende cautela. Ieis tocar-me quási...

Isabel, estendendo as mãos de lírio, toca-os um a um, nas mãos, na testa. Eles olham-se sem crer, como num sonho.

ISABEL

Eu sei que consentis: hei-de voltar. Vou ser vossa enfermeira, a vossa irmã. E hei-de pedir a Deus, rezar convosco. Ides sarar, vereis: eu tenho fé... E Páscoa, Páscoa Santa: rezai muito. *(Correndo-os com os olhos)* Vi-vos a todos bem, não vos esqueço. *(Ao lavrador leproso)* A' volta, trago ao colo o pequenino. Vi-vos a todos — não é certo? Todos?

UM LEPROSO

Menos um. Falta um que vós não vistes. Mas não é como nós: é um assassino.

ISABEL

E onde está? Porque o não vi, a êsse?

UM LEPROSO

Não deveis vê-lo, não deveis: matou. Esteve p'ra ir à forca. E um assassino.

UM LEPROSO

Tiveram mêdo que gafasse a corda... Não é um gafo como nós: está preso.

ISABEL

Preso... mas aonde? Onde está êle? *(Ao lavrador leproso)* E velho? Eu quero vê-lo. Ide buscá-lo.

O LAVRADOR LEPROSO

E' o mais moço de nós: é muito moço. Não podeis vê-lo: é mais feroz que um lobo. Já quis matar aquele... (*Aponta um gafo*) Não tem siso nenhum: anda algemado. Não sei o que faria sem algemas...

ISABEL

E onde é a prisão dele?

O LAVRADOR LEPROSO

Foi cavada na pedra: ali, no muro. E' esta — quereis ver? — é aqui a porta...

Aponta-lha. É de castanho, forte e tósca, presa ao longo do muro por cadeias.

ISABEL

Aqui!... Emparedado em vida. O pobrezinho... (*Ao lavrador leproso*) Vamos abrir-lha, nós...

O LAVRADOR LEPROSO

Daqui não pode abrir-se. Só os guardas.

ISABEL, *num tom imperioso*

Abri-lha já. Abri depressa... abri...

Os guardas hesitam por instantes. Ante os seus olhos fitos, obedecem. Dois deles, com esforço, puxam ao longo do muro as cadeias de ferro. Os leprosos afastam se para longe. Isabel, sòzinha, fixa a boca da prisão hiante. Sai um homem arrastos. Ergue-se tonto de luz. Empedra a olhá-la. É o mais moço de todos, forte e belo. Mal se lhe sente o mal.

O LEPROSO MAIS MOÇO, *como uma estátua
que acorda baixo comovidamente*

Pois vieste? Tu... Maria?

No séquito, na multidão dos gafos, há um movimento de atenção e pasmo. Ela queda também sem responder.

O LEPROSO MAIS MOÇO *mesmo tom*

Já não me importa o mal. Ardo feliz. E's tu... és tu... (*Silêncio breve*) Porque não queres falar-me... Dize. E's tu?

ISABEL, *num cício*

Eu... Sou eu...

O LEPROSO MAIS MOÇO

Sabes?... Sonhei que de alma és minha sempre. E é certo... Não é?... Diz-me que é certo...

ISABEL, *no mesmo tom*

Sou tua sempre...

O LEPROSO MAIS MOÇO

Que êle viva então e que te abrace. Nem já lhe tenho ódio. Não me lembro... (*Mais perto dela*) Dize outra vez que estás comigo sempre...

ISABEL

Contigo. Estou contigo sempre...

O LEPROSO MAIS MOÇO, *olhos presos no chão á sombra dela*

A tua sombra... Deixa-ma beijar. (*Beija-lha, de joelhos, duas vezes*) Como ela treme... Vês como sentiste!?... Assim não te faz mal: a sombra é pura. Ninguém pode manchá-la. Nem um gafo. (*Er-*

guendo-se) Em vida, dei-te um beijo; neste inferno, pude beijar ainda a tua sombra. Sou feliz. Fizeste-me feliz.

ISABEL

Hás-de rezar a Deus. Vais prometer-me.

O LEPROSO MAIS MOÇO

Hei-de rezar... Ao Deus que te criou, e que teve piedade, que te trouxe... Já nem o mal nem as algemas doem.

ISABEL, *sem poder mais*

Adeus... Adeus...

O LEPROSO MAIS MOÇO

Tu voltas?...

ISABEL

Volto...

O LEPROSO MAIS MOÇO

Sê bem dita sempre!...

Isabel encaminha-se para a escada. Acena um adeus lento, comovido. Dá-lhe o sol no cabelo: gema-o todo.

O LEPROSO MAIS MOÇO *com uma voz que implora, pueril*

Dá-me um pouco do mel dos teus cabellos!...

Ela pára indecisa.

O LEPROSO MAIS MOÇO, *em voz mendiga*

Dá-me um pouco do mel dos teus cabelos... Deixa-me ser feliz...

Fitando-o, com olhos que fulguram de piedade, ela desfaz o cabelo, simplesmente. Hesita instantes.

ISABEL, *a uma das damas de honor que a acompanham*

A tesoura que trazieis na escarcela, com que cortastes flores...

Como os outros teem medo, o bobo desce os degraus, vai entregar-lha. Ela corta de um golpe uma madeixa. Dá-a ao leproso, que a recebe ajoelhado.

O LEPROSO MAIS MOÇO

Sê bem dita...

Ergue-se e foge, olhando-a extasiado, como se fôsse esconder algum tesoiro. Isabel, em silencio, sobe a escada. Despede-se sorrindo, os olhos rasos.

ISABEL, *estendendo-lhes as mãos*

Adeus... Eu volto...

Numa preiamar de emoção, os gafos olham-se. Vê-se que querem falar, mas não atinam.

O LAVRADOR LEPROSO, *como falando sem querer, com voz cortada*

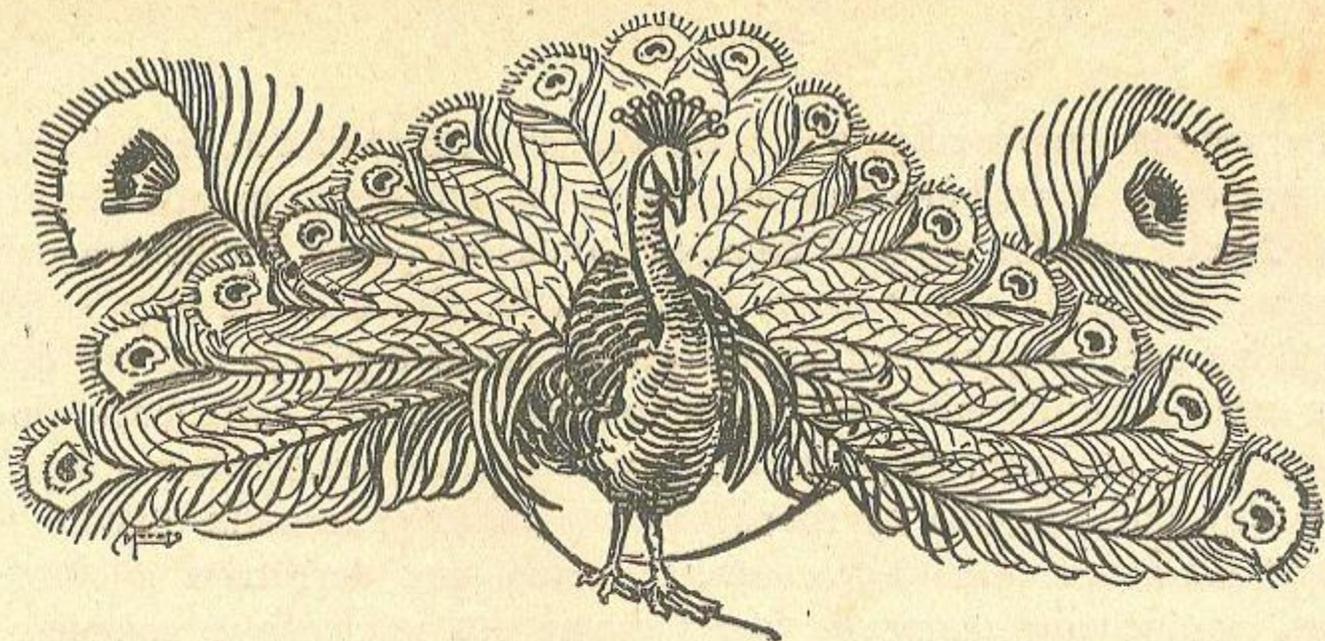
Por tanto bem que prometeste... e deste... que podemos fazer? que quereis de nós?...

ISABEL

Sois meus irmãos em Cristo... Ide abraçar-vos...

Os leprosos, dois a dois, abraçam-se. Isabel, sôbre o muro, entre os do séquito, ajoelha docemente, orando.

ANTONIO PATRICIO.



O «ENGUIÇO»

Teixeira de Queiroz, o grande mestre de romance, cuja reputação augmenta dia a dia, morreu deixando muitos trabalhos esparsos — contos, estudos, ensaios, que vão ser reunidos em volume. E' d'esse volume, prompto a entrar no prélo, que hoje podemos oferecer aos nossos leitores as paginas maravilhosas do «*Enguiço*», reçumantes de sensibilidade, encantadoras de estylo, e em que a sua aguda observação da natureza e dos homens se afirma com incomparavel originalidade.

O abbade, caçador eximio, solido de perna, olho vivaz e pontaria segura, tinha-me escripto na sua letra sempre esmerada e respeitosa de bom amigo: «Já cá tenho o cão. E' feio, mas tem optimo nariz. Sahi hontem com elle para o experimentar e trouxe um cinto de respeito. O nome é feio, chama-se *Enguiço*. Quer que lh'o mande antes da sempre desejada visita a esta humilde residencia d'um padre d'aldeia?»

Mandei-lhe dizer que sim. O nome e as intormações aguçavam-me o desejo de conhecer o animal, antes da combinada caçada pelo Natal para os montes do Mesio. Queria familiarisal-o comigo, para elle fixar bem na sua memoria a minha figura e o som da minha voz, a que teria de obedecer quando fossemos na cola d'alguma manada de perdizes. Eu nunca tinha possuido um bom perdigueiro, diligente, sagaz e seguro quando estivesse massado. Por falta minha em os não

saber mandar ou por culpa d'elles em não saberem obedecer, certo é que de presentes d'amabilissimos amigos nunca aproveitei grande coisa.

Nunca me foi possivel conseguir uma harmonia intelligente da minha espingarda com o nariz do meu cão. Era caso de festa se a caça me sahia a geito; e mais raro ainda sentir o prazer barbaro de ver cahir a perdiz entre as tojeiras ou urzaes, com a consciencia de a ter bem alvejado. Esta minha consciencia, meticulosa como uma tia velha em questões de roupa branca, nunca pudera affirmar desaffrontadamente que fôra a minha pericia que derrubára a caça, antes se inclinou sempre a que a morte dos inoffensivos animaes, provinha da infelicidade que os levára a passarem, no seu vôo rapido, por entre o chumbo que sahira da minha espingarda. Questões de méro acaso e má sorte.

Porém agora, com a dadiva do meu excellente amigo, ia possuir um bello auxiliar de proesas cynegeticas. Examinado e gabado por elle, mestre entre os mestres, se o meu azar de caçador continuasse a culpa seria indubitavelmente minha, má vista, pouco sangue frio, o que quizerem; mas não do cão que leva immerecidas reprehensões e castigos. Examinava-me interiormente só comigo, e reconhecia que com um perdigueiro assim affiançado, que me poria a caça quieta deante do nariz como se estivesse presa n'uma gaiolla, se eu a errasse a responsabilidade seria minha e só minha.

Com grande impaciencia ou, melhor, desejo de possuir a maravilha que o meu excelente amigo me annunciára, mandei logo no dia seguinte um criado a casa do abbade que morava a distancia de leguas, por caminho de montanhas, buscar o magnifico presente. Quando elle chegou com o *Enguiço* preso por uma cordita atada ao magro pescoço, declaro lealmente que a minha impressão foi peor que má, foi pessima. Era um corpito de cão esfomeado e lazarento, as costellas contavam-se-lhe por baixo do pello, parecia mal poder-se suster nas pernas de fraco que parecia. Encolhido e tremelicante parecia querer evitar os meus afagos, como se fossem percursos de pancada, e escondia-se por detraz das pernas do rapaz que o trouxera e disse chasqueador:

— Elle lá se aquentou por ahi abaixo menos mal; mas não lhe tem geito de prestar. O senhor abbade, rico senhor que me deu de comer e beber á úfa, diz que sim; mas cá para mim...

Calei-me mas o meu parecer era de receio como o do criado. Mas o meu presenteador tinha-o experimentado; era homem seguro e de palavra verdadeira.

— Como se chama elle? — perguntei, para me certificar.

— *Enguiço*, senhor. Que nome tão reles. E' como o dono...

— Bem, leva-o lá á cosinha para lhe darem de comer. Hade ter passado bem boa larica para estar assim. Não foi criado em casa do abbade, bem se vê. Depois de comer, guarda-o na loja para não fugir.

Fui-o ver mais de espaço quando recolhido na estrebaria. Ia um tanto descontente e desconfiado das informações do meu amigo, que até ahí sempre m'as dera certas e seguras em todas as coisas. Nem parecia de homem tão obsequiador e bem-querente. Diabo do abbade! Dar-lhe-hia agora, passadas as verduras da mocidade, para gracejador!

O animal estava enroscado como uma giboia farta. Sentindo abrir a porta e entrar um grande feixe de claridade abriu apenas um olho para dar conta do que seria. Gosava as delicias d'uma fartura que nunca presumira nas suas miragens gastronomicas de cão. O criado dissera-me que elle comera tanto, tanto e tanto, com tanta soffreguidão e tanta gula que ao acabar deixou-se cahir no chão sem energia para se mexer. Foi necessario pegar n'elle ao collo para o ir guardar onde lhe dissera.

— E olhe que então já pesava — disse-me o rapaz. Tinha-lhe um bandulho mais cheio... Aquillo nunca viu comida...

Quando o visitei e elle me cumprimentou só com um olho aberto o meu animo não ficou mais assegurado ácerca das suas excellencias de perdigueiro preconisadas pelo meu excellente amigo.

— Tó, *Enguiço!* Eh! cão!...

Assobiei-lhe moderadamente para o despertar; mas em vão. Fechára até o olho que primeiro abriu e não deu mais accordo de si. Não era um cão morto, porque estava deliciosamente enroscado sobre si; mas era um animal a quem a comida déra na fraqueira, como usa dizer o povo, e que sente correr nas veias um sangue novo mais rico e substancioso. As digestões de comidas copiosas serão uma estupidez; mas não deixam por isso de ser immensamente agradaveis. Perde-se a consciencia da vida intellectual e até da vida affectiva e conserva-se só uma especie de consciencia organica, que se não é nobre é com certeza venturosa; mormente para os cães famintos. Fazendo todas estas altas considerações de philosopho em repouso deixei o animal no seu gôso, e envolvi-o de novo na agradavel escuridão fechando a porta e retirando-me.

No dia seguinte de manhã mandei-o buscar, para o ver melhor, á luz do claro dia d'outomno, no largo terreiro junto á casa. Pare-

ceu-me melhor do que no momento da chegada. Tinha comido, tinha repousado e talvez se sentisse feliz, porque me principiou a fazer festas cheirando-me as mãos de agradecido e agitando alegremente a pequena cauda de contente. Comtudo, como fôra o criado que o trouxera, lhe deu a comida e o levava ao collo para a córte, logo se voltou para elle com mais familiaridade e ternura. Com o egoismo auctoritario dos annos, eu disse ao rapaz que o não festejasse muito para elle me reconhecer como dono, e recommendei-lhe que logo que lhe arranjasse nova comida me viesse chamar para ser eu quem lh'a desse e assim conseguir receber os futuros agradecimentos. Fraquezas da humana natureza: eu queria o reconhecimento do *Enguiço*, que elle só attendesse á minha auctoridade em casa, que a mim se ligasse pela gratidão e respeito. Queria fazer-lhe comprehender que da minha enorme munificencia é que lhe vinha a comida, o agasalho e até as unicas caricias que elle poderia ter. Não foi necessario longo tirocinio para isto: ao fim de tres dias já elle comprehendera tudo e andava atraz de mim, cheirava-me as pernas, lambia-me as mãos e dava, ao ver-me, carinhosos e subtis gemidos, signaes da sua satisfação e da minha benevolencia. Os cães são intelligentes e não são ingratos.

O seu maior prazer, depois do da comida certamente, era ver-me pegar na espingarda. Da primeira vez que lh'o reconheci, estava eu a limpá-la, preparando-me para grandes cometimentos cynegeticos, quando o senti ladrar e saltar alegremente em volta de mim, sahindo e entrando a porta que dava para o terreiro, n'um convite evidente para um passeio pelos montes da visinhança onde não havia perdizes. Sahi umas duas ou tres vezes, para o satisfazer mas sem esperanças de qualquer caçada. São pequenos cerros muito frequentados de gente e animaes e onde qualquer ninho de imprevidente mãe, que ali o venha fazer, desaparece por causa da impiedosa busca da garotada, que os destroe para recolher os ovos. Essas sahidias foram infructiferas, como era de prever; nem um misero rasto, nem um levante, de qualquer especie de ave de vulto. Passarada miuda e nada mais.

O *Enguiço* voltava tristonho e evidentemente desconsolado; mas apezar d'isso quando sahiamos saltava, gania cheio de prazer e esperanza, rebojava-se no chão, dava corridas para longe, voltando impaciente diante de mim a chamar-me com o seu olhito esperto. Via-se que lhe entrava uma alma nova, se é licito fallar de alma a proposito d'um cão.

A alegria sahia-lhe do focinho lambuzado de comida, das orelhas espertas e arrebitadas, da cauda que agitava n'um frenesi inquieto.

Já estava um pouco mais composto de corpo, ainda que continuava a ser muito feio — uma peltage aspera como de gôrro ordinario, uma cabeça mal feita, e um corpo desageitado como de velha que não usa espartilho. Porém attendendo a este enthusiasmo, que seria injustiça não lhe reconhecer, pela sua vida de perdigueiro devia ser um artista. Andava em com immensa vontade de o ver parado deante d'uma boa manada e de lhe conhecer a pericia de levantar as perdizes, uma de cada vez.

Em vista d'estas boas promessas do *Enguiço* resolvi, antes da caçada que o abbade me promettera, ir dar algumas voltas por longe de casa, a sitios onde já houvesse perdizes. Uma manada nova me tinha denunciado um amigo em logar aonde eu podia ir e vir n'uma manhã, ou n'uma tarde. Preferi a tarde, por ser mais commodo, não obrigava a madrugada e podia voltar com luar se isso me fizesse geito.

O outomno era excellente, calmo e livre de ardencias do sol. Dormida a provinciana sésta, levantei-me fresco como se fôra n'uma alvorada, vesti-me em guerra petrechado de todos os necessarios e já no terreiro, de arma ao hombro, assobiei pelo cão. Apareceu logo vivaz e prompto; vinha da cosinha o lambareiro. Sentiu-se logo agitado e n todo o seu organismo, corria adeante de mim no pedregoso caminho, voltava atraz como a receber ordens, subia as paredes para ver ao longe, saltava portellos, farejava por entre as tojeiras n'um exercicio de amader, pois bem sabia não se encontrar por ali caça. Exteriorisava por todas as formas uma tamanha alegria e enthusiasmo que eu, sorrindo, disse para mim mesmo :

— Nem parece o mesmo, diabo do cachorro! Uma semana, pouco mais, de boa comida transformaram-no. Parece-me que o abbade tinha razão nos seus gabos. Varros lá, *Enguiço* — ordenei-lhe em voz mais alta e clara.

E elle ia, vinha, tornava a ir e a voltar. Subia encostas, descia ao fundo dos ribeiros, que sussurravam lá em baixo depois das primeiras chuvas outomnaes, que já tinham cahido abundantes. Confesso a minha vaidade, estava esperançadissimo n'um dia feliz de boa caçada, coisa excepcional: porque nunca fui caçador de qualquer fama. Comtudo mesmo a andar já ia antegostando o prazer de ver o cão marrado, as perdizes levantarem-se após o meu commando de envestida. «Anda mais *Enguiço*» e eu apontar, desfechar, ver cahir a peça e logo o cão acercando-se de mim victorioso, com ella atraves-

sada na bocca. Accelerei o passo, sentia-me nervoso e impaciente por chegar ao sitio que me tinham designado. Maldiria os fados, se não encontrasse n'esse dia as manadas; porque me sentia esperançado e reconhecia o cão em excellente disposição.

Felizmente as coisas correram pelo melhor. Seriam quatro horas, d'uma tarde amenissima; os recortes dos cerros, no céu azul pallido, davam a este scenario da natureza um aspecto de suavidade sonhada. Apezar do esforço que fazia para subir a encosta ingreme, onde o *Enguiço* já caminhava cauteloso e interessado, não sentia nenhuma oppressão nem cansasso. Até ia leve, a esperança de encontrar a caça alliviava-me do peso da espingarda, dos cartuxos, do cinto, de todos os petrechos.

Tomara eu d'ahi a pouco estar mais carregado com algumas perdizes que matasse.

Mas de repente senti em mim um abalo, que era alegria e receio ao mesmo tempo!... O cão começou a rastejar seriamente. Fallei-lhe para o certificar da minha presença. «Tó, cão!», para lhe inculcar espirito de prudencia! Approximei-me d'elle attento e cheio de esperança. «Anda, *Enguiço*!» «Ellas ahi vão, cão!» Elle agachado de cada vez com o ventre mais junto á terra, parava um momento para olhar para deante, talvez para tomar alguns ventos. Quem me diria que elle não estivesse já vendo as perdizes seguirem a pé? «Tó cão, sentido! — prevenia-o eu. Nem parecia o mesmo animal faminto, de mau pello, derreado, que eu recebera quinze dias antes. Parecia-me elegante, parando ficava por momentos em attitude de observação esperta e cautelosa. Houve uma occasião em que estacando voltou lentamente a cabeça para mim, talvez para se certificar da minha proximidade, ou do meu applauso. «Eh! *Enguiço*! Sentido!» Elle deu mais alguns passos com as ventas sensiveis rastejando e depois parou definitivamente, n'uma attitude rigida, a cabeça firme, o olho n'um ponto fixo, uma mão no ar e deixando de agitar cauda. Eram as perdizes, que estavam ali, para lá d'uma tojeira, e que elle levantaria á minha voz de commando! Acerquei-me d'elle mais, tomei a posição que me pareceu mais conveniente para melhor poder alvejar a caça, e quando me pareceu tudo favoravel impuz-lhe:

«Avança, cão!» Deu uma investida para a pequena moita de carasco e tojo, d'onde uma manada se levantou arrogante, impetuosa, com o seu estrondo caracteristico, a que os caçadores chamam arrotar; mas um arroteo de gigante que sahisse de cem guellas ao mesmo tempo e que impressiona os mais acostumados a ouvil-o.

Eu metti rapidamente á cara a espingarda, apontei-a, mirei a caça, desfechei! A manada seguiu incolume, bem unida como em disciplina militar, vôo largo e corajoso, todas bem á vista, até quebrarem a aza n'um refego de monte e pousando n'uma clareira, á minha vista, quasi n'uma provocação de desafio.

Não tinha cahido nenhuma peça de caça! O *Enguiço* com o seu olhar penetrante explorou a atmospherá transparente na esperança de a ir abocar, mas em vão! Seguiu a manada até que a viu pousar como eu vi, e com uma tristeza perceptível olhou para mim. Eu não estava menos magoado do que elle, e estava vexado; porque senti que elle me censurava pela minha impericia. Seria a má qualidade da polvora? Seria a imperfeição da carga, visto que eu não tinha experimentado a polvora n'esta quadra em que já ha muita humidade no ar? Poderia explicar-se este primeiro fracasso por qualquer forma; porém ainda havia remedio... As perdizes estavam ali perto a menos de quinze minutos de distancia, e, ambos, eu e o cão, iamos ter com ellas. O animal veio humildemente ter commigo, festejando-me n'um convite claro a proseguirmos na contenda. Voltava a cabeça intelligente para o sitio da revoada e deu para lá uma corrida, talvez no intuito de me ministrar o fructo da sua observação. Substitui os cartuxos (eu tinha dado dois tiros) vazios por outros novos; lancei a espingarda ao hombro e com arreganho e novas esperanças dirigi-me intemerato para o sitio onde se dera o pouso dos selvagens animaes. Declinava o sol, a hora era propicia, as circumstancias favoraveis; porque, n'esta época, as perdizes que são novas se apresentam sempre mais frouxas no segundo levante. Eu tambem, por um acto de energica vontade, tinha acalmado os meus nervos, e sentia-se quasi seguro que alvejaria com mais socego, visto ter a certeza da existencia da caça n'aquelle sitio. Caminhei devagar e sem sofreguidão, para chegar nas melhores condições de socego. Agora ja não teria a desculpa da primeira emoção.

Tudo se passou como era facil de prever. A' distancia de cincoenta váras do logar assignalado pela minha vista o cão principiou a afrouxar, a percorrer o terreno com menos liberdade. Caminhava com precaução subjugado por uma força interior, sentindo que poderia ser nociva qualquer precepitação. Parecia, mal comparado, uma mãe cautelosa, juncto do seu filho que dorme e não o quer acordar. Agachava-se, rastejava o ventre, alongava a cabeça em certos momentos, n'outros retrahia-se como para não ser visto nem pressentido. Eram certamente as perdizes que iam a pé, que se furtavam á sua

pesquisa, que se encobriam com as carquejas asperas... Elle dava pequenas guinadas, que logo suspendia, ficando immovel para que não fosse pressentido. Via-se que era um cão mestre; ainda mais, que era um cão artista no exercicio das suas funcções de perdigueiro. Eu estava satisfeitissimo e não deixava de me sentir n'um estado nervoso, pelo interesse que reconhecia no meu companheiro em me auxiliar no meu empenho de matar caça, em me proporcionar a occasião de o conseguir. Junto d'elle, tendo-o quasi sob a espingarda prompta, ia-o animando com a minha palavra de commando, em cuja pronuncia havia carinho. «Eh! cão!» «Cautella, *Enguiço!*» «Avança, cão!» Por fim elle estacou firme, sem uma ligeira contracção muscular, como se fôra de pedra. Calculei, e calculei bem, que as perdizes teriam parado, agachadas sobre a terra cinzenta, formando com ella uma superficie uniforme sem que o olho mais experimentado pudesse distinguir o relevo dos seus corpos. Eu estava firme, a espingarda aperrada prompta para ser posta em mira, o coração batendo-me com certo desassocego, a respiração suspensa. O cão era seguro, dera-me tempo a que eu me dispusesse com toda a tranquillidade para mirar bem a caça e não fazer uma pontaria incerta, como no primeiro levante. «Anda lá, *Enguiço!*» e foi precisa uma voz mais energica para que elle sahisse da sua paralyisia quasi extatica! Deu uma pequena corrida e as perdizes levantaram de pronto, n'um vôo certo e estrondoso, seguindo no ar limpido e desembaraçado n'um conjuncto destemido e quasi provocador á minha pontaria. Como aves novas e inexperientes formavam um quasi bloco; imperito seria eu se d'um só tiro não enfiasse mais do que uma. Apontei, mirei, desfechei, e ouviu-se nitido o ronco ameaçador de dois tiros. A fumarada da polvora incobriu-me por instantes o que se passava na atmosphera ampla; mas logo que vi claro reconheci que a manada ia intacta, todas as perdizes ovantes, n'um vôo firme e quasi escarnecedor, como pedras despedidas por fundibulario romano! Vi-as pousar socegadamente na encosta fronteira, ali á minha vista e não longe, em sitio de tojo novo, quasi rasteiro, e de pouca defesa. Fiquei triste e aborrecido, quasi envergonhado diante do cão, que avançara n'uma corrida, esperando talvez experimentar na bocca gulosa a sensação macia das pennas da ave morta. O meu desgosto e humilhação era tal que tive a ideia absurda de que o arrotar das perdizes no levante tivera qualquer coisa de escarninho e provocador para a minha impericia. O *Enguiço*, esse, logo que fixou a revoada, voltou para junto de mim, porém menos contente e festejador do que até ali. Pareceu-me que me

fixára com certo desdem interrogativo e severo. Não admira que assim pudesse ser, attentos os dois fracassos successivos da minha pontaria. Supportei, quasi envergonhado, o olhar reprehendedor do perdigueiro; achei-o merecido e já não ousava mandal-o com a supremacia de dono. Ameigui-o passando-lhe a mão na cabeça, quasi a pedir-lhe desculpa de não concorrer, por minha parte, para que fosse coroado de bom exito o seu trabalho primoroso de cão intelligente e de bom faro. Não sei se elle receberia de bom grado estas minhas desculpas talvez insufficientes. Pareceu-me que não estava contente; menos expansivo e festejador reconhecia-o eu, o que se passava na sua consciencia de cão, não sei. Mas se elle pudesse articular palavras, o seu discurso não seria lisonjeiro para mim.

*

Metti de novo cartuchos; á minha desconfiança pareceu que o *Enguiço* recebera este acto com alguma indifferença e quiçá desanimo. Lancei com impeto e mau humor a espingarda ao hombro, e n'um passo largo e nervoso dirigi-me para o sitio onde as perdizes tinham abaixado. O cão ia adiante de mim parecia que com menos entusiasmo e gosto. Chegados á revoada, não tardou que elle parasse, assegurando-se primeiro da minha approximação. Esse olhar interpretei-o como de novo aviso, talvez cartel de desafio, á minha espingarda. Como o sol aqui me desse de frente, com uma voz de sentido preveni-o de que ia mudar de logar para a caça me sahir mais a geito. Percebeu-me; porque se não mexeu da sua posição firme. A tarde estava d'uma amenidade deleitosa, já no horizonte o sol parecia uma grande gemma de ovo fluctuando n'um liquido branco, levemente opaco. Na clareira onde as perdizes tinham tomado pouso não se encontrava impedimento á vista; mas ao fundo um macisso de codeços e tojo formava uma mancha escura, sobre a qual as aves no levante se podiam esbater. Para as ver sahir n'uma atmospherá limpida rodeei ainda para a direita, e o *Enguiço* com o focinho apontado para ellas esperou firme que eu escolhesse a posição que mais me convinha. As perdizes, inconscientes do perigo que as ameaçava, e decerto cançadas de dois levantes seguidos, pareciam um tanto preguiçosas. Parece que n'um dado momento se distanciaram a pé; porque o cão, sempre cauteloso; foi-as seguindo n'um passo meudo e calculado. Pela minha parte, já prompto e de animo firme para fazer pontaria de mestre experimentado e d'uma certeza indiscutivel, approximei-me animando

o perdigueiro com palavras brandas e um tanto receiosas. A não ser que a polvora variasse no monte, por qualquer razão hygrometrica, o tiro ou tiros que eu dispararia em breve deviam ser infalliveis. Não posso assegurar que a minha convicção sobre este ponto fosse completa; os dois desenganos anteriores justificavam o meu receio. Porém, com a certeza que pode haver em coisas humanas, á terceira vez devia-me correr melhor a ventura. Estava seriamente empenhado em afirmar perante a consciencia do cão, a minha boa reputação de caçador. Quando o—*Enguiço* de novo parou entendi que as perdizes se teriam ferrado na terra, para assim melhor se defenderem. Havia adiante de mim um pequeno pinheiro isolado, que na arida paisagem se levantava como sentinella perdida e isolada, ou pyramide de granito n'um cerro escalvado. Dei alguns passos para o deixar na retaguarda, e, reconhecendo por um ligeiro olhar obliquo do cão para o meu lado que elle tinha as perdizes quasi debaixo do nariz, mandei-o «Anda, cão». Elle avançou n'uma guinada energica e nervosa, mais energica e mais nervosa do que as anteriores. Tinha certamente a paciencia esgotada, pobre animal. O levante foi como o segundo, energico, destemido; quasi n'um desafio as perdizes ergueram-se no ar limpido, expondo-se ao meu terceiro ataque. Apontei, desfechei, e ellas seguiram incolumes no seu vôo triumphante, sem que uma misera e leve penna fluctuasse no ar, attestando que algum chumbeiro lhes roçára pelo corpo saudavel.

Fiquei parvo, como uma estatua de gelatina. Nunca, como d'esta vez, a minha inferioridade se tinha patenteado assim ao meu proprio espirito. Não procurava desculpas ou explicações; porque as não podia haver: as perdizes tinham levantado lindamente n'um vôo largo e franco, quasi provocador; n'uma atmospherá limpa de arvores; n'uma mansidão outomnal. Como eram novas, inexperientes e a temperatura as enervava, tinham sahido quasi mansas, quebrando logo á direita, offerecendo-se aos meus tiros n'uma linha extensa de través de modo que a mira pudesse escolher á vontade. Victimás imbelles assim se expunham á minha crueldade inefficaz, porque ellas seguiam na amplidão infinita como n'um passeio aereo. O cacarejar sarcástico do levante era signal d'uma das velhas ás innocentes filhas, que nem por isso se mostraram apressadas e receosas, antes indolentes em frente do inimigo. Senti-me envergonhado diante de mim

mesmo, a minha consciencia chacoteava-me, como Mephistopheles no desafio á velha Martha.

E o pobre *Enguiço*, que tanto trabalho tivera para me preparar esta derrota? A sua pericia inutil, frustradas as suas esperanças de ir abocar uma peça de caça, que traria ovante á minha mão!... Parecia-me mais acabrunhado do que eu proprio, o culpado do desastre!...

Logo que o seu olhar penetrante e cubiçoso fitando o ar não viu cahir uma só perdiz, ficou alguns instantes quieto fitando-me, ao parecer, interrogativamente. Que ironia cruel eu não percebi n'esse olhar do meu cão! Estava ali o representante externo da minha consciencia accusadora. O seu pequeno e magro corpo, sobre um pequeno commoro e destacando-se nitidamente no azul glorioso do céu, semelhava para mim uma grande multidão de homens que me olhavam com desdem. Chamei-o para vir a mim e não se mexeu! Se elle soubera dar uma gargalhada de desprêzo eu supportar-lh'ahia n'este momento pela julgar merecida. Tornei a chamal-o, com mais energia, mostrando-lhe no tom da voz a minha vontade de dono: «Tó, *Enguiço*! Venha cá!» Conservou-se firme na sua posição, parecia um cão de pedra. Nem as primeiras palavras carinhosas, nem as segundas impositivas fizeram no seu animo qualquer impressão apreciavel. Olhava-me fixamente e, ao parecer, ruminava qualquer procedimento, que me era defeso adivinhar. Esteve assim indeciso coisa de um ou dois minutos. Como me sentisse vexado pela sua desobediencia, caminhei arrogantemente para elle em guiza de o castigar. Teria eu auctoridade para isso?!... Talvez não... Elle, que não attendera ao meu chamamento, quando viu que eu me dirigia para onde estava, baixou a cabeça, metteu a cauda entre as pernas e principiou a distanciar-se receioso. Chamei-o mais uma e muitas vezes; porém o cão seguia monte abaixo, desobedecendo-me e sem me dar ouvidos. Gritei-lhe: «Tó *Enguiço*! Vem cá, cão!...» Estafei-me a assobiar-lhe com energia, dando silvos agudos com dois dedos mettidos na bocca; mas elle de cada vez com mais pressa. Trepou já a correr a encosta fronteira, parou no alto para me ver mais uma vez e desapareceu da minha vista, deixando-me isolado, no meio do monte, só com a minha espingarda inutil.

Comprehendi aquella suprema ironia d'um cão! Para que havia elle de ficar? Um novo levante não daria melhor resultado do que os precedentes. Era desnecessaria a sua industria empregada no levantamento da caça. Eu comprehendi-o assim, e creio que elle

tambem. Em todo o caso a minha dignidade de homem sentia-se offendida, e protestei ali mesmo que ao chegar a casa o castigaria severamente.

*

A casa? Quando já com noite ali entrei não me deram noticias do *Enguiço*. Assobiei, procurei-o na loja onde dormia, e na casinha onde era assiduo e não o encontrei. Compreendi toda a grandiosa ironia d'aquelle procedimento; mas compreendi-a ainda muito melhor quando tres dias depois recebi um bilhete do meu querido amigo abbade em que me dizia: «Que diabo fez V. ao cão que me appareceu aqui sosinho hontem de manhã? Deu-lhe alguma tarefa por ser mal mandado? Quer que lh'o torne a mandar?» «Nem uma nem outra cousa, querido amigo — respondi —. O cão é desconfiado e não se deu bem com os outros que cá tenho. Depois conversaremos.»

E tive a suprema covardia de não explicar ao abbade as cousas como ellas se passaram. Dei-lhe desculpas: que não gostava do animal por ser muito feio, que me não ageitava bem com elle e que o restituisse ao seu primitivo dono. Tive vergonha de apparecer deante do *Enguiço*, receei que elle fallasse. O homem civilisado é uma amalgama de covardias moraes e physicas.

Lisboa — Junho de 1919.

TEIXEIRA DE QUEIROZ.

RETOUR AU PAYS NATAL



Pierre Duchâtre, colaborador do *Mercure de France*, é um joven poeta de nome já consagrado em França. Bateu-se na grande guerra, alcançando o posto de tenente e a cruz de guerra. Talento original, sensibilidade requintada e ardente, Pierre Duchâtre será um dos grandes poetas da França de amanhã.

*Un peu d'or
dore encore
les pignons et les toits
de la ville ancienne
où se sont endormies
les coutumes et les lois
des gens d'autrefois
et de la demeure du Seigneur
qui domine,
la tour seule
s'illumine.*

*Face au soleil
avec un sifflement de plumes assourdi,
deux ramiers s'en viennent à tire-d'aile
et puis d'un vol alourdi
s'éloignent d'elle.*

*Descellant des pierres
larges comme des dalles de tombes,
la ronce et le lierre
surplombent*

*l'anneau luisant de la rivière calme qui s'écoule...
et s'y mirent.*

*Comme des lumières,
flottent à fleur d'eau
les coupes blanches des nymphéas,
fleurs folles qui fusent de la vase pour s'épanouir deux jours,
puis s'enfouissent dans la fluidité de l'eau,
les pétales serrés
comme des lèvres
qui se sont tues...*

*Flottent à fleur d'eau
les coupes blanches des nymphéas*

*Un peu d'or
dore encore
les pignons et les toits
de la ville ancienne
où se sont endormies
les coutumes et les lois
des gens d'autrefais.*

*En vérité
comment reverrait-il
autrement qu'à travers un vitrail
les réalités du pays natal,
celui qui revient,
ayant cru ne jamais revenir
faute d'être un vivant...
et des doigts le serrent à la gorge,
alternant à la joie
l'angoisse de vivre.*

*Comme des lumières
flottent à fleur d'eau
les coupes blanches des nymphéas.*

*Ah !
comme il voudrait
retrouver et boire comme un sang
en une communion mystique
avec lui-même,
à même les coupes blanches,
qui flottent à fleur d'eau,
la sève de sa jeunesse,
celui qui revient du long exil de la guerre !*

*Et des doigts le serrent à la gorge
alternant à la joie
l'angoisse de vivre.*

*Mais dans le trop de silence
ceint d'un rempart de pierres somnolantes
larges comme des dalles de tombes,*

*un chat
miaule
une fois . . .*

*et tout un gémissement s'étend crescendo
sous la voûte des arbres,
éveillant dans le monde mort
où gisent ses instincts,
un rythme musical et déchirant,*

*En vérité
la voilà qui s'avance avec un air de fête
ma jeunesse en fleur ;
la voilà qui se penche
comme pour boire à même l'une des coupes blanches
qui flottent à fleur d'eau
en une communion mystique
avec moi-même . . .*

*Et j'attends
la paix surnaturelle qui vient aux errants
à retrouver au lieu natal
les racines abolies.*

*Avec un geste héréditaire
elle caresse la coupe vivante
sans en blesser la pulpe...
puis avec un rire éclatant et qui dissone
se redresse...
et de ses doigts tout jaunis de pollen
me farde la face
avec un rire éclatant et qui dissone.*

*Ah! que ne peut-on
d'un seul bond
plonger dans l'Erèbe!*

PIERRE DUCHATRE.



NO PÓRTICO DE LÍVIA

Elles (les hetâires) portaient, par exemple des chaussures, dont les clous imprimaient sur le sol une invitation amoureuse, telle que «suis-moi»...

O. NAVARRE.

*Dêmo, a grega hetaira, passa airoso
Com um ar de virgem tão discreta e pura,
Que mais dum amador sonha a ventura
De a oscular um dia como esposa.*

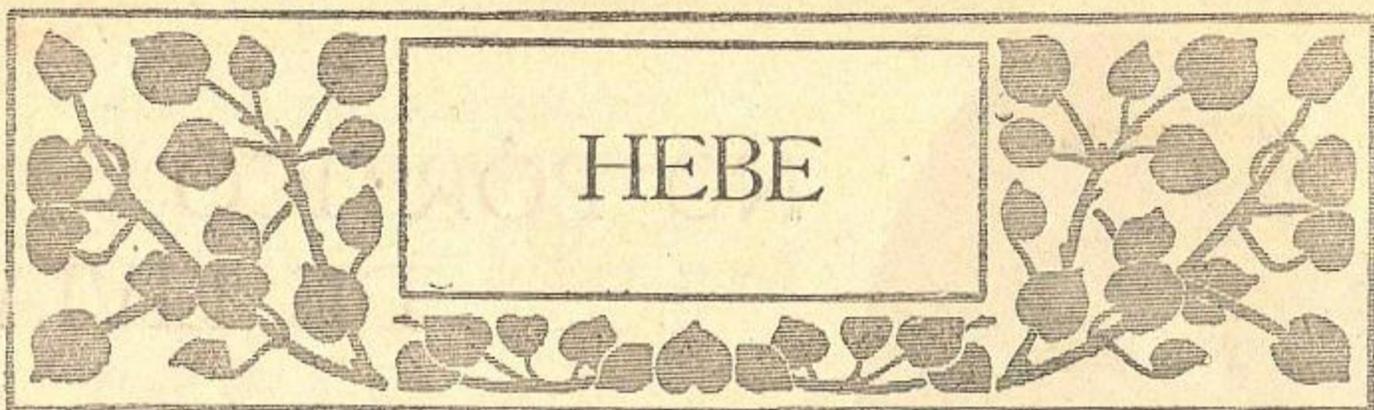
*Dir-se-hia pisar estrelas! Luminosa
Scintila entre os seus pés a poeira escura:
Na sola das sandalias lhe fulgura
Em pregos d'ouro uma inscrição radiosa.*

*E tais pregos no chão deixam impressas
Estas palavras: «Segue-me!» Traída,
Parte a ingenua ilusão pelos céus fóra...*

*Com o juízo a paz volta ás cabeças...
E quem sonhára um amor de toda a vida
Corre a pagar um amor de meia hora.*

(Dos Camafeus romanos.)

EUGENIO DE CASTRO.

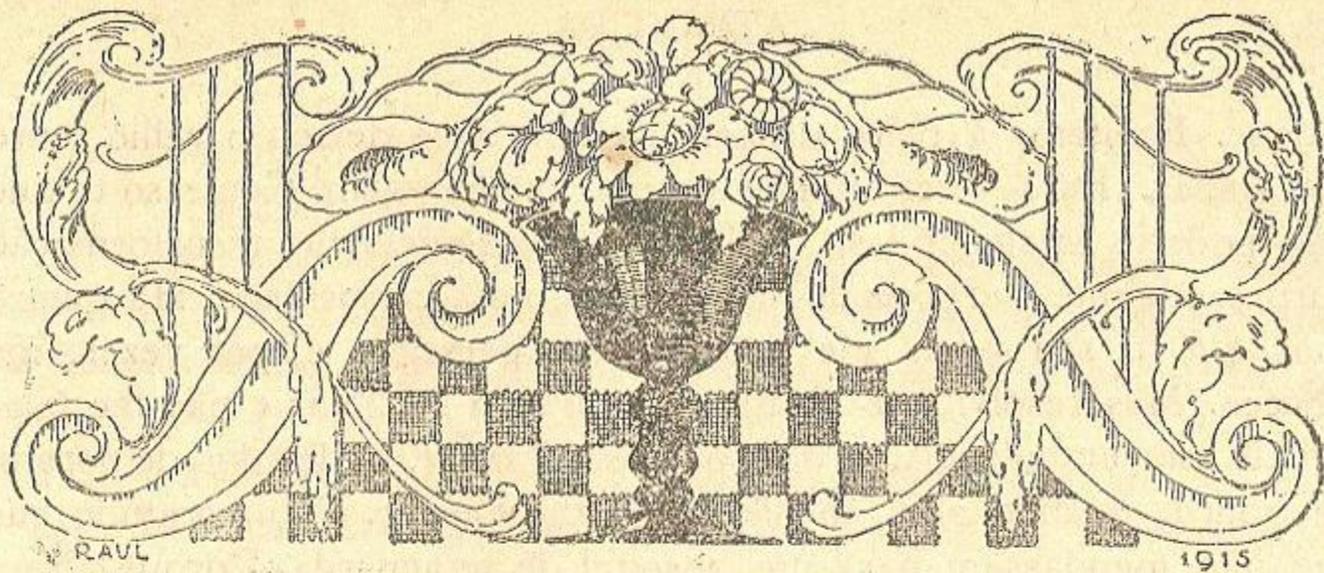


*De um parque senhorial, que espessa e longa sebe
De myrtos ao olhar do publico defende,
Bem no meio, e sem ter da nudez a vergonha
(O marmore não cõra), a taça nivea estende,
Como aos deuses fazia, innocente e risonha,
Mais gentil na esculptura, uma formosa Hebe.*

*Da linda estatua em torno e sobre a verde alfombra
De uma relva que brilha, ha alguns pequenos bancos,
De lianas da floresta armados e tecidos,
Onde, á tarde, ostentando os seus cabellos brancos,
Os donos do solar relembram, commovidos,
Da extincta juventude a palpitante sombra...*

*O nobre palacete hospeda muita gente,
Que passeia no parque e pela estatua passa
Aos languores do occaso e aos gorgeios da aurora,
E Hebe em vão lhes sorri e lhes estende a taça...
Os velhos não a vêem, ou, si a vêem, vão-se embora,
De olhos fitos no chão triste e gelidamente...*

*Mas, das noites de luar á doce claridade,
Alli costuma vir um par de namorados,
— Almas abrindo em flor aos sorrisos do mundo, —
Beber soffregamente, em beijos prolongados,
O vinho ardente e bom, capitoso e fecundo,
Da sempre alegre e louca e viva mocidade...*



NESSA TARDE D'OUTONO

«... Foi no dia imediato áquele em que entrei na ambulancia — contava o tenente Roberto Vaudier, convalescente, n'uma carta a um amigo de Paris — que reconheci Ester, no seu traje d'enfermeira, os cabelos loiros saindo revoltos da beira azul da sua touca, os olhos admiraveis iluminando a palidez do seu rosto fino e branco que os anos não conseguiram, parece, envelhecer. Eu não a tornava a vêr, tu sabes, desde o dia em que recebi a carta d'ela, essa carta inesperada, terrivel, em que me dizia que ia partir. Não a tornara a vêr e, n'esse dia, com surpresa minha, a impressão que senti não foi de colera, nem de desprezo por essa mulher que, comtudo, tanto me fizera sofrer. Ela soubera decerto que eu estava ali, porque os seus olhos procuravam-me de longe. Desviei os meus, fugindo a não sei que tentação, para a não vêr mais. Mas toda a noite pensei no acaso que nos colocava ainda e em taes circumstancias um deante do outro... Depois informei-me e soube que ela vivera com um homem rico, um velho, durante alguns anos, até que ele morreu deixando-lhe toda a fortuna. A casa onde está instalada a ambulancia pertence-lhe. Ester vivia n'ela no começo da guerra e não a quiz abandonar mesmo durante a occupação alemã. Depois da Marne, cedeu o res-do-chão para recolher feridos e ela mesma se fez enfermeira do seu hospital. A vida aqui é pouco agradavel, mesmo n'uma bela casa como esta, um *chateau* do *dix-thuitième* com um parque magnifico que lembra alguns recantos ignorados, os mais lindos, de Versailles. Mas raro é o dia em que não nos bombardeiam; estamos a menos de vinte kilometros das linhas alemãs; só por milagre a casa tem escapado quasi

indene. Hontem, á beira da estrada, um obus deixou o velho muro em ruinas. Para viver aqui é preciso ter coragem. Confesso-te que não poderia imaginar isso de Ester. Uma semelhante transformação surpreende-me. Surpreende-me e aguça-me a curiosidade. Ha quinze dias que o seu olhar me procura, me persegue e, por vezes, me obceca. Mas resolvi que partirei d'aqui sem lhe falar e não lhe falarei. N'esta ambulancia, a dois passos do *front*, os feridos demoram-se pouco, quando aqui só não vêm para morrer. Pedi comtudo que me não mandassem para um hospital da retaguarda. Porquê? Nem eu mesmo sei. Mas o meu ferimento era leve; estou quasi curado; dentro de poucos dias irei bater-me, e esquecê-la-ei de vez. O passado morreu. Essa mulher fez-me sofrer como eu nunca imaginara que se pudesse sofrer. Quando recebi aquella cruel carta julguei que tinha tudo acabado no mundo para mim. Pouco a pouco, a calma veio, a resignação, o esquecimento. Depois veio tambem a guerra, esta guerra que teve e tem ainda uma tão grande influencia no meu espirito, com o seu grande exemplo das virtudes máximas, dos magnificos sacrificios, das resoluções viris. Em alguns mezes de campanha aprendi a ser um homem. Purifiquei-me, posso dize-lo. E descobri o que havia ainda de bom e de nobre na ruina inutil que eu julgava ser. Vivo uma vida nova e vivê-la-ei até ao fim. Mergulhar de novo n'isso que eu sei hoje que é a lama, seria profanar essa vida digna do homem honesto, leal, util e bom que eu quero ser e que serei. Não: essa entrevista que os seus olhos de longe me suplicam, recusá-la-ei, embora ela m'a implore, seja como fôr, suceda o que succeder!»

Mas concedeu-a por fim. Na vespera do dia em que devia partir, Roberto repoisava n'uma cadeira de verga, no terraço, perto d'outros feridos, quando Ester se aproximou sem que ele dêsse fé senão quando era tarde de mais para lhe fugir.

— Roberto, não quero que se vá embora sem me falar.

Ele encarou-a um momento, com dureza. Quiz talvez mesmo responder-lhe rudemente. Mas o olhar d'ela era tanto o resignado olhar de quem espera uma dôr para a sofrer, que ele só pôde dizer, perturbado, já hesitando, já quasi vencido:

— Para quê?

Então ela continuou, em voz mais calma, mais segura de si, e o reflexo d'uma vida intensa passou de subito no seu olhar ardente.

— Peço-lhe! Ha três semanas que vivemos aqui perto um do outro, mas como se nunca nos tivéssemos conhecido.

Roberto murmurou :

— Foi melhor assim...

— Mas seria cruel que assim nos separassemos. Não; não foi preciso que nos vissemos para que a recordação do nosso passado me fizesse sofrer d'uma grande saudade, e d'um grande remorso também.

Ele fez um gesto, para que se calasse. E murmurou ainda :

— Mas para quê tudo isso, para quê?

Ester ficou um momento silenciosa, a mão direita poisada nas costas do *fauteuil* onde ele estava, os olhos fixos n'esses outros através dos quaes ella queria apoderar-se, custasse o que custasse, do segredo d'uma alma. E depois disse, na sua mais doce voz, n'uma supplica ciciada á beira dos labios como uma oração :

— Roberto, não percamos esta occasião que se nos oferece, que Deus nos oferece, de nos explicar-mos, ou antes, de me ouvir a mim. Quem sabe se o poderemos fazer mais tarde? A vida é hoje bem incerta, no meio dos perigos que nos rodeiam; é temerário contar com o dia d'amanhã...

Ele ia protestar ainda, recusar ainda. Mas ella continuou, sem o deixar falar :

— Escuta, Roberto. O major vae-te dar alta amanhã. Deverás partir, o mais tardar, ao anoitecer. Uma hora antes, duas horas antes, despede-te de todos e sae. Demora-te um pouco no jardim e volta pela escada de serviço que conduz directamente ao primeiro andar. Espero-te. Falaremos á vontade. Dir-te-ei...

— Mas para quê, para quê? — gemeu elle, n'uma voz quasi humilde, como no ultimo esforço d'uma luta contra a sua vontade bem debil á luz fascinadora d'aquelle olhar que outr'ora o seduzira e que o sabia ainda seduzir.

— Dir-te-ei o que é preciso que te diga, o que tu não recusarás ouvir-me. Promete-me, Roberto, supplico-te!

E nos labios d'elle Ester viu, mais do que pôde ouvi-las as palavras que ella quizera com todas as forças da sua alma e com todas as energias do seu capricho de mulher :

— Pois sim!

*

... E elle veio, e estava ali na sua frente, sem sequer saber o que dizer-lhe. Aproximara-se d'ella e sentia já que ella o vencera. E nem essa derrota lhe parecia uma ignominia, porque nem o tempo de

pensar a presença d'Ester lhe consentia : os seus olhos que o fitavam, a sua boca que lhe sorria, o encanto todo que se desprendia do seu corpo e vinha envolvê-lo já n'uma d'essas atmosferas onde só os sentidos vibram e as vontades mais fortes acabam por morrer.

Ester quiz que ele se sentasse na *chaise-longue* ao lado d'ela. O aposento onde estavam era um pequeno *boudoir* onde uma enorme janela sobre uma varanda enchia uma parede toda. Os raios do sol em declínio entravam por essa janela e cobriam todos os objetos, a mesa de embutidos ao centro, os quadros, os espelhos, as tapeçarias e as almofadas dispersas d'uma poeira d'oiro. A *chaise-longue* estava ao fundo, em frente da janela. Ester era linda áquela luz que tornava mais fulvos os seus cabelos e dava á sua pele de loira uma *patine* côr de milho novo. Ela despira o traço d'enfermeira. Um kimono lilás e branco, de mangas enormes deixava ver o seu colo tão perfeito como os mais perfeitos das estatuas gregas e a forma impecavel e moça dos seus braços nus.

— Queres-me então ainda muito mal? — disse por fim.

Roberto ficou um instante sem responder e depois disse, lentamente, melancolicamente como se as palavras fôsem uma a uma arrancando algumas fibras profundas o seu ser :

— Eu nunca te quiz mal.

— Serias injusto, porque nunca deixei de amar-te, podes crêr. Ele sorriu, encolheu os hombros, ia quasi a revoltar-se.

— Podes crêr, continuou Ester. Deixei-me tentar; foi a ambição que me perdeu. Sentia-me um encargo pesado na tua vida. Depois...

— Não te pergunto coisa alguma, objetou Roberto.

— Mas sou eu que quero dizer-te, que quero que tu saibas, que saibas que a minha vida foi e é toda feita de tristezas, mesmo na opulencia, mesmo sem inquietações, mesmo quando tudo isto não era o que é hoje e que viviamos em paz. E' a tristeza de te ter perdido, a tristeza de ter desprezado o amôr, que é tudo, pelas vaidades d'este mundo que pouca coisa são.

— E então ?

Ela calou-se. Duas lagrimas corriam lentas ao longo da sua face mais branca que nunca.

— E então ? — repetiu ele.

— Então, mais nada. Era isto que queria dizer-te, para que o soubesses.

Roberto aproximou-se mais d'ela. Ao encontrarem-se, as mãos

d'ambos tremiam. E ele disse, devagar, perdido de si mesmo, como um sonambulo.

— Fizeste-me sofrer muito, Ester. E eu não t'o merecia. Tu foste a unica mulher que amei. Serias hoje a minha mulher, a minha companheira de sempre, se tivesses querido. Destruiste toda a minha fé no amôr, toda a minha esperança nas alegrias d'um lar.

— Meu pobre Roberto! — articulou ela, com a voz humida das lagrimas, aproximando mais d'ele a sua bôca, que se oferecia toda.

— Amei-te — continuou Roberto — como se deve amar: de todo o meu corpo e de toda a minha alma. Não o comprehendeste.

— Só o comprehendí depois.

— Tarde demais...

— Talvez!

— É certo.

— Talvez!

Como o caminhante que de subito se apercebe de que os seus passos o levaram á beira d'um precipicio, Roberto quiz recuar então. Os seus olhos cintilaram n'um assomo efemero de vontade. Mas as suas mãos estavam presas nas mãos d'ela; os seus labios, lentamente, uniram-se n'um beijo que encerrava o mundo inteiro de recordações, de dôres, de desenganos, de remorsos, de saudades e ainda, apesar de tudo, d'uma ancia enorme de viver. Roberto sentiu um grande, insensato desejo apoderar-se d'ele. A tentação d'aquella pele tão violentamente esquecida, o sabôr dos beijos d'aquella bôca tão sofregamente coberta de maldições, estonteavam-n'o. O que ele fazia parecia-lhe vagamente monstruoso e imenso, delicioso e abominavel, mas em todo o caso irresistivel.

Ester estava agora reclinada na *chaise-longue*,. O *peignoir* abri-ra-se todo; uma montanha de rendas caira-lhe aos pés ou passara ao longo dos seus braços como espuma e, como espuma, nas almofadas d'esse improvisado leito se perdera.

Roberto começou então envolvendo-a toda n'uma caricia lenta, requintada, minuciosa e ardente. A polpa dos seus dedos percorria brandamente, quasi sem lhe tocar, a curva do seu busto. Os labios d'ele interrogavam cada pedaço do seu corpo e cada pedaço do seu corpo respondia com um fremito de voluptia. Toda a sensibilidade d'essa mulher de trinta anos acordava ao contacto das suas mãos e dos seus beijos e, sem brutalidade, quasi sem sobresalto, pouco a pouco o desejo apossava-se de todo o seu ser, percorria-lhe as veias, misturava-se com o seu sangue através d'ela toda, como um veneno

delicioso e subtil. O homem erguia os olhos para os seus olhos doloridos d'abandono e de ternura e esquecido de tudo, da sua ferida moral, das suas dôres d'outr'ora, gosava de sentir o prazer d'ela, de o dominar, de o dirigir, á sua vontade, ao sabôr do seu capricho, de ser o senhor d'esse corpo vencido que era coisa sua e que as suas mãos quasi feminis, de dedos finos, afluavam apenas, com uma hesitação que era ainda uma coqueteria, como a mão de um artista que executa os sons harmonicos poisando ao de leve os dedos sobre as cordas d'um violino. E, de leve embora, roçando-a como uma brisa, como um perfume, como um halito de voluptia, as suas mãos voavam como se n'aquelle corpo quizessem modelar a estatua viva do desejo, de todos os desejos, animada ao crepitar de mil ardôres. As mãos tremulas de Ester acariciavam os cabelos d'ele. E a boca do amante, com a ciencia, o tacto, a maravilhosa intuição d'um *virtuoso* ia guiando a ascensão do desejo atravez do corpo d'ela e regressava aos seus labios n'um beijo que era, findo o *scherzo*, o primeiro acorde do final glorioso d'esse festim d'amôr.

... Depois, Ester poisou docemente a cabeça sobre o peito d'ele. E Roberto começou beijando, com uma ternura calma, os seus cabelos desfeitos. No momento em que a paixão sensual se quebra, saciada, e em que o remorso, o pezar, a nausea da sua propria fraqueza vêm aos amantes que essa paixão liga n'uma embriaguez efemera que só mais tarde recomeça, n'eles ficava, agora como no passado, essa serena ternura que é a dôce vitoria das almas sobre a miseria da pobre carne humana. Ele beijava-lhe os cabelos, acariciava-lhe o rosto, suavemente, sem desejo, como um pae pode acariciar o rosto d'uma filha. Ester ia a dizer não sei o quê e ele tapou-lhe a bôca com a mão para que não dissessem nada. Ele não queria que uma palavra, imprudente talvez, viesse quebrar o encanto que o envolvia e que creara em torno d'ambos um ambiente de sonho e, a despeito de tudo, de pureza.

Tudo quanto se tinham dito havia pouco voltou então á memoria de Roberto. A vida d'amanhã aparecia-lhe tão honesta, tão calma, como os dois a tinham porventura entrevisto antes do impulso sensual que os unira ainda n'um beijo de pecado. E, ao tempo em que, lá ao longe, o acaso tingia de sangue, através das arvores a ceu pallido d'esse outono agonizante, dentro da sua alma era a ancia d'um

amôr sem macula, sem passado, sem rémorso, mas regorgitante da seiva das primaveras robustas, que se erguia impetuoso iluminando tudo.

— Ester! — disse ele, por fim, baixinho, como com o receio de despertar do sonho em que vivia. Ela ergueu os olhos azues que a fadiga debruara de sombra e que a luz tenue do crepusculo tornava mais profundos. E as duas bocas uniram-se n'um beijo que era a comunhão d'essas duas vidas, d'essas duas almas, d'essas duas carnes, que n'um momento os labios d'eles resumiam todas, com as suas ancias de febre, as vibrações dos seus nervos, a magnifica harmonia da sua imperecível ternura e das suas illusões resuscitadas. Eles ambos se sentiam agora um do outro como jamais o tinham sido. E ambos o disseram, murmurando, n'essa hora suprema, os projetos de vida comum que eram o *credo* da sua nova fé.

— Para sempre? — perguntou Roberto sem desprender os olhos da serenidade azul dos olhos d'ela.

— ... Sempre! — murmurou Ester, como um eco repetindo a eterna palavra dos amantes, a palavra que o Destino, oculto na sombra das alcovas ou dos parques, invisível e cruel como o demonio dos velhos contos, nunca ouve sem rir.

*

Roberto desceu até ao jardim, cautelosamente. Nas enfermarias do rés-do-chão tudo estava silencioso. Ele passou pé ante pé junto das portas cerradas. Não encontrou ninguem; ninguem o viu. Evitou atravessar as grandes aleas e, para não abrir o largo portão de ferro, ganhou a estrada brecha feita no muro, dias antes, pelos obuzes alemães. Não se via ninguem. De tempos a tempos apenas, ora mais forte ora quasi impercetível de tão longe que vinha, o som da artilheria profanava a serenidade religiosa d'esse anoitecer d'outono em que os derradeiros raios do sol traziam o adeus da claridade da terra ás folhas que iam morrer.

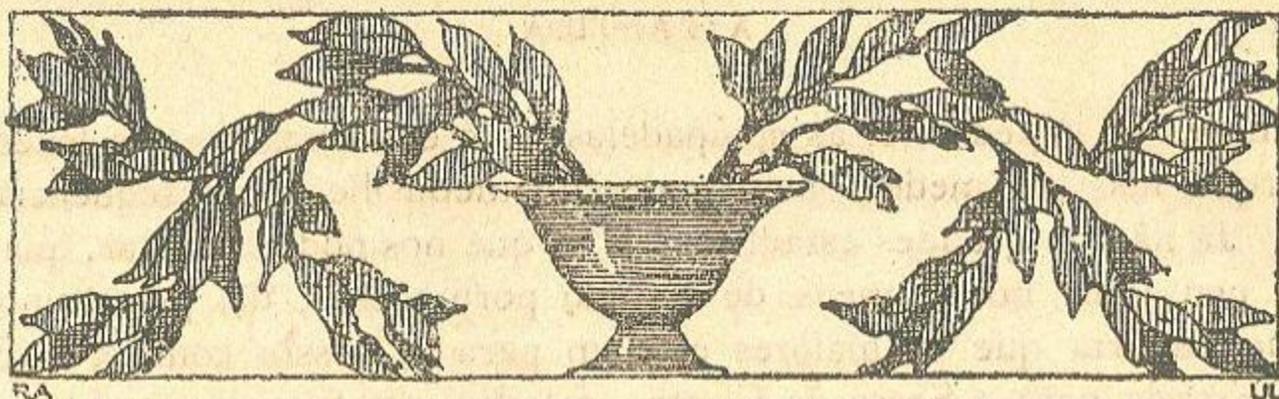
Ele deu alguns passos réz-vez do muro, chegou perto da casa e viu na varanda a silhueta esvelta de Ester. Ela quizera vê-lo partir, e mandou-lhe um beijo na ponta dos dedos, com graça, com ternura. Ele voltou-se ainda uma vez, e outra. Depois, Ester viu-o seguir ao longo da estrada. E, de subito, uma luz rapida, fulgurante, como um fosforo gigantesco que raspasse a abobada do ceu, iluminou um instante o caminho e a floresta. Depois um silvo agudo cortou o ar, e

ouviu-se um estrondo formidavel. O chão tremeu. Uma nuvem de fumo negro elevou-se do caminho lá onde ia Roberto. E, desprendendo-se da terra, o fumo negro abria-se, crescia, e era, já não nuvem, mas uma montanha, erguendo-se no ar.

Ester soltou um grito imenso, lancinante, um grito de suprema angustia que as sombras da noite absorveram no seu infinito misterio. E tapou os olhos com as mãos, para não vêr.

Paris, março de 1917.

PAULO OSORIO.



VIDA SOCIAL

E' passado o tempo em que, com segurança, se escreviam crónicas da vida social internacional, dando os acontecimentos tempo para tudo se fazer com método e ordem. De tudo se falava; e quantas vezes o que mais custava, era encontrar matéria assaz importante de que falar! Os factos sucediam-se sem se atropelarem; a gente tinha tempo de pensar num enquanto o outro não se mostrava, de lhes encontrar explicação e dependencia; e por isso até nos atreviamos a prever coisas que ás vezes, para nos darmos a ilusão de sociólogos, chegavam a acontecer. Mas agora! Não ha que explicar, e ainda menos ha que prever, quanto mais não fosse, com vinte quatro horas de antecedencia.

Dum a outro extremo do mundo, os mais inesperados acontecimentos produzem-se em tal quantidade e de tal forma se entrelaçam, se chocam, se combinam ou se opõem, que é o esforço para compreender, a confusão, a febre, a fadiga e por fim a renuncia a querer prever e até a querer perceber.

Aqueles pobres senhores da Conferência da Paz, que se dispunham a concertar o mundo politico e económico, e que aos olhos de tanta gente tão grandes pareciam, foram diminuindo pouco a pouco, á medida que os problemas se engrandeciam e multiplicavam, separando-se por fim, tendo deixado tudo um pouco mais confuso do que estava antes.

Hoje já quasi se não dá por eles, perdidos e apoucados pelos acontecimentos em turbilhão, com uma porção de bécos sem saída dentro das suas diplomacias e da força dos seus exercitos, procurando

soluções de expediente, ás apalpadelas, sem confiança no que fazem, porque não lhe medem nem poderiam medir-lhe as consequencias.

Já não ha grandes estadistas! E' o que nos pode consolar, quando pensamos nos homens de Estado portuguezes, tão pequeninos. Que importa que os maiores estejam para os nossos como a Serra da Estrela para a Serra de Cintra, se todos, em face dos problemas a resolver, estão com as duas serras para o raio da terra?

Quem aumenta de estatura aos olhos de muita gente são os Metternich, os Bismark e outros, que tinham artes ou poder de dispôr as nações e os povos como quem arruma a mobilia duma casa, sem os inumeraveis recuos, hesitações e falências dos de agora. Os que aclamam Metternichs para uso internacional, são como os que pedem Pombal para uso interno, sem se lembrarem que se os Metternichs e os Pombais se vissem em face dos problemas do nosso tempo, tornavam a morrer... de susto.

Pouca ou nenhuma importancia tendo o que fazem chefes de Estado e ministros, temos de olhar para os povos onde os acontecimentos se produzem. São todos os dias novas scenas no grande palco, com personagens novos ou com os mesmos, o que é pior ainda, dando-nos contradicções successivas de atitudes, que fazem por completo perder a esperanza de alguma coisa se entender. E como não ha um facto, por mais simples que seja ou pareça, que não se encontre dependente de outros, actuando por sua vez, como agente produtor ou modificador, succede que a simples enumeração e correlação dos mais em evidencia, dá a medida, pela impressão que se sente, da grandeza dos problemas, da formidavel dificuldade que oferece a solução no seu conjuncto.

Durante mezes discute-se muito, intriga-se o mais que se pode, consegue-se assinar os tratados de paz, onde estão as clausulas sabiamente dispostas para tudo se resolver e aparecem-nos sem solução: a Polónia, o rosario de Estados e Nações slavas do Baltico ao Mar Negro, a republica dos Sovietes, a Austria, o Montenegro, Fiume, a Irlanda, a Turquia, sem falar nas *miudezas*, muito graves, Holando-Belgas, da Alsacia-Lorena, de Tanger, etc., e sem falar no que vai por casa de cada um, no que respeita a: subsistencias, finanças e aspirações socialistas. E como tudo é inter-dependente, como se não pode considerar um caso sem considerar outros, quem pretende desfiar a meada para achar uma ponta, que mais não fosse, tem a breve trecho uma autêntica tontura e invariavelmente... desiste.

Mas é necessario, apesar de tudo, fixar os acontecimentos, consi-

derando-os como se vão apresentando, como se a dificuldade não existisse, apenas para marcar uma *étape*, facilitando assim, depois, o exame de cada questão e o do seu conjunto.

*

As questões que contendem com as nacionalidades e que giram em volta da famosa e tão esfarrapada declaração do respeito pela liberdade de cada povo poder dispor dos seus destinos, continuam sem solução e sem de tal apresentarem sintomas. No mesmo estado se encontra a vida financeira e económica das nações, definhando-se as populações, em varios países, senão em todos, com uma acumulação cada vez maior, de papel moeda, como recurso para fazer face á carestia sempre crescente. De todo êste mal-estar, do conhecimento ou da intuição que se tem da ineficacia das medidas dos governantes, das desilusões que se sofrem, das paixões exacerbadas, do abismo aprofundado que separa ricos e pobres, do impudor na ostentação da riqueza mal adquirida, da incapacidade e do egoismo das chamadas classes dirigentes, da consciencia, mais ou menos clara, adquirida pelas massas proletarias da força que a sua união representa, de tudo isso se fez e se mantem, intensificando-se, a questão social por excellencia: o conflito aberto, fatal, irreductivel entre os renovadores e os conservadores da estrutura social. E' esta a magna questão, em volta da qual todos as outras gravitam, a que absorve atenções e energias, a que todos mais temem pela sua colossal grandeza e aquela para que todos se sentem irresistivelmente arrastados, sabendo uns e pressentindo outros que é na sua solução, conservadora ou transformadora, que está a chave da solução de todas as outras.

Sem falarmos dos acontecimentos da Russia, da Hungria e de Munich, onde os revolucionarios se apoderaram do poder, basta-nos o que nos outros países se passa, para se verificar que a solução baseada na renuncia duma das partes á luta, considerando-se vencida, se torna, cada vez mais, um sonho. Nem conservadores nem revolucionarios se mostram dispostos a ceder, convencidos de que a victoria, total ou parcial, será sua. O que ha é gradações, individuos ou agrupamentos dos dois lados que, compreendendo que o triunfo total é impossivel, procuram conservar ou renovar o mais que podem mas de modo a não comprometer tudo com uma attitude de intransigencia absoluta. E a solução para a situação actual talvez não constituisse extrema dificuldade, se não fôsse a acção dos extremistas dos dois lados, dos

de *ou tudo ou nada*, que dificultam e muitas vezes impedem a realização de acôrdos ou de combinações de que poderia sair alguma coisa útil.

Felizmente que a grande maioria é, nos países ocidentais, composta dos individuos não extremistas, o que nos dá a esperança, bem fundada, de se chegar a um arranjo social, que seja capaz de evitar uma catástrofe, ainda que as dificuldades sejam inumeras e enormes. Mas um arranjo social, que ninguém se iluda! será uma obra de transformação no sentido socialista e não uma obra de conservação social. E' para esta solução que os espiritos mais clarividentes de todas as classes tendem já manifestamente e que acabará por se impôr, pela força das circunstancias, ainda que a ela se opuzessem numerosas reacções. E' que a transformação no sentido socialista é uma fatalidade, na acepção scientifica do termo, á qual hoje, só os cegos por uma educação petrificadora das ideias, procuram resistir, de nada dando conta.

Em Portugal ha-de evolucionar-se, com modalidades nacionais de secundária importancia, consoante as modificações operadas na Inglaterra e na França, pois apesar de todas as influencias que, porventura, outros povos possam, nos ultimos tempos, ter sobre nós exercido, continuamos a ser economicamente dependentes da Inglaterra e ideologicamente seguidores da França. O que na Inglaterra succeder, ha-de produzir decisiva influencia nas classes economicamente dominantes, produzindo o que na França se passar, enorme influencia nas massas populares, principalmente. E que se está passando nesses dois países?

Na Inglaterra realizou-se ha pouco, em Glasgov, um congresso geral dos organismos operarios, de que resultou a verificação da marcha operada pelos trabalhadores inglezes, para uma orientação mais de harmonia com a orientação sindicalista de acção directa, que tanta gente confunde com acção sistematicamente violenta ou aggressiva. Acentuou-se a tendencia, ha alguns anos manifestada naquele sentido e viu-se que os trabalhadores das mais importantes industrias, a do carvão e dos transportes, da actividade dos quais depende a vida do país, estão resolvidos a operarem, dentro de pouco tempo, uma profunda modificação na vida económica inglesa, no sentido da socialização.

A dar enorme força ás decisões do congresso e á tendencia e disposições geralmente manifestadas, vieram as eleições administrativas, nas quais a victoria dos trabalhistas não deixou illusões a ninguém

sobre a força de que êles dispõem. Na proxima renovação ministerial, a representação dos trabalhistas não poderá deixar de ser importante e num futuro muito proximo, ninguem se admirará de ver um ministerio caracterisadamente trabalhista.

Em França, o congresso de Lião da C. G. T. e as eleições para deputados, mostraram que a massa geral da população e dos trabalhadores não está muito disposta a fazer a experiencia bolchevista, da ditadura do proletariado para já. Mas muito se enganam os que veem nesses dois acontecimentos a derrota das forças socialistas e concluem por considerar a revolução social como uma utopia, confiando em que a actual estrutura económico-capitalista está, como se costuma dizer, *para lavar e durar*. Muito se iludem porque o que se passou, foi apenas a manifestação do receio de aventuras, para as quais não ha preparação, não ha ambiente e que por isso mesmo poderiam ser desastrosas para todos. Esses receios, por parte dos avançados, traduzem grande amor pelas ideias que se defendem, um grande desejo de as ver triunfar com mais segurança e sobretudo com mais proveito para todos. Não se iludam os conservadores com as eleições francesas, que foram uma manifestação contra os extremismos da esquerda e da direita e não uma afirmação de conservantismo.

Não se iludam os conservadores e reparem para uma instituição que acaba de se fundar em França: o *Conselho Economico do Trabalho*, obra da C. G. T.

Nas transcrições que se seguem, vão algumas indicações sobre o que esse conselho pretende e que constam duma declaração da C. G. T. publicada na integra, pelo jornal operario *A Batalha* em 13 e 15 de Novembro.

«Um ano depois do fim das hostilidades, nenhum melhoramento fundamental se produziu na situação económica dêste país. Para sublinhar a insuficiência dos métodos seguidos, ou antes, para revelar a ausência de método, basta o custo actual da vida, que é o testemunho irrecusável dum desequilibrio económico profundo. Não se tomou medida alguma que permita sequer conceber de que modo a nação poderá fazer face aos encargos esmagadores que pesam sobre ela; toda a imaginação dos que se incumbem das finanças públicas se limitou ao funcionamento intensivo da chapa das notas.

O Poder não teve a previsão nem a coragem de tomar decisões de conjunto, de seguir uma política geral, de reprimir a sério a especulação em todos os seus graus e ferir os enriquecimentos escandalosos.»

«Registando hoje a carência do govêrno e duma organização política capaz de regular essas questões ou mesmo de as encarar a sério, a C. G. T. faz notar que,

à sua proposta de instituir um *Conselho Nacional Económico* encarregado de afrontar tam difíceis e essenciais problemas, o Poder não respondeu senão oferecendo uma caricatura grotesca dêsse projecto, como por outro lado não respondeu ao pedido de lutar contra a vida cara senão com uma caricatura de acção, naufragada no ridículo e no descrédito: os «preços normais».

Em face desta dolorosa situação, a C. G. T. proclama a necessidade de recorrer a novas concepções e de aplicar novos métodos. Com a preocupação de salvaguardar interêsses gerais olvidados da nação e de acôrdo com as decisões tomadas pelo seu recente Congresso de Lião (16 a 21 de Setembro de 1919) a C. G. T. constituiu um *Conselho Económico do Trabalho*.»

«A C. G. T. pretende recorrer a uma organização nova e introduzir, com outros métodos, uma direcção transformada na actividade económica do país.

Afim de garantir ao organismo que ela instituiu o máximo necessário de competência e de autoridade, a C. G. T. apelou para as organizações de consumidores e de técnicos abaixo indicadas, que declararam prestar-lhe o seu inteiro concurso:

Federação Nacional das Cooperativas;

Federação Nacional dos Funcionários;

União Sindical dos Técnicos da Indústria, do Comércio e da Agricultura.

O Conselho Económico do Trabalho assim constituido é colocado sob a égide da C. G. T.»

«Perfilhando a concepção da *nacionalização industrializada*, cujas condições de realização êle se empenhará em definir, o Conselho Económico do Trabalho não deseja aliás perpetuar e consolidar a fórmula actual de estatismo, que em nada soube justificar as esperanças que nela haviam sido depositadas.

Como a compreende e reclama o movimento operário, a Nacionalização consiste na entrega aos produtores e consumidores associados, dos meios de produção e de troca de que eles foram desapossados em proveito de alguns individuos.

Desarmar o Estado, fazendo-o evolver para o instante em que não passará de representante dos organismos colectivos de produção e de repartição, tirar-lhe assim as fôrças de coerção que êle encerra, arrancar das mãos do Capital a direcção da economia nacional, dar ao Trabalho os direitos a que êste aspira e as responsabilidades que êle está apto para assumir, tal é a tarefa a executar.»

EMILIO COSTA.



DIFERENTES

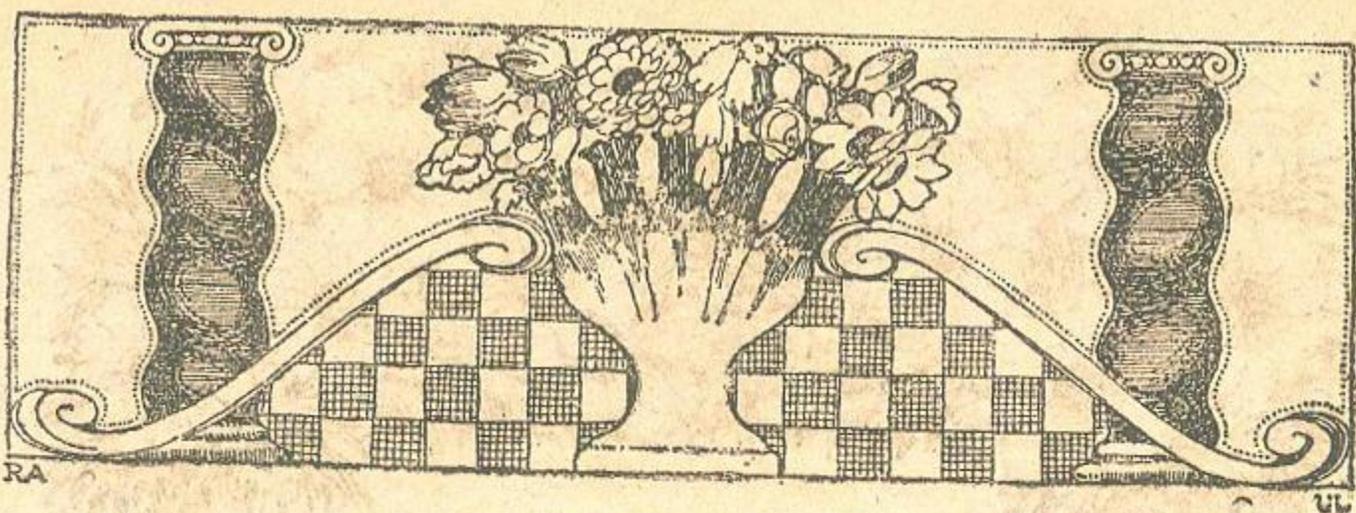
*«Fala comigo, amor. Conta-me tudo.»
Assim dizia a tua linda carta.
As saudades que sofre quem se aparta
E como eu sou feliz porque me iludo !*

*Custou-me que partisses. E, comtudo,
Murmurei ao sabel-o: «Pois que parta.
Aborreceu-se? Tambem eu estou farta.
E, se mudar, então tambem eu mudo.»*

*Foste. O que escreves são banalidades.
E contas-me sem sombra de saudades:
«Passeio... Mato o tempo, assim... assim...»*

*Comigo quasi o mesmo se está dando,
Mas, em vez de ser eu que o vou matando,
O tempo é que me vai matando a mim.*

VIRGINIA VICTORINO.



VISÃO MEDIEVAL

*Já sae Froylás, furente da albarrã
Já manda infantes levigar a liça
Já seu monteiro a atroç matilha atica
Já ruge a arraya pela barbacã!*

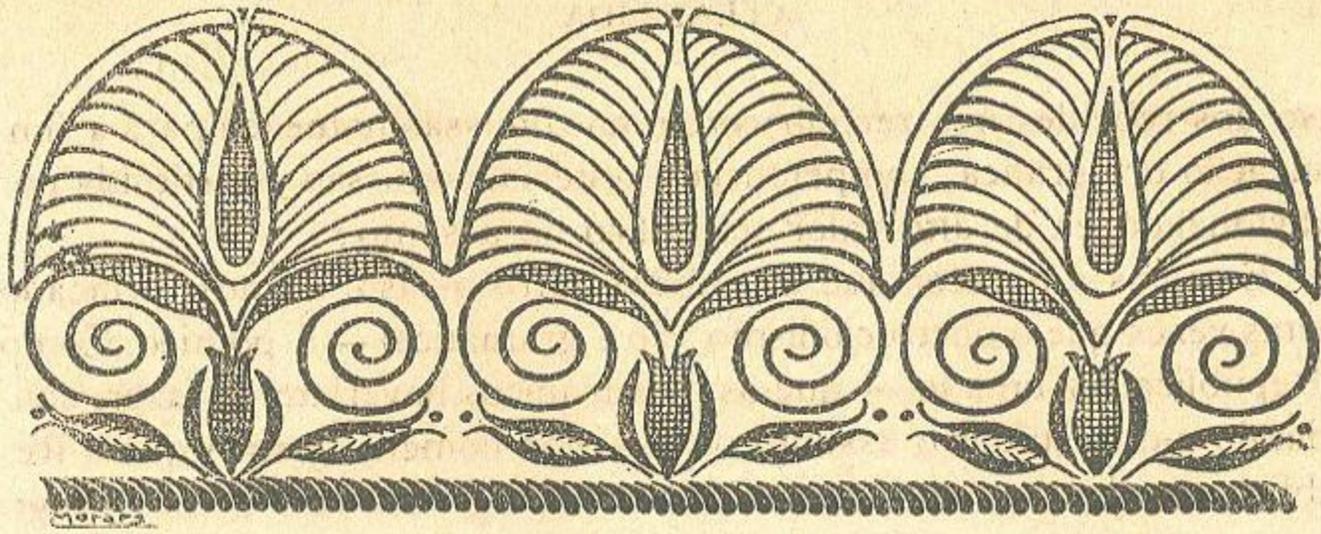
*Já vem Mafalda, a labios de romã,
Já toda nua vae soffrer justiça
Já baixa e geme a ponte levadiça
Já dobram sinos na feral manhã!*

*Já, solta, a adultera em carreira vae
Já dos alões a bronzea tréla cae
Já ruem, saltam, pela selva em fóra!*

*Já Ella expira envolta em seu cabelo
Já volta o Ardingo para o seu Castello
Já seus eychões lhe dão comer agora!*

HUMBERTO DE LUNA E OLIVEIRA.

(Do livro *Evocando*, no prélo de Aillaud Alves.)



A PROPÓSITO DE ORTOGRAFIA

I

O problema ortográfico entre nós, passados vários anos sobre um decreto que impunha oficialmente uma escrita simplificada e harmónica, ainda é um problema abundantemente discutido — até pelos que não podem entrar na discussão no exercício do seu cargo, e a quem impende observar rigorosamente a lei. Refiro-me aos estabelecimentos oficiais, onde parece que em cada terceiro oficial há um grande gramático «com muitos embriões de coisas», como Camilo dizia do famoso Lopo Vaz. Em verdade, na maior parte dos casos não se querem dar à canseira de ver atentamente o sistema ortográfico vigente, e continuam a escrever como dantes, isto é, sem casta de ortografia nenhuma. Se a Imprensa Nacional não revisse com cuidado tudo o que lá desagua dos ministérios, tínhamos que aturar. Os próprios livros de ensino nem sempre mantem uma revisão rigorosa. E cá fóra, nos jornais e nos livros que teem liberdade gramaticida, a simplificação vai-se fazendo, é certo, mas irregularíssimamente.

Ocorre perguntar: Com excepção dumas centenas de pessoas que sabem dar a razão da grafia preferida, não seria mais útil e mais práctico aos outros acatar a ortografia oficial? Não seria mais conveniente que saíssemos, visto que já é tempo, da trapalhada hilariante das ortografias para uso pessoal, sem pés nem cabeça? Dar-se há o

caso dos rebeldes não reconhecerem na comissão nomeada para a simplificação ortográfica, competência e critério, comissão constituída por individualidades de alto valor científico no assunto?

Está-nos a parecer que é também outro o caso. Temos verificado bastas vezes que o obstrucionismo não é gramatical — é político. Como a República fez uma lei — que os monárquicos haveriam de fazer, convidando para estudar o assunto os mesmos homens ilustres que a República escolheu — como a regularização ortográfica veio do novo regime, os monárquicos ferrenhos desataram a gritar — *Aqui de El Rei!* O grito era legítimo, mas só entre partidários destemperados, que aproveitavam o ensejo para evocar o soberano, limpando aquela «lágrima furtiva» do *Elixir de Amor*. Porque afinal de contas se nem o sr. D. Manuel tinha em grande conta, que saibamos, as questões de etimologia e de fonética, quanto mais o sr. D. Miguel, para os que se apegavam teimosos às tradições políticas e linguísticas de 1828!

Em muitos, a oposição era principalmente política. E' certo que havia os intransigentes, os tradicionalistas esturrados, do véelho feitiço português de «antes quebrar que torcer», da quintilha do bom Sá de Miranda, e havia os que, por uma razão estética ou de sugestão, defendiam certas formas como vasos sagrados e intangíveis para guardarem certas ideas e certas sensações. Eram artistas e poetas, que entendiam que os vocábulos cristalizavam definitivamente, sem se lembrarem de que a vida é uma transformação constante, e que as palavras teem a sua biologia; sem se lembrarem das teorias transformistas, applicadas à palavra por homens eminentes, que concluem que a linguagem é uma matéria sonora que o pensamento humano modifica sob a acção inconsciente da concorrência vital e da selecção natural; sem se lembrarem de que a língua vem da gleba, e que da portuguesa se poderá dizer como da sua afirma Anatole France: «*Le français naquit et se forma dans les travaux de la terre. Il est plein de métaphores empruntées à la vie rustique; il est tout fleuri de fleurs des champs et des bois. Et c'est là pourquoi les fables de La Fontaine ont tant de parfum.*»

Eram ainda os que aplaudiam a *boutade* de Rostand, ao debater-se em França a simplificação ortográfica, que em deliciosos versos afirmava que os vocábulos, na Academia Francesa, por trás das cortinas verdes das estantes venerandas, transidos de pavor:

*Commentaient la catastrophe
Comme dans «Œdipe-roi»!*

E o poeta de «Samaritana», numa *verve* irisada, defendendo a inalterabilidade das formas clássicas, exclamava:

Nous souffrons — avec deux ff!

Mas à parte a limitada minoria dos homens de espírito que aproveitavam o tema para divagações brilhantes, à parte o grupo já numeroso dos caturras, a grande maioria dos impugnadores da nova ortografia oficial era de madraços e de políticos. Defendiam os ataques com argumentos frágeis. Vieram à balha com os nomes de vários escritores mortos, e Camilo foi um dos mais clamados, talvez por ser um daqueles que menos lhes podia servir de escudo e amparo.

Deu-se até o facto de alguns intransigentes, de Portugal e do Brasil, não quererem ler as obras do Mestre impressas com a ortografia oficial. Reclamavam furibundamente as edições anteriores, os papiros sagrados! Não me consta, contudo, que reclamassem, na grafia do século xvii, as novas edições da «Carta de Guia de Casados».

Também liam Manuel Bernardes sem protesto. O caso era com Camilo: — dêste exigiam a grafia imaculada e perfeita, sem atropelos modernos, a que êles, em consciencia, chamavam jacobinos... Esqueciam-se de que o escritor prodigioso, se acaso os ouvia dêsse país de misterio, «donde viandante nenhum voltou ainda», devia rir-se a bandeiras despregadas — como os teria varejado em vida com sarcasmos scintilantes.

Em consciência, argumentar com a ortografia de Camilo era um desconchavo aflitivo. O grande romancista, iríamos jurá-lo, nunca meditou uma hora que fosse nesses problemas da linguagem. A sua obra enorme e resplandecente prova-o da maneira mais categorica e incontrastável. O gigante, a quem as letras portuguesas devem as suas maiores páginas de patético e de ironia — como se o riso esplêndido lhe viesse irisar as lágrimas — jãmais se importou com o figurino gráfico, nem com as formas em que devia vasar a sua grande paixão, escaldante como lava, ou o seu sarcasmo demoníaco, que lembrava por vezes o de Luciano e o de Heine.

Não era por ignorância, que o sabemos um humanista capaz de desenvencilhar tais problemas, se o quisesse. Mas, verdadeiramente, não lhe sobrava tempo para isso, na vertigem de publicista proteico e infatigável. A sua missão era outra — criadora e forte. E para quê? No seu tempo a ortografia era já caótica. Os que ainda pensaram nisso, como Herculano, acabavam por transigir com certos usos inve-

terados e incorrectos. Latino não quis apresentar um sistema ortográfico para o Dicionário da Academia das Ciências.

Os que tentavam estabelecer regras iam desanimando pouco a pouco, porque ninguém ou quasi ninguém os escutava. A sciência da linguagem trazia ainda as raízes fradescas, que se não se compadeciam com a vida latente das palavras, semelhante afinal à vida dos outros seres.

A evolução das formas, os problemas fonológicos, para nada entravam nos gabinetes de erudição monástica. A literatura tonificára-se, remodelára-se, ganhára asas magníficas. Garrett, o porta-bandeira genial da cruzada romântica, ensinára-os logo a amar as tradições e o povo, mas, sendo grande em tudo, não o foi na sua ortografia fantástica.

Os irmãos Castilhos (António e José) entranharam-se mais nos estudos a que nos referimos; não vingaram, porém, nenhum corpo de doutrina. Dos grandes, que vieram depois opulentar as letras, alguns tentaram ser quanto possível coerentes, e até alguns simplistas, dentro das formas geralmente aceitas. João de Deus, por exemplo. Mas nenhum se resolveu, felizmente, a estorvar a realização da sua obra, entregando-se a valer a discussões e a lucubrações demoradas, que evidentemente seriam para elles deploravelmente esterilizadoras. A outras entidades cabia de-certo velar pela harmonia gráfica e pela correcção prosódica. E essas não encaravam a sério o problema. Pouco a pouco vieram aparecendo alguns homens de saber e raro mérito, que insistentemente prègaram e foram semeando a bôa semente, que veio a fructificar no decreto da Republica — o qual ainda encontra agora, neste esfíngico alvorar do século xx, tantas más vontades, arrimadas a desconchavos deliciosos.

Mas, voltando a Camilo, que tem sido, repetimos, o lábaro mais agitado pelos que inutilmente se teem vindo esforçando por atacar os iconoclastas — será bom destacar algumas das suas incoerências gráficas, colhidas à pressa, e folheando apenas umas dezenas de fôlhas, salteadamente, em três ou quatro das suas obras. Além das irregularidades ortográficas que se dão de volume para volume, as incoerências são abundatíssimas no mesmo livro, e até aparecem com frequência na mesma página. Preferimos volumes da ultima fase do grande escritor, nas primeiras edições revistas por êle. Um ou outro desses livros traz erratas, rectificando o sentido deturpado; em nenhuma, porém, Camilo se dá ao trabalho de corrigir as formas imperfeitas, e até erróneas, e que êle estava farto de saber que o eram. *De mini-*

mis non curat prætor. E o leitor verá à evidência, nos exemplos que registamos, se o maçavam ou não essas minúcias. Êle próprio cita no «Cancioneiro Alegre» a conhecida frase de Edgar Poë — «fazendo ardentes votos pela abolição da ortografia e da pena de morte.» E que os gramáticos empertigados e secos lhe foram antipáticos, claramente o manifesta, referindo-se a Camões: — «Tinha caído (Camões) em mãos esterilizadoras de gramáticos, que desbotam sapientíssimamente tôdas as flores que tocam, apanham as borboletas, pregam-nas para as classificarem mortas, e abrem listas de hipérboles e metáforas para tudo que transcende a legislatura codificada de Horácio e Arisróteles». Os velhos gramáticos eram, na realidade, quási sempre pessoas deploravelmente inestéticas!

Vejam os agora, leitor benévolo, o grande número de incoerências em alguns passos de «Maria da Fonte». Os algarismos indicam as páginas: — *Grandezas*, 14; *grandesa*, 372; *sensasoens*, 16; *relações*, 53; *Cazas*, 18; *casa*, 28; *Cazaria*, 113; *casas*, 119; *sanctos*, 19; *santo*, 57; *crusados*, 24; *cruzar*, 35; *gasetas*, 64; *gazetas* («Brasileira», 97); *prezas*, 26; *preso*, 262; *borbotões*, 91; *facçoens*, 98; *juiso*, 96; *juiço*, 96; *tres*, 131, 135; *trez*, 142, 164; *capitães-mores*, 18; *capitaens-mores*, 135; *depozesse*, 135; *disposesse*, 142; *rapaz*, 102; *rapasices*, 102; *cazaria* 113; *casas*, 119; *pesaram*, 24; *pezava*, 172; *granisou*, 116; *granizada*, 97; *auctor*, 27; *authoridade*, 121; *ladrões*, 123; *muniçoens*, 123; *liza*, 72; *lisamente*, 420; *crize*, 144; *crise*, («Brasileira», 356); *poseram*, 102; *depoz*, 162; *transito*, 157; *trançar*, 175; *preza*, 235; *preso*, 236; *dizem*, 339; *diser*, 340; *idade*, 33; *idade*, 355; *larachas*, 112; *laraxas*, 317; *brasileira*, 16; *brasileiros*, 377; *Tras-os-Montes*, 154; *Traz-os-montes*, 361... Seria um nunca acabar.

Vamos a outro: «O General Carlos Ribeiro»:

Galardões, 14; *sessoens*, *lucubraçoens*, 16; *edades*, 20; *idade*, 23; *casa*, 26; *caza*, 58; *criada*, 28; *creadas*, 41; *casara*, 29; *cazar-se*, 34; *luzitano*, 36; *lusitano* («Maria da Fonte», 75); *rasão*, 43; *razão* («Brasileira», 93); *cosinhava*, 49; *cozinha*.

Vejam algumas páginas dos «Vulcões de Lama»:

Abantesma, 212; *avantesma*, 212; *portuguez*, *francez*, 12; *portugueses*, *franceses*, 13; *lindeza* 13; *pobresa*, 216; *meses*, 15; *mezes*, 21; *tormenta eminente*, 15; *reputação imminentissima* («Maria da Fonte», 15).

Na «Brasileira de Prazins»:

Egreja, 26; *igreja*, 156; *razão*, 93; *rasão*, 386; *pagans*, 49; *christãs*, 81; *irmã*, 85; *cans*, 105; *tristeses*, 140; *certeza*, 145; *deli-*

cadosa, 153; *estreiteza*, 180; *cosinha*, 106; *cozinha*, 156; *defesa*, 50; *despezas*, 55; *castanhas cosidas*, 57; *cozido abundante*, («Maria da Fonte», 160); *quisera*, *quiz*, («Mosaico», 18); *resa*, 177; *rezam*, 187; *prosa*, 283; *proza*, 322; *nauzeas*, 320; *nauseas* («Maria da Fonte», 418); *creança*, 325; *criança*, 336.

Como se vê, apenas uma limitadíssima amostra, não querendo nós alongar esta lista com as numerosas formas erróneas que apparecem disseminadas nesses e noutros volumes, e que o Autor conhecia bem serem incorrecções, mas que nem sequer, como dissemos, rectificava nas erratas. Por exemplo:— *Vadiar o rio* («Maria da Fonte», 156); *naçal*, *ibidem*, 100; *hopoponax*, *ibid.*, 141; *cellote da égua*, *ibid.*, 225; *perrechil*, *ibid.*, 417; *syderal*, *ibid.*, 417; *agonia archejante*, *ibid.*, 72; *siganagem* («General C. Ribeiro», 38); *eggresso*, *ibid.*, 55; *paysagem*, («Brasileira», 28); *emmerge*, *ibid.*, 391; *deffeza*, («Mosaico», 47); *ethico* por *hético* («Brasileira», 7).

JÚLIO BRANDÃO.



LA VIE À PARIS

Paris reçoit la croix de guerre. — La plus belle «Marseillaise». — La bagatelle d'une porte où le bon goût a-t-il de l'importance. — Luxe tentant des automobiles. — Le puzzle électoral. — Maurice Maeterlink à la Comédie-Française. — Ubaldo Oppi; l'enchantement de l'oeil qui conduit à la méditation — Neige pour le jour des morts.

Paris, sous la voilette tissée de soleil et d'humidité d'un brumeux automne, a reçu, ce mois-ci, la croix de guerre. Sans doute l'avait-il bien mérité. M. Poincaré, au milieu d'un grand concours de peuple, avant d'épingler sur l'écusson de la ville, le ruban vert et rouge qui soutient les glaives croisés, a rappelé la conduite confiante et magnifique de la capitale au moment où se rua l'invasion des barbares.

«S'il est vrai que la postérité commence aux frontières, dit-il, Paris peut entendre aujourd'hui dans la voix de peuples libres, l'hymne d'admiration que lui réserve l'avenir,

«C'est la France qui a été pendant quatre années d'une guerre universelle, l'avant-garde du genre humain aux frontières de la liberté, et c'est à Paris qu'a battu le coeur de la France. Aussi, le monde entier avait-il les yeux tournés vers la grande cité que l'envie avait autrefois si basement calomniée, et il l'a vue aujourd'hui telle qu'elle est dans la réalité, vivant exemple de bravoure et d'endurance autant que maîtresse d'élégance et de beauté.

«A la croix de la Légion d'Honneur que la Ville de Paris porte déjà dans ses armes, le gouvernement de la République a voulu joindre cette croix de guerre, qui, sur la poitrine des soldats et des chefs, est l'insigne glorieux de la valeur militaire et du devoir courageusement accompli. Que vienne, à cette croix, s'agenouiller l'histoire!».

Il ne reste rien à dire après des paroles aussi mesurées, aussi justes. La capitale reçut cette distinction avec «une ferveur faite de douleur et de fierté», Chacun de ceux qui traversèrent avec elle les jours et les nuits épuisants de 1914 à 1918, en ressentirent un peu d'honneur, et leurs souffrances furent mieux unies à celles de Reims, Dunkerque, Cambrai, Douai, St Omer, Amiens, Montdidier, Péronne, Calais, Albert, Valenciennes, Béthune, Bazeilles, Nancy,

Longwy, Thann et Strasbourg, admirables martyres glorieuses, consacrées par la douleur et l'amour de la Patrie.

Et soudain, tandis que le Président du Conseil Municipal élevait à bout de bras le panneau des armes de la Ville, éclairé d'une étoile nouvelle, et le montrait au peuple, quinze cents voix d'enfants se mirent à chanter la Marseillaise; le timbre des petites voix claires scandait le rythme enflammé de l'hymne avec une jeune passion. Tous ceux qui étaient là, songèrent alors que c'était la plus belle Marseillaise qu'ils aient jamais entendue, car c'est pour que des enfants puissent ainsi la chanter que ceux que nous pleurons sont morts.

«Les députés s'en sont allés avec les feuilles. Les derniers sursauts du corps législatif qui ne voulait point mourir n'ont pas apitoyé l'opinion. Les yeux se sont détournés du cadavre. Que son oeuvre ait été bienfaisante ou néfaste, c'est bien plus tard qu'on pourra justement le dire. Actuellement on attend avec une impatience assez vive, les résultats de la consultation électorale du 16 Novembre. Mais surtout on lit avec angoisse les articles que consacrent les gazettes aux modalités du scrutin adopté. On se perd dans le système des listes, dans les quotients proportionnels, dans la représentation des minorités. J'avais cru comprendre d'abord qu'il s'agissait de barrer sur une liste imprimée qui constitue le bulletin de vote, les noms des candidats qui vous sont antipathiques pour les remplacer par les noms de ceux qui vous sont sympathiques. Mais depuis... Quant à la répartition des sièges, c'est un casse-tête qu'il faut laisser aux gens mieux informés que nous.

«N'empêche que bon nombre d'électeurs, conscients de la responsabilité qui dort au pli des bulletins prêts à être jetés dans l'urne, s'inquiètent à juste raison de comprendre ce qu'on leur demande de faire. Ils ne le comprennent pas, ou le comprennent mal. De là un léger malaise, une hésitation momentanée.

Sur quelle pente roulera le fleuve, la majorité de la future chambre sera-t-elle socialiste ou non, on n'en peut rien savoir. Rarement, semble-t-il, a-t-on marché ainsi à l'aveuglette. Mais comme il paraît que la fortune est aveugle, je ne vois point pourquoi ceux qui la recherchent, ne s'avanceraient pas vers elle, eux-aussi les yeux fermés. C'est peut-être le meilleur moyen de la reconstruire. *Catch as catch can*, disait-on avant la guerre.

On a beaucoup parlé, ces temps-ci, de la reproduction de la victoire de Samothrace émergeant d'un tank, qui fut dressée sur le seuil du xv^{ème} Salon de l'Automobile au Grand Palais. On a dit, au sujet de cette allégorie, bien des choses qui étaient justes, et bien des choses qui l'étaient moins. Il n'apparaît point qu'une pareille adaptation des chefs-d'oeuvre aux manifestations de la réclame moderne soit absolument indispensable, et si les tanks ont sans nul doute, collaboré à la victoire, le symbole que l'on réalisa était peut-être un peu grossier.

On en parlait beaucoup, mais à la vérité l'on ne s'arrêtait guère à cette bagatelle de la porte. Les uns passaient en souriant, et pour ceux-là qui comprenaient, cela n'avait pas d'importance; les autres, qui s'arrêtaient et admiraient, c'est qu'ils trouvaient cela bien; pour eux non plus, cela n'avait pas d'importance.

On entrait. Et c'était dans tout le hall du Grand Palais, ce spectacle, qu'on n'avait point vu depuis cinq années, des stands multiples où reposaient sur de moelleux tapis les beaux châssis, luisants et précis comme des mouvements d'horlogerie, les carrosseries ingénieuses ou confortables qui évoquent la vision de merveilleuses promenades balancées au rythme des moteurs allègres et puissants.

Images d'un luxe tentant, et qui semblerait paradoxal en ces temps de récriminations contre la vie chère, si nous ne savions que les usines des grandes marques, anciennes ou nouvelles, ne suffisent point à livrer les commandes, et que les voitures de 25 ou 30.000 francs s'enlèvent par série, comme les timbres poste.

«C'est à n'y rien comprendre,» dit-on. Formule commode et qu'on semble aimer fort; il nous plaît de l'adopter ici, d'ailleurs, car en vérité nous ne saurions pas résoudre ce problème d'économie politique. «Tout ira bien dans les finances, pourvu que l'on ait confiance,» selon les dernières paroles de M. Klotz.

Soyons donc pleins de foi et contentons-nous d'admirer, avec le public venu en foule les progrès de l'industrie automobile accomplis durant ces cinq années, qui furent une rude école d'expérience et d'endurance.

Il y a environ un quart de siècle, un petit drame «*Intérieur*» avait été représenté par les soins d'un théâtre d'avant-garde. A cette époque Maeterlinck n'était encore que le «petit Shakespeare de Gand»; on connaissait de lui des vers dont la fluidité et le charme enveloppaient comme de la musique, des pièces de théâtre dont le symbolisme profond de la pensée s'extériorisait en des phrases toutes simples, était rendu tangible, en quelque sorte par des alliances de mots dont la résonance venait secouer, au fond du coeur, des cordes qui n'avaient point vibré jusque là.

Intérieur, ce petit drame, vient d'entrer au répertoire de la Comédie-Française. C'est la consécration d'un des plus grands poètes de notre temps. Elle est venue bien tard, et vraiment on ne peut point dire que notre théâtre national ait risqué là, pour le plus grand bien de l'Art, une bataille comme on aimerait qu'il s'en livrât souvent sur le plateau de la première scène française. Ne chicanons point notre plaisir. Il est bien que *Intérieur* ait été représenté par les comédiens de l'Etat au mois d'Octobre de l'an de grâce 1919; il eut été mieux que ce fût plus tôt. Mais il y a longtemps que nous avons dû nous habituer à nous contenter de ce qu'on nous offre.

On connaît trop bien le sujet du drame, qui a fait le tour du monde pour qu'il soit nécessaire de rappeler les détails de l'action. Une famille veille sous la lampe, heureuse, tranquille. Le malheur frappe à la porte; une des

filles s'est noyée; on va rapporter son cadavre. Sur le seuil, le malheur, personifié par un vieillard chargé d'annoncer la mauvaise nouvelle, hésite. Hélas! on ne va point contre le destin, il faut qu'il entre. Voilà tout.

Et c'est un des plus hauts problèmes de la vie qui est posé devant nous. Tout le poids du déterminisme qui pèse sur les êtres et fait courber leurs épaules, est évalué dans la balance souveraine du poète. Le destin est en marche; nous assistons à la recontre de l'homme avec cet accident qui lui est réservé par le sort, qui se prépare dans le creuset de l'avenir depuis que l'ordre du monde est établi. L'homme va; il a sur les yeux le bandeau du présent et le futur marche à sa recontre d'un pas si léger qu'il ne l'entend point venir. Effroyable isolement des êtres, emprisonnés par tous les aspects, par tous les sons, par tous les sentiments qui les entourent; mystère imprévisible, qui est là, tout près de nous, le poing levé pour frapper à la muraille de l'instant, inviolable et fragile muraille perpétuellement abattue et perpétuellement rebâtie tout autour de nous depuis la seconde où nous naissons dans le temps.

Le miracle de Maertinck c'est, avec des mots si simples, des phrases si quotidiennes que nous les entendons chaque jour, d'éclairer de lueurs inconcues ce mystère dans quoi nous baignons, cette atmosphère seconde, si l'on peut dire, que nous respirons sans cesse insensiblement, et qu'il nous rend perceptible.

Les spectateurs du Théâtre Français ont triomphalement accueilli l'autre jour la répétition générale d'*Intérieur*, et dans les applaudissements se mêlait à l'admiration pour le poète le regret d'avoir été si longtemps privé d'une émotion de pareille qualité,

A la fin de ce mois, une Exposition va fleurir aux murailles de la Galerie Devambez qui révélera au public un peintre: Ubaldo Oppi.

Une vingtaine de toiles, pas davantage; quelques figures, quelques paysages. Mais cela suffit pour assister à l'évolution d'un artiste, arrivé aujourd'hui à une maîtrise absolue de son métier et de son art. De 1912 à 1919, à Paris d'abord puis dans un camp autrichien où il fut deux ans prisonnier, en Italie, enfin, dont il revient à peine, Oppi a travaillé avec une foi et une ardeur extrêmes. Dirigé par une logique volontaire, une clarté saisissante dans la composition, soutenu par une technique du dessin, à la fois raffinée et dépouillée, il a réussi, dans une synthèse harmonieuse, à concilier les enseignements qui nous viennent des maîtres avec les directions de la peinture moderne. Rien n'est plus émouvant que de suivre, d'année en année, depuis les premiers tableaux conçus dans un parti-pris bleuâtre, un peu secs encore, et durs, jusqu'à ceux qu'il vient de peindre éclatants de lumière et de couleurs, l'effort de l'artiste qui force l'un après l'un, les voiles qui lui cachaient l'univers à se lever devant ses prunelles. On croirait assister au réveil d'un jour, lorsqu'à la petite aube, brumeuse et grise, où les douces teintes — verdure des arbres et des champs, roses des toits inclinés du village, — toujours de plus en plus soutenues, jusqu'aux coups de pinceaux victorieux des premiers rayons du soleil. Rare éclosion d'un talent qui commence par où il faut commencer. Nous n'y sommes guère accoutumés.

Certes, dès le début, Oppi savait voir et savait exprimer. Son « Ouvrier assis à la table d'un cabaret » près d'un gobelet vide, a déjà dans les yeux tout la misère de la vie, hargneuse à ceux qui peinent pour gagner leur pain, et nous la fait partager. Mais son dessin était encore un peu troublé, l'ordonnance du sujet, légèrement hésitante. Arrêtez-vous, après cela devant sa dernière toile, « La médiocrité résignée » ; toutes les imperfections ont disparu. C'est un chef-d'oeuvre. Deux femmes, la mère et la fille, sans doute ; immobiles, les mains croisées, debout ; près d'elles, une petite table ronde recouverte d'un tapis bleu ; sur la table, un pot de fleurs en terre cuite, sans fleurs. Les deux femmes regardent droit devant elles, vers nous ; *elles tournent le dos à la fenêtre*, ouverte sur la ville. Et l'on a l'impression que jamais elles ne se retourneront, que jamais elles ne verront ce qui se passe dans la rue, par la fenêtre ouverte. Elles n'en sont point malheureuses, leur regard est clair et franc, leurs mains calmes ; les mains de la mère surtout, crevassées de fatigue, grossies par la besogne quotidienne ; on les devine promptes encore à épousseter la table, à essuyer le vase, à broser le tapis, à entretenir l'intérieur si propre et si net, mais trop lasses pour, la tâche une fois accomplie, se tendre vers la vie. Ces deux femmes ne sont pas malheureuses, elles sont résignées.

Et l'on peut méditer devant cette image, dont l'atmosphère si simple vous pénètre peu à peu. Les visages sont tellement purs que l'on se demande si la résignation qu'ils expriment n'est qu'une faiblesse médiocre, ou le plus haut sommet de la sagesse.

Voilà où est la beauté de cette peinture, où devrait être la beauté de toute peinture : un enchantement de l'oeil dont le reflexe conduit à la méditation. Le cubisme et autres maladies de l'art moderne ont beaucoup fait parler de peinture cérébrale : simplification, synthétisation, extériorisation de la pensée pure ; des lignes, des formes, des couleurs qui ne soient que le graphique d'une opération mentale. Mais c'est prendre le moyen pour le but, vouloir transformer un objet d'émotion plastique en un disque de gramophone à raisonner. Un beau tableau est toujours et sans qu'on sente qu'il le veuille, de la peinture cérébrale parce qu'il nous incite à réfléchir. L'exégèse savante des théoriciens de l'art en cubes ne vaudra jamais les puissantes ou les sensibles rêveries qui nous ravissent devant l'oeuvre d'un maître... devant un Ubaldo Oppi, serais-je tenté d'écrire, s'il n'était point mésséant de préjuger du verdict de ceux qui viendront après nous.

Et voici qu'aujourd'hui, 2 Novembre, où j'écris les dernières lignes de cette chronique, à travers les vitres froides de ma fenêtre, je vois tourbillonner les rafales d'une neige précoce.

Deux novembre. « Le jour des morts est la cime de l'année, » disait jadis Maurice Barrès. Et sans doute, est-ce vrai, cette année-ci plus que toutes les autres. Vers les quinze cent mille morts que la France avait pleurés dans la gloire, au pied du cénotaphe dressé sous l'Arc de Triomphe, le 14 Juillet dernier combien s'en sont allés aujourd'hui par les chemins défoncés du front, jusqu'aux cimetières épars des Voges à la Manche ? ; combien ont cherché parmi

les tombes hâtives, éprouvées par le flux et le reflux des batailles, la place exacte où furent confiés à la terre les corps sacrifiés ? La chaleur du combat, l'ivresse de la gloire, l'exaltante et sombre ardeur du dévouement, la fraternité du plus noble risque sont passés, il n'y a plus que des croix de bois noires, des tertres dépouillés, et la neige qui tombe...

Pardonnez-moi. Voici qu'au lieu de vous dire encore les quelques mots que je voulais je viens d'écrire des vers. Les voici. Peut-être un peu de l'émotion qui fit trembler ma plume tandis que je les composais vous atteindra-t-elle, et ce sera mieux que je n'espérais.

NEIGE POUR LE JOUR DES MORTS

Mon Dieu, vous avez fait tomber la neige pure.

*On les avait couchés dans des tombes obscures
Pour dormir le sommeil qu'on ne réveille pas.
L'uniforme raidi du sang noir des combats
Laisait le sol baiser les lèvres des blessures.*

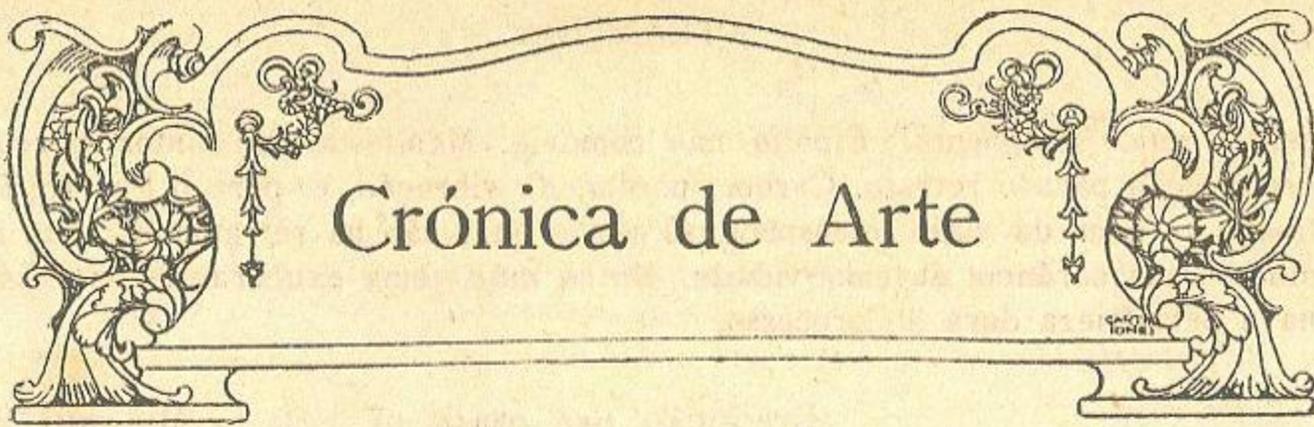
Mon Dieu, vous savez mieux ce qu'il nous faut que nous.

*Les hommes avaient fait de leur mieux pour ces hommes.
Une croix de bois noir, le non dont on les nomme
Pour que la mère sache où se mettre à genoux.
Ils leurs avaient donné les lauriers, la victoire
Et tout l'immense amour avec toute la gloire...
Mais ils n'avaient pas pu leur donner de linceul.*

Les hommes ne font pas ce que Vous pouvez seul.

*Mon dieu vous avez fait tomber la neige pure.
Et pour tous ceux couchés dans des tombes obscures
Vers lesquels aujourd'hui marchent les pas tremblants,
Vous avez voulu couvrir, à points de flocons blancs,
Paur voiler l'uniforme et cacher la blessure,
Le plus doux, le plus vaste et le meilleur linceul.*

J. N. FAURE-BIGUET.



Crónica de Arte

AS EXPOSIÇÕES

EXPOSIÇÃO DE ARTE DE ADRIANO COSTA, JOAQUIM COSTA, TEODÓSIO FERREIRA, ALBERTO DE LACERDA E FERNANDO DOS SANTOS.

Foi a primeira exposição desta época, que se anuncia fértil em expositores, oxalá que com proveito não só das bolsas como da arte.

Os novos artistas Joaquim Costa, Adriano Costa, Teodósio Ferreira e Fernando dos Santos haviam feito, já este ano, a sua exposição num atelier ás Avenidas novas. Vieram agora para uma das salas da Nacional, tendo-se-lhes juntado mais outro expositor, Alberto de Lacerda.

A' primeira vista, julgar-se-ia tratar-se dalgum grupo, desejoso de marcar lugar á parte. Creio que só os prendem os laços da camaradagem, pois que, diversos nas tendências, nenhuma característica especial os irmana, a não ser, além da juventude, a boa-vontade.

De novo, pouco trouxeram. Alguns dos trabalhos têm até sido exibidos com tanta insistência, que só conseguiram acentuar as suas fraquezas.

Como da primeira vez, as melhores promessas assinava-as Joaquim Costa, que aos interiores da Sé e às suas flores delicadas acrescentou interessantes notas do palacio e jardins de Queluz. Pena é que, na ância manifesta de produzir depressa, se desmere por vezes no desenho; senão imperdoável a um discípulo de Columbano, o meticuloso. Um pouco cruas de alvinitência também as suas estátuas do Versailles saloio.

Fernando dos Santos foi dos que mais trabalhou. Dado num tom curioso, o *Retrato da Menina M. B. M. T.* revelava um sobrio esforço. O *Chale antigo* orientava-se num louvavel sentido decorativo, inteiramente comprometido pelo banalíssimo cromo da *Noite*. No quadro maior, *Dia de feira*, a figura do pedinte lazarento, colocada na máxima evidência, reatestava a desastrosa simpatia com que, ainda imbuidos de tendências pseudo-naturalistas, hoje completamente destronadas, os pintores cá da terra preferem o que é triste, feio, mórbido, afflitivo, ao que é sadio e alegre e gracioso e deleitante, como se a desgraça fôsse, só por si, um tema mais artistico do que a felicidade, e o aleijão suplantasse em atractivos o sorriso. Por se tratar dum pintor em comêço, o caso não deixa de ser sintomático como tara herdada de passadas gerações, para as quais, na pintura, com raríssimas excepções, os poucos momentos de sonho fôram momentos de pesadelo.

De Adriano Costa, olhavam-se sem enfado alguns aspectos de Sintra, como a *Abside de Santa Maria*, sucedendo outro tanto a certas manchas beiroas de Teodósio Ferreira.

Péssima de côr e falha de movimento a *Cabra-cega* de Alberto de La-

cerda, cujo sentimental *Espólio* não comovia. Manifesta êste pintor marcada predilecção para o retrato. Carece, porém, de vibração, e, para o género, falta-lhe o dom da visão introspectiva, sem o qual não há retratistas. Salta aos olhos a sua carência de emotividade. *Minha mãe*, tema exuberante, impressionava pela frieza dura do processo.

EXPOSIÇÃO DAS OBRAS DE LUÍS DE MIRANDA PEREIRA DE MENESES (VISCONDE DE MENESES).

O carinho com que, assistida por Mestre Columbano, a Senhora D. Elisa de Meneses tem últimamente diligenciado chamar as atenções sôbre a arte de seu pai, é um facto tocante de devoção filial.

Como a exposição dêste verão coincidissem com o exodo lisboeta, não quis a ilustre dama que os que cá não estavam nessa ocasião deixassem de inteirar-se dos méritos do Visconde de Meneses como pintor, e, acrescentada com muitos desenhos e algumas aguarelas, reabriu-a, por poucos dias, na Bobone.

Desenhando, Pereira de Meneses confirma as qualidades e os defeitos que lhe apontámos aqui como pintor: a elegância, o cuidado, a reduzida personalidade.

Agora, como em Julho, a obra que, concordemente, retinha com demora os olhares era o grande, o belo retrato da Viscondessa de Meneses, fidalgamente doado por sua filha ao Museu de Arte Contemporânea, onde vai destacar como uma das telas mais vistosas.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS DE LEITÃO DE BARROS.

Muito novo, ao que me informam, Leitão de Barros poderá vir a marcar, se às muito apreciáveis qualidades de côr e de elegância, que até agora tem revelado, conseguir juntar a solidez de traço e a segurança de técnica, cuja falta imprime, por enquanto, às suas aguarelas o character frívolo de simples coisas bonitas.

Isso mesmo, nem sempre: Custa, por exemplo, a perdoar a um artista môço a vulgaridade tão banal da *Rapariga dos jornais*, com os títulos das gazetas bem escarrapachados, do *Padre-nosso* e da sentimental pieguice *O Coval 2001*, tirantes às capas do antigo *Blanco y Negro*.

De resto, a figura não é o forte de Leitão de Barros, que outros dotes poderiam vir a distinguir como ilustrador. Demonstra-o *A Visita*, que a amortalhada dama comprometia. Abre-se-lhe, porém, o vasto campo da decoração. As suas melhores afirmações, nesta desigual exposição da Nacional, são dum intimista, dum animador de coisas decorativas e graciosas: jarras velhas, figurinhas, castiçais, móveis de estilo, flores agrupadas, pôlpas de frutos sumarentos. O N.º 35, *Os Abat-jours vermelhos*, era dum lindo arranjo.

Felizes também alguns dos apontamentos de viagem, a contrastarem com a pobreza excessiva daquelle tão cadaverico Paço de Sintra.



Abriu a época musical a 16 de Novembro, o primeiro concerto sinfónico Viana da Mota, com um programa em que figuravam obras de Wagner, Saint-Saëns — estes dois irreconciliáveis, por ironia, ao lado um do outro — Mendelssohn e Bizet. Ouvindo a abertura dos *Mestres Cantores* não hesitamos em aceitar a doutrina de Vincent d'Indy de que a harmonia é um encontro de contrapontos, porisso que o contraponto de Wagner, como o de Bach, é sempre a mais bela das harmonias. Na execução tivemos ocasião de notar as puras tradições wagnerianas do sr. Viana da Mota, um dos mais entusiásticos propagandistas da religião de Bayreuth, numa época em que na própria Alemanha, essa propaganda não encontrava senão dificuldades e oposições. Além de levar o andamento um pouco mais rapidamente e menos pesado do que a maioria dos regentes latinos, o sr. Viana da Mota, não acentua com grande vigor a primeira arrancada do tema dos Mestres, guardando cuidadosamente este efeito, para, com um leve *rallentando* lhe dar toda a sua força na peroração.

A bacanal do *Sansão e Dalila* pertence decididamente ao género inaugurado por Félicien David na música franceza, género que abrange a *Africana*, os *Pescadores de pérolas*, o *Rei de Lahore* e póde bem ser classificado de orientalismo de quinquilharia. No entretanto, e até neste bailado Saint-Saëns é sempre o músico latino que melhor sabe trabalhar um tema.

Ouvimos com prazer a sinfonia italiana dêsse Mendelssohn de quem os estétas *snoobs* que não distinguem Schumann de Mozart usam dizer mal porque algumas pessoas entendidas defendem essa opinião. Nunca nos pareceu uma opinião tão errada. A sinfonia é, na verdade, encantadora, sobretudo o primeiro andamento, maravilha de forma e de instrumentação. A terceira parte do programa era toda ocupada pela 1.^a *suite* da *Arlésienne* de Bizet com uma inovação, a nosso vêr muito feliz: a adjunção como 5.^o andamento da *farandole* da 2.^a *suite*, o que dá no fim, com a *rèprise* do tema do preludio, a conhecida marcha de Turenne, uma bela impressão de unidade. A orquestra sob a batuta inteligente do nosso illustre compatriota, distinguiu-se principalmente no *Adagietto* e na *farandole*.

No segundo concerto figuravam obras francezas modernas como o *Wallenstein* de Vincent d'Indy e o *Apprenti Sorcier* de Dukas. O *acampamento de Wallenstein*, obra muito berlioziana, cheia de vivacidade e de brilho, foi pela primeira vez executada em Portugal por Camille Chevillard ha uns quatorze anos. Nessa ocasião o público de Lisboa recebeu-a com frieza, agora festejou-a

entusiasticamente, considerando-a sem dúvida de muito fácil compreensão, comparada com o Debussy, com o Ravel a que já está habituado. A transcrição para orquestra só, que Busoni fez do admirável *Benedictus* da *Missa Solemnis* de Beethoven, agradou muito pela habilidade com que as vozes estão substituídas dentro da técnica orquestral da época, o que faz sobressair com todo o relevo as altíssimas belezas duma das mais geniais criações do espirito humano.

O terceiro concerto tinha como peça de resistência a terceira sinfonia de Saint-Saëns, uma das mais elevadas interpretações do sr. Viana da Mota, incluindo também o programa obras de Grieg, Smetana, Järnefelt e Wagner.

A 7 do corrente inauguram-se os concertos Blanch da actual estação. No programa: a patética de Tschaikowsky, o *Prélude à l'après-midi d'un faune* e o *Egmont* e os *Mestres Cantores*. Execução boa especialmente da sinfonia de Tschaikowsky.

Mademoiselle Antoniette Aussenac, de novo entre nós não quiz deixar de corresponder aos desejos dos numerosos admiradores do seu talento tão pessoal organisando uma série de recitais historicos, partindo de Bach e Beethoven e passando pelos românticos até Cesar Franck e os mais modernos francezes. No primeiro concerto dessa série fez-nos ouvir a *tocatta* em ré e um *andante* de Bach e duas sonátas de Beethoven trechos a que imprimiu toda a intelligência da sua aguda sensibilidade que tão sem esforço nos abre horisontes novos atravez de obras conhecidas. A própria sonáta op. 31 n.º 3, que pertence como é sabido á primeira maneira do mestre de Bonn, pareceu naquela noite como que transfigurada.

LUIS DE FREITAS BRANCO.



Notícias & Comentários

VEIGA SIMÕES

Colabora pela primeira vez na *Atlantida* o sr. dr. Alberto da Veiga Simões, consul geral de Portugal em Christiania, homem de letras com a sua reputação feita e economista distintissimo. Pelo seu «Programa de politica comercial com o Brasil», onde se mostra uma profunda sciência das cousas brasileiras aliada a um largo poder de synthese que lhe sugere para cada problema apontado uma solução pratica e rapida, poderão os leitores aquilatar dos seus conhecimentos acêrca das relações de politica economica entre Portugal e a grande Republica irmã, relações que já anteriormente estudou em dois volumes: *Daquem e Dalem Mar* e *Interesses Portugueses na Amazonia*.

EUGENIO DE CASTRO

Honra tambem as paginas desta revista, Eugenio de Castro, o poeta illustre a quem a literatura portuguesa deve algumas das suas melhores paginas. Agradecendo ao eminente homem de letras a sua colaboração, a *Atlantida* regosija-se por poder apresentar aos seus leitores, em primeira mão, uma das pedras dos *Camafeus Romanos*, o novo livro do poeta, a sair.

NUNES BRANCO

Saiu lamentavelmente mutilado o artigo d'este nosso illustre colaborador. Até o nome veio errado!

Que Nunes Branco perdoe estes lapsos tipograficos e aceite, com as nossas desculpas, as nossas homenagens sinceras e reconhecidas pela sua valiosa colaboração.

O proximo numero da "Atlantida"

O proximo numero da ATLANTIDA, a sair a 15 de Fevereiro, será, como os dois precedentes, duplo, referente a Janeiro e Fevereiro de 1920.

Colaboração de Ferreira Simas, Henrique de Vilhena, Augusto Casimiro, Vieira Correia, Carneiro de Moura, Alfredo Guimarães, Francis de Miomandre, Florent Schmitt, etc.

ATLANTIDA

Bureaux à PARIS — 20, Boulevard Montmartre

POUR TOUT CE QUI CONCERNE LA
RÉDACTION ET L'ADMINISTRATION
DE ATLANTIDA S'ADRESSER À

M. GRAÇA ARANHA

Directeur de ATLANTIDA

20, Boulevard Montmartre—PARIS

José Henriques Totta & C.^a

BANQUEIROS

(Antiga casa Fortunato Chameço Junior, fundada em 1843)

Effectua as seguintes transacções bancarias:

Compra e venda de cambiaes. — Desconto de letras no paiz e no estrangeiro. — Compra e venda de papeis de credito nacionaes e estrangeiros. — Sacam por telegramma ou mediante letra para todos os paizes da Europa e America do Sul e Norte. — Fornecem cartas de credito. — Recebem dinheiro a conta corrente, á ordem e a prazo. — Lançamento de emprestimos por conta de sociedades anonymas. — Transacções bancarias e commerciaes em participação.

Cofres fortes para aluguel

EXISTENTES NAS CAVES BLINDADAS DO EDIFICIO

RUA AUREA, n.ºs 69 a 79 — LISBOA

(EDIFICIO PROPRIO)

Telephones: Central 533 e 1589 — Telegrammas: TOTTAJO

AGENTES

da Companhia de Seguros GARANTIA

DO PORTO

— TELEPHONES: Central 533 e 1589 —

